

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – CCJ
DEPARTAMENTO DE DIREITO – DIR

**A SUBJETIVIDADE JURÍDICA INTERNACIONAL NA HISTÓRIA DA DOUTRINA
BRASILEIRA:**
oposições entre Nação e Estado nos séculos XIX e XX

GUILHERME BEDIN

FLORIANÓPOLIS
2015

GUILHERME BEDIN

**A SUBJETIVIDADE JURÍDICA INTERNACIONAL NA HISTÓRIA DA
DOCTRINA BRASILEIRA: oposições entre Nação e Estado nos séculos XIX e XX**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à banca examinadora do Curso
de Graduação em Direito da Universidade
Federal de Santa Catarina, como exigência
parcial para obtenção do título de Bacharel
em Direito.**

**Orientador: Prof. Arno Dal Ri Júnior,
Ph.D.**

FLORIANÓPOLIS

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

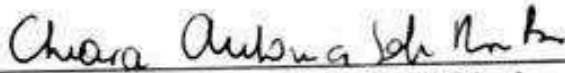
TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado "A subjetividade jurídica internacional na doutrina brasileira: o conflito entre Estado e Nação em Clóvis Beviláqua e Lafayette Rodrigues Pereira", elaborado pelo(a) acadêmico(a) **Guilherme Bedin**, defendido em **23/02/2015** e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 9,5 (nove e meio), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

Florianópolis, 23 de Fevereiro de 2015.



Arno Dal Ri Júnior
Professor(a) Orientador(a)



Chiara Antonia Sofia M. Biazzi
Membro de Banca



Felipe de Faria Ramos
Membro de Banca

AGRADECIMENTOS

Ao meu Professor e Orientador, Arno Dal Ri Júnior, por todo auxílio, muito para além do pormenor académico, que tornou possíveis estes escritos, e inspira a buscar produzir tantos outros.

À minha família, que, uns mais perto, outros de longe, sempre me nutriram de apoio, acolhimento e afeto, nos melhores e nos mais difíceis momentos.

Ao Felipe, ó Sagrado, cuja ajuda recebida apenas nestes últimos dias, precisaria de duas vidas para retribuir.

Ao Ricardo, que contribuiu sobremaneira para este trabalho, com críticas certeiras e dicas preciosas.

Ao *Ius Commune*, que desperta – não só em mim – infinito desejo de ser jurista.

À Anna, Raquel e Marjorie que, talvez sem perceberem, muito me auxiliaram ao longo desta jornada.

Aos demais colegas da 313, com os quais tive a sorte de partilhar tantos e tão agradáveis momentos, mesmo os que pareciam apenas rotina.

Aos meus amigos, em especial, Raul, por me conhecer há tanto tempo e conseguir continuar sendo meu amigo; “Batatinha”, simplesmente pelo seu jeito excepcional de ser.

A todos os demais, cujos nomes não pude declinar, por traição da minha memória.

RESUMO

Com o objetivo de observar de que maneira a pergunta “quem é o sujeito de direitos na comunidade internacional” foi respondida, ressaltando as oposições entre Nação e Estado, o presente trabalho investigou o pensamento de Pasquale Stanislao Mancini, descrevendo como que, utilizando por fundamento do direito internacional o Princípio da Nacionalidade, o jurista italiano propõe a exclusividade da Nação como sujeito de direito internacional, em oposição ao Estado e de que maneira isto influenciou os autores da escola italiana de direito internacional, em especial Terenzio Mamiani e Pasquale Fiore. A seguir, adentra-se na doutrina brasileira da segunda metade do século XIX para verificar de que forma se deu a oposição entre os conceitos de Nação e Estado. Posteriormente, debruçando-se por sobre o pensamento de Lafayette Rodrigues Pereira e Clóvis Beviláqua, busca-se demonstrar como se tratou a problemática da subjetividade jurídica internacional no Brasil durante o início do século XX. Finalmente, verifica-se qual termo passou a ser adotado majoritariamente pela doutrina brasileira, até se encontrar um autor nacional que não mais defenda o exclusivismo de um ente político em específico, mas, consciente das diversas configurações históricas pelas quais passou a comunidade internacional, aceite uma pluralidade de sujeitos. Busca-se, ainda, ao longo de todo trabalho reforçar as continuidades e rupturas entre os diversos autores analisados, além de se proporem, quando cabíveis, críticas às concepções apresentadas.

Palavras-chave: subjetividade jurídica internacional; Nação; Estado; Princípio da Nacionalidade; Lafayette Rodrigues Pereira; Clóvis Beviláqua.

ABSTRACT

In order to observe how the question “who is the subject of rights in the international community” was answered, focusing on the contrasts between Nation and State, the present study investigated the thought of Pasquale Stanislao Mancini, describing how, using the Principle of Nationality as the basis of international law, the Italian jurist proposes the exclusivity of the Nation as a subject of international law in opposition to the State and how it influenced the authors of the Italian school of international law, especially Terenzio Mamiani and Pasquale Fiore. Hereafter, enter in the Brazilian doctrine of the second half of the nineteenth century to verify how occurred the opposition between the concepts of Nation and State. Posteriorly, looking at the thought of Lafayette Rodrigues Pereira and Clóvis Beviláqua, we seek to demonstrate how the problem of international juridical subjectivity was treated in Brazil during the early twentieth century. Finally, we verify which term was mostly adopted by Brazilian doctrine, until find a national author who no longer defends the exclusivity of a political entity in specific, but, aware of different historical settings of the international community, accepts a plurality of subjects. We also try throughout the study to highlight the continuities and changes between the various authors analyzed, and to propose, as appropriate, critical to the concepts presented.

Keywords: international juridical subjectivity; Nation; State; Principle of Nationality; Lafayette Rodrigues Pereira; Clóvis Beviláqua.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 SUBJETIVIDADE JURÍDICA INTERNACIONAL NO CENÁRIO EUROPEU DO SÉCULO XIX: OPOSIÇÕES ENTRE O ESTADO E O PRINCÍPIO DA NACIONALIDADE DE PASQUALE STANISLAO MANCINI	13
1.1 A NACIONALIDADE ENQUANTO ELEMENTO DO DISCURSO POLÍTICO ITALIANO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX	14
1.2 O PRINCÍPIO DA NACIONALIDADE DE PASQUALE STANISLAO MANCINI E A EMERGÊNCIA DA NAÇÃO COMO SUJEITO	17
1.3 DEBATES ACERCA DO PRINCÍPIO DA NACIONALIDADE NA ESCOLA ITALIANA DE DIREITO INTERNACIONAL	27
1.3.1 Conciliação entre o Princípio da Nacionalidade e o Estado em Terenzio Mamiani.....	28
1.3.2 Críticas e considerações ao Princípio da Nacionalidade em Pasquale Fiore	31
2 NAÇÃO E ESTADO NA DOUTRINA JURÍDICA INTERNACIONAL BRASILEIRA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	36
2.1 A NAÇÃO NO PENSAMENTO DE UM AUTOR LUSITANO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX: VICENTE FERRER NETO PAIVA	37
2.2 INSUFICIÊNCIAS DOS CONCEITOS DE NAÇÃO E ESTADO	39
2.2.1 A Nação e o Estado na visão de um Publicista: José Antonio Pimenta Bueno	40
2.2.2 Nação e Estado nos usos da Diplomacia Brasileira: uma análise do compêndio de Antonio Pereira Pinto	46
2.3 OPOSIÇÕES ENTRE NAÇÃO E ESTADO E SUA (NÃO) APLICAÇÃO NO CENÁRIO JURÍDICO	49
2.3.1 Nação e Estado no pensamento de um internacionalista: Antonio de Vasconcellos Menezes de Drummond	50
2.3.2 Oposições entre Nação e Estado no plano extrajurídico: uma releitura de Pedro Autran da Matta e Albuquerque por João Pereira de Souza	52

3 OPOSIÇÕES NA DOUTRINA BRASILEIRA DO INÍCIO DO SÉCULO XX: A NAÇÃO EM LAFAYETTE RODRIGUES PEREIRA FRENTE AO ESTADO EM CLÓVIS BEVILÁQUA	57
3.1 FUNDAMENTOS E FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL EM LAFAYETTE RODRIGUES PEREIRA E CLÓVIS BEVILÁQUA	59
3.2 OPOSIÇÕES ENTRE NAÇÃO E ESTADO E SEUS REFLEXOS NO ÂMBITO JURÍDICO	67
3.3 SURGIMENTO DA PERSONALIDADE JURÍDICA INTERNACIONAL	71
3.4 EFEITOS DO DEBATE EM AUTORES POSTERIORES	76
3.4.1 Exclusivismo do Estado como sujeito de direito internacional	76
3.4.1.1 Nação como um organismo natural e Estado como sujeito de direito internacional em Raul Pederneiras	77
3.4.1.2 Nação enquanto vínculo moral e Estado como vínculo político em Hidelbrando Accioly	79
3.4.2 Fim do exclusivismo de um único sujeito de direito internacional: a perspectiva de Celso Duvivier de Albuquerque Mello	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87

INTRODUÇÃO

Embora os termos “Estado” e “Nação” sejam utilizados de forma recorrente nos discursos jurídicos e políticos, ainda que não voltados ao plano internacional, é notável que nem sempre se percebe o embate teórico-filosófico e jurídico acerca destas duas expressões que já ocorria no cenário europeu, especialmente na segunda metade do século XIX, após a proposta de Pasquale Stanislao Mancini que, por meio do Princípio da Nacionalidade, fez emergir a Nação como sujeito de direito internacional, em oposição ao Estado.

Tal debate não foi estranho à doutrina brasileira, em especial no início do século XX, quando renomados juristas como Lafayette Rodrigues Pereira e Clóvis Beviláqua escrevem manuais voltados especificamente ao fenômeno jurídico internacional e tratam, inevitavelmente, da problemática acerca da subjetividade jurídica no plano internacional. Os juristas em questão preocuparam-se, se não em esmiuçar, ao menos em bem definir o significado de Estado e de Nação, antes de optar por uma ou outra expressão e suas consequências.

Não se pode aceitar que, atualmente, pela alcunha de “Estado” ou “Nação” se escondam uma série de concepções nebulosas, sem que se faça referência a que pressupostos esta expressão está vinculada, sob pena de uma total perda de referenciais teóricos e total esvaziamento de sentido de ambos os termos¹.

Ademais, nota-se que o debate acerca da subjetividade jurídica ressurgiu de forma inflamada, em especial nas situações em que ocorrem fenômenos como o “reconhecimento” de um novo sujeito, particularmente quando se fundamentam na oposição entre os princípios da “Soberania” e “Autodeterminação dos Povos”, ainda que os vocábulos “Estado” e “Nação” possam não estar diretamente presentes ou receber a devida ênfase².

¹ Com relação ao uso inadvertido dos conceitos, aponta Grossi: “Quem quisesse confiar nas palavras – e houve quem quisesse – iria colecionar insensatamente invólucros vazios que a história apressou-se, por conta própria, a encher de conteúdos os mais variados sem se preocupar com continuidades verbais”. GROSSI, Paolo. **Da Propriedade as Propriedades e outros ensaios**. Tradução: Luis Ernani Fritoli e Ricardo Marcelo Fonseca. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 38.

² Um estudo acerca da influência dos debates em torno do Princípio da Nacionalidade e sua repercussão no contemporâneo discurso da “Autodeterminação dos Povos” pode ser visto em BIAZI, Chiara Antonia Sofia Mafra. **Representações do Princípio de Nacionalidade na Doutrina Internacionalista do Século XIX na Construção da Ideia de Autodeterminação dos Povos: Continuidades E Rupturas Em Um Discurso Liberal**. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Direito, Programa de Mestrado *Stricto Sensu*, área de Direito e Relações Internacionais, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2014, p. 145 *et seq.*

Cabe ressaltar que o presente trabalho não tem a pretensão de ser uma obra na área de teoria do direito internacional, relações internacionais ou filosofia do direito; propõe-se a ser um estudo na área da história do direito, ou, antes, de história do pensamento jurídico.

Utilizando-se o pensamento de Paolo Grossi³ e António Manoel Hespanha⁴ pretende-se deixar claro que fenômenos jurídicos apresentam continuidades e discontinuidades, não seguem, portanto, uma marcha evolutiva, assim sendo, a atualidade não necessariamente representa o auge dos institutos jurídicos.

Buscar-se-á, ainda, apresentar o pensamento dos autores trabalhados tendo em vista sua relação com o contexto da época e do local em que foram concebidos. Para além disso, sempre quanto possível, expor-se-ão de forma crítica as oposições que poderiam justificar certas rupturas nos discursos.

Deve-se, portanto, observar os acontecimentos históricos atendo-se aos pressupostos e discursos nos quais se fundava cada instituto envolvido, evitando utilizar as lentes⁵ do presente, para que se possa obter uma interpretação historicizada do fenômeno jurídico. Este método permite evitar abordagens universalistas e evolutivas⁶, as quais, muitas vezes, tratam o passado de maneira pejorativa.

Admitindo-se que se está a tratar de maneira apropriada o fenômeno histórico, utilizando-se mais especificamente de uma abordagem direcionada para a historiografia

³ “Acredito piamente – e escrevi muitas vezes nos últimos tempos, tornando-me quase monótono – que um dos papeis e certamente não o último, do historiador do direito junto ao operador do direito positivo seja o de servir como sua consciência crítica, revelando como complexo o que na sua visão unilinear poderia parecer simples, rompendo as suas convicções acríticas, relativizando certezas consideradas absolutas, insinuando dúvidas sobre lugares comuns recebidos sem uma adequada confirmação cultural”. GROSSI, Paolo. **Mitologias Jurídicas da Modernidade**. 2. ed. Tradução de Arno Dal Ri Júnior – Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007, p. 7.

⁴ “[...] a missão da história do direito é antes a de problematizar o pressuposto implícito e acrítico das disciplinas dogmáticas, ou seja, o de que o direito dos nossos dias é o racional, o necessário, o definitivo. A história do direito realiza esta missão sublinhando que o direito existe sempre “em sociedade” (situado, localizado) e que, seja qual for o modelo usado para descrever as suas relações com os contextos sociais (simbólicos, políticos, económicos, etc.), as soluções jurídicas são sempre contingentes em relação a um dado envolvimento (ou ambiente), são, neste sentido, sempre locais”. HESPANHA, António Manuel. *Cultura Jurídica Europeia: Síntese de um Milênio*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005. p. 21, grifo do autor.

⁵ Com relação a “lentes”, Grossi expõe claramente: “Ali havia brotado a intuição elementar de que era hora de olhar a relação entre homem e coisas não mais do alto do sujeito, mas sim pondo-se ao nível das coisas e observando de baixo tal relação, sem preconceitos individualistas e com uma disponibilidade total para ler as coisas sem lentes deformantes. E as coisas haviam revelado serem estruturas não genéricas mas específicas, com disposições específicas e diversificadas que exigiam diversas e peculiares construções jurídicas [...]”. GROSSI, Paolo. **Da Propriedade as Propriedades e outros ensaios**. 2006, p. 4.

⁶ Um exemplo deste uso, já aplicado ao Direito Internacional: “*Molti anni più tardi, da diversa prospettiva, David Kennedy segnalava come gli internazionalisti, avvertendo che «history is on their side», avevano potuto immaginare una storia progressiva del diritto internazionale governata da principio evolutivo in grado di condurli naturalmente al diritto internazionale pragmatico, cosmopolita, umanitario e liberale del XX secolo.*” NUZZO, Luigi. **Origini di una Scienza**: Diritto internazionale e colonialismo nel XIX secolo. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 2012, p. 1.

jurídica, deve-se prosseguir de forma a tornar este procedimento de análise adequado também à história do direito internacional.

Para tal, utilizar-se-á como referência a obra de Koskenniemi “*The Gentle Civilizer of Nations: The Rise and Fall of International Law 1870-1960*”⁷, tendo em vista a sistematização por ele realizada sobre a história do pensamento jurídico internacional, buscar-se-á espelhar o método por ele aplicado para se realizar a análise proposta.

Faz-se necessário observar, ademais, que toda abordagem que se proponha historicizada, ainda que descritiva, deve ater-se a uma série de equívocos teóricos que frequentemente são encontrados – não somente – na literatura jurídica. Trata-se de “procedimentos históricos”⁸ que ou consideram o conceito a ser abordado como algo imutável, que sempre esteve presente, podendo ser encontrado em toda e qualquer sociedade, independentemente do tempo e do espaço, naturalizando-os; ou de abordagens evolutivas, em que determinado instituto jurídico se aperfeiçoa, desde um passado remoto até atingir seu apogeu na atualidade. Tais posições serão, de plano, rechaçadas.

Não se fará também um mero uso instrumental do passado⁹, como se a história tivesse por função o fornecimento de substratos para o estudo do presente¹⁰. Neste sentido, busca-se

⁷ KOSKENNIEMI, Martti. **The Gentle Civilizer of Nations: The Rise and Fall of International Law 1870-1960**. Cambridge University Press, 2004.

⁸ Pode-se encontrar uma crítica ao dito método histórico, e a uma história que se pretenda única e capaz de “explicar” o passado em VEYNE: “[...] Não, a história não tem método: tentem pedir que lhes demonstrem seu método. Não, ela não explica coisa alguma, se é que a palavra explicar tem sentido; quanto ao que chama suas teorias, será preciso examiná-las de perto.” VEYNE, Paul - **Como se escreve a história**; Foucault revoluciona a história. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª ed – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 11; com relação ao método positivista aplicado a história: “A história não é uma ciência e não tem muito a esperar das ciências; ela não explica e não tem método; melhor ainda, a História, da qual muito se tem falado nesses dois últimos séculos, não existe.” *Idem, ibidem*, p.12; ainda com relação as oposições entre a doutrina positivista e a história, Marc Bloch: “Ninguém, imagino, ousaria mais dizer hoje em dia, como os positivistas de estrita observância, que o valor de uma investigação se mede, em tudo e para tudo, por sua aptidão a servir à ação. A experiência não apenas nos ensinou que é impossível decidir previamente se as especulações aparentemente as mais desinteressadas não se revelarão, um dia, espantosamente úteis à prática” (BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2001, p.44-45); e complementa: “Independentemente até de qualquer eventualidade de aplicação à conduta, a história terá portanto o direito de reivindicar seu lugar entre os conhecimentos verdadeiramente dignos de esforço apenas na medida em que, em lugar de uma simples enumeração, sem vínculos e quase sem limites, nos permitir uma classificação racional e uma progressiva inteligibilidade.” *Idem, ibidem*, p.45.

⁹ Muitas vezes, as abordagens universalistas e/ou evolucionistas levam a este uso instrumental ou legitimador, como se percebe: “*Per Kennedy, invece, il ritorno alla dottrina giuridica ottocentesca avrebbe permesso di ricomporre la trama lacerata delle genealogie che dai padri fondatori conducevano ai nuovi protagonisti e avrebbe dato loro la chiave per comprendere la complessità del presente.*” NUZZO. **Origini di una Scienza**, p. 2.

¹⁰ “Também neste caso o argumento empregado é, a meu ver, bom, a partir do momento que o passado é tomado a sério, na sua autônoma consistência e na sua alteridade com relação ao presente. Subsistem porém também nesta perspectiva alguns riscos não desprezíveis. Em primeiro lugar, o procedimento analógico é tão sugestivo quanto perigoso: permite tomar alguns perfis estruturais e formais característicos dos contextos analisados, mas

afastar de uma história linear que se utiliza instrumentalmente do passado, deslocando os acontecimentos de seu contexto, para tão somente aproveitar aquilo que tenha serventia ao presente¹¹.

Observa-se que o discurso da Nação – ou da nacionalidade – toma forma e se desenvolve como uma reação crítica ao modelo político do Estado de inspiração contratualista.

A construção da Nação não se constituiu de uma única forma, há uma vertente calcada em elementos objetivos, como etnia, língua, território, história e cultura comuns¹²; e uma vertente voluntarista, que considera antes a relação e a escolha de um agrupamento humano em se constituir como uma unidade que suas características objetivas¹³. Por fim, tem-se uma vertente mista, que enxerga a Nação como a reunião dos elementos objetivos com uma vontade ou consciência coletiva.

Assim sendo, o primeiro capítulo irá tratar como a problemática acerca da subjetividade jurídica no plano internacional toma forma no cenário europeu, particularmente como o discurso acerca da Nação, que se manifesta por meio do Princípio da Nacionalidade, influenciou no processo de unificação política italiano.

Para tanto, observar-se-á o pensamento de Mancini, mormente por conta da proposta exclusivista de eleger a Nação como sujeito de direito internacional em oposição ao Estado.

ao mesmo tempo é obrigado a deixar de lado os conteúdos que diferenciam radicalmente entre eles os próprios contextos. Em segundo lugar, e como consequência, o conhecimento do passado arrisca a ser, ao mesmo tempo, redutivo e instrumental: redutivo porque perde de vista a complexidade da experiência exaltando o perfil que se presta à operação analógica; instrumental, na medida em que a comparação seja desenvolvida (não somente a partir do, mas também) em função do presente. Em terceiro lugar, nem mesmo esta perspectiva evita o risco de um conhecimento seletivo e hierarquizado do passado: o passado não serve como tal, mas um contexto serve mais do que um outro, serve *aquele* passado suscetível de ser colocado em relação com o presente sob a base de uma analogia subjacente.” COSTA, Pietro. **Soberania, Representação, Democracia**: ensaios de história do pensamento jurídico. Curitiba: Juruá, 2010. p. 61, grifo do autor.

¹¹“Existe serventia em compreender alguma coisa do passado para colocar e resolver os problemas de hoje? A neo-pandectística nos oferece um argumento forte para responder afirmativamente. Infelizmente porém aquele argumento é, como tentei demonstrar, um ‘mau’ argumento. É de fato um argumento que funciona somente se concordamos em camuflar como *conhecimento* do passado aquilo que é simplesmente um *uso* que dele se faz. [...]” COSTA, Pietro. op. cit., p. 58, grifo do autor.

¹²“As tentativas de se estabelecerem critérios objetivos sobre a existência de nacionalidade, ou de explicar por que certos grupos se tornam ‘nações’ e outros não, frequentemente foram feitas com base em critérios simples como a língua, ou a etnia ou em uma combinação de critérios como a língua, o território comum, a história comum, os traços culturais comuns e outros mais.” (HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Tradução de Maria Cella Paoll e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1990. p. 14-15).

¹³ Como crítica a este sistema, observa-se sua excessiva maleabilidade: “No entanto, insistir na consciência ou na escolha como o critério da existência das nações é subordinar sem discernimento os muitos modos pelos quais os seres humanos se definem e se redefinem como membros de grupos a uma única opção: a escolha de pertencer a uma ‘nação’ ou a uma ‘nacionalidade’.” HOBBSAWM. **Nações e nacionalismo desde 1780**, p. 17.

Posteriormente, como sua proposta foi discutida pelo que viria a se tornar a Escola Italiana de Direito Internacional, nos escritos de Terenzio Mamiani e Pasquale Fiore.

O segundo capítulo, por sua vez, debruçar-se-á sobre o Brasil, na segunda metade do século XIX, para relatar como as principais obras nacionais de direito internacional tratavam a relação entre Estado e Nação.

Por meio da análise do pensamento de José Antonio Pimenta Bueno, Antonio Pereira Pinto, Antonio de Vasconcellos Menezes Drummond e, João Pereira de Souza será possível observar como a distinção (ou não distinção) entre Estado e Nação era realizada pelos juristas brasileiros no período do Império.

Finalmente, o terceiro e último capítulo abordará o tratamento, enfim no plano jurídico, focando os primeiros anos do Brasil República, em que a doutrina nacional poderá vivenciar uma contraposição entre os conceitos de Nação e Estado como “pessoa” no Direito Internacional.

Para tal, concentrar-se-á em dois juristas brasileiros do início do século XX, Lafayette Rodrigues Pereira e Clóvis Beviláqua, que já possuem plena consciência da dimensão jurídica do problema abordado, ressaltando as oposições entre estes autores, bem como consequências de uma ou outra posição e reflexos desta discussão em autores posteriores.

Os principais resultados esperados são: identificar a existência (ou não) de um discurso de oposição (ou harmonia) entre Nação e Estado e apontar as continuidades e rupturas deste pensamento, na Itália do século XIX e no Brasil entre a segunda metade do XIX e início do XX; refletir acerca dos conceitos de Nação e Estado apresentados por cada autor, bem como, sem perder de vista o contexto em que cada um se encontra, criticar possíveis implicações do seu discurso.

1 SUBJETIVIDADE JURÍDICA INTERNACIONAL NO CENÁRIO EUROPEU DO SÉCULO XIX: OPOSIÇÕES ENTRE O ESTADO E O PRINCÍPIO DA NACIONALIDADE DE PASQUALE STANISLAO MANCINI

O presente trabalho pretende demonstrar como se deu o discurso acerca do Estado e da Nação, especialmente no plano jurídico. As oposições entre Estado e Nação não se limitaram ao plano discursivo: foram importantes ferramentas que contribuíram para legitimar movimentos políticos, como a unificação da Itália e da Alemanha. O presente capítulo deitará atenções sobre a experiência italiana.

Primeiramente, deve-se abordar o movimento político que, embasado no conceito de Nação, buscava “libertar” uma população que apresentava diversos traços comuns – como língua, etnia, costumes, além de uma consciência da sua unidade – mas que se encontrava sob o domínio de Estados “estrangeiros”. Para tanto, optou-se por utilizar o pensamento de Giuseppe Mazzini.

O segundo ponto adentra no plano jurídico propriamente dito. Um dos muitos debates historicamente relevantes ocorridos no século XIX centrou-se no Princípio da Nacionalidade¹⁴, que teve entre seus precursores Pasquale Stanislao Mancini, o qual opôs a figura do Estado a da Nação como esta sendo o real sujeito de direito internacional¹⁵.

¹⁴ “Em 1851, em uma conferência ministrada em Turim, tendo por título ‘*Del principio dela nazaionalità come fondamento del diritto delle genti*’, o autor apresenta publicamente esta tese, fundamentada na afirmação de que, na gênese do direito internacional, a ‘Nação’ representaria a unidade elementar, a mónada racional da ciência. A definição dada por Mancini para ‘Nação’ é, justamente, aquela de uma ‘[...] *sociedade natural de homens com unidade de território, de origem, de costumes e de língua, configurados numa vida em comum e numa consciência social*’.”. DAL RI JR, Arno. **Polêmicas doutrinárias entre Itália e França sobre o Princípio das Nacionalidades no Direito Internacional do Século XIX**. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (Org.). **As formas do direito: ordem razão e decisão** (experiências jurídicas antes e depois da modernidade). Curitiba: Juruá, 2013. p. 147, grifo do autor. Ainda neste sentido, BIAZI atenta à importância da “consciência da nacionalidade” como elemento essencial à Nação, como segue: “Tal elemento espiritual que complementa e completa os elementos materiais é apontado como imprescindível para a constituição de uma nação. A mera existência de características comuns compartilhadas pelos indivíduos para o jurista não é suficiente para a existência de uma nação: para isso, é necessário possuir uma consciência de constituir um mesmo povo, o elemento psicológico que torna esses aglomerados de traços comuns possíveis instrumentos para se alcançar a devida independência da nação.”. BIAZI, Chiara Antonia Sofia Mafrica. **Representações do Princípio de Nacionalidade na Doutrina Internacionalista do Século XIX na Construção do Princípio de Autodeterminação dos Povos: Continuidades e Rupturas em um Discurso Liberal** [dissertação]. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC, 2014.

¹⁵ “Nos escritos de Pasquale Stanislao Mancini, sobretudo, o debate atinge o seu ápice com a proposta de substituição dos Estados pelas Nações como sujeitos do direito internacional. A afirmação de Mancini parece tentar se deslocar o foco do protagonismo exclusivista construído pelas doutrinas políticas e jurídicas contratualistas, do Estado para a Nação”. DAL RI JR, Arno. **Polêmicas doutrinárias entre Itália e França sobre o Princípio das Nacionalidades no Direito Internacional do Século XIX**. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (Org.). **As formas do direito: ordem razão e decisão** (experiências jurídicas antes e depois da modernidade). Curitiba: Juruá, 2013. p. 136.

Tal debate, contudo, não se limitou ao cenário europeu, fazendo-se sentir também no Brasil. No início do século XX¹⁶, enquanto autores nacionais tentam estabelecer as bases de um Direito Internacional científico – ou positivo – Lafayette Rodrigues Pereira e Clóvis Beviláqua optaram por diferentes concepções acerca do sujeito de direitos no âmbito internacional.

Este primeiro capítulo, contudo, limitar-se-á a descrever como o Princípio da Nacionalidade foi apresentado por Mancini e as discussões acerca desta sua proposta culminaram na Escola Italiana de Direito Internacional.

A maneira como o princípio da nacionalidade foi recepcionado – ou combatido – pelos autores desta Escola, formará o terceiro ponto do presente capítulo. Deve-se destacar como, mesmo aceitando o conceito de nacionalidade, Terenzio Mamiani prefere o Estado como sujeito. Da mesma forma, observa-se que o pensamento de Pasquale Fiore também busca se conciliar com a proposta de Mancini, mas acaba por fazer alusão ao Estado como sujeito de direito.

1.1 A NACIONALIDADE ENQUANTO ELEMENTO DO DISCURSO POLÍTICO ITALIANO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Antes de tomar forma no universo jurídico, a nacionalidade se constitui como importante elemento em discursos políticos já no início do século XIX; para observar este momento, optou-se por apresentar o pensamento de Giuseppe Mazzini, autor italiano que fazia alusão à nacionalidade como um ideal político a ser alcançado.

No pensamento deste autor, são encontrados alguns dos elementos que, mais tarde, contribuiriam para a construção jurídica do Princípio da Nacionalidade, quais sejam, uma união de língua, de raça e de costume, além da presença de uma consciência nacional.

¹⁶ Não eram tão escassos os autores brasileiros que trataram do direito internacional no século XX, tampouco seriam ignorados por seus pares: “No Brasil, autores que, neste século, se têm ocupado do direito internacional público já não são poucos. Entre eles, ocorrem-nos os seguintes já mortos: LAFAYETTE RODRIGUES PEREIRA, SÁ VIANNA, EPITÁCIO PESSOA, CLÓVIS BEVILAQUA, JOSÉ MENDES, RODRIGO OCTAVIO, RAUL PEDERNEIRAS e LUIZ DE FARO JUNIOR. Entre os vivos, a lista vai crescendo, podendo nela apontar-se nomes de real valor e até de projeção internacional, como CELSO DE ABUQUERQUE MELLO, MAROTTA RANGEL, MARIO PESSOA, GILDA RUSSOMANO, C. A. DUNSHEE DE ABRACHES, ILMAR PENNA, MARINHO, ADHERBAL MEIRA MATTOS, GERSON BRITO DE MELLO BOSON e FLÁVIO MARCÍLIO, entre outros.” ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de Direito Internacional Público**. Revisada por Geraldo Eulácio do Nascimento e Silva. 11. ed., 11ª triagem, 1995, p. 11.

Percebe-se, portanto, que mesmo antes de apresentar claros contornos jurídicos, o discurso acerca da Nação já poderia ser encontrado no campo da política, contribuindo para legitimar a transformação das fronteiras europeias a partir de 1830¹⁷. Contudo, a Nação, enquanto projeto político, dependia do Estado para se consolidar e tomar forma no plano jurídico¹⁸.

Já nas primeiras décadas do século XIX, a Nação se apresenta como uma entidade natural, legitimada pela história, em oposição à construção abstrata de um Estado de inspiração contratualista¹⁹.

Este discurso nacionalista encontrava terreno fértil em populações que, guardando diversas características comuns (em especial, a língua e a “história”), encontravam-se divididas sobre o domínio de diversos Estados.

Era nesta condição que se encontrava (o que viria a ser) a Itália: com a península sob o domínio de Estados como Áustria, Espanha e França, situação que se intensificou após o Congresso de Viena de 1815, emerge o movimento artístico, literário, político e – mais tarde, também – jurídico do *Risorgimento*²⁰.

Figura simbólica da primeira fase deste movimento de unificação, Giuseppe Mazzini foi um dos defensores da ideia de Nação; nos campos da política e do direito, propunha que a Nação deveria ter um caráter universal e democrático, sendo composta por homens de um mesmo grupo, que, por meio de um direito comum, busquem os mesmos fins, esta Nação

¹⁷ Há quem utilize a nomenclatura “princípio da nacionalidade” para se referir a esta doutrina política, como se faz notar: “[...] ‘princípio da nacionalidade’ que convulsionou a política internacional da Europa depois de 1830, criando um número de Estados novos, dos quais a metade corresponderia, até onde era possível, ao princípio que Mazzini formulava como ‘Cada nação, um Estado’; entretanto, esse grupo poderia ser menor se comparado à outra metade, que seguiria a formulação ‘apenas um Estado para toda a nação’.” HOBBSBAWM. **Nações e nacionalismo desde 1780**, p. 125.

¹⁸ HOBBSBAWM. **Nações e nacionalismo desde 1780**, loc. cit.; Esta posição se estende para além da primeira metade do século XIX, como se faz notar: “Johann Caspar Bluntschli, jurista suíço e discípulo de Savigny que se dedicou à esboçar a ciência do direito internacional na segunda metade do século XIX transpôs para este universo muitos postulados elaborados por seu mestre, mas, contudo, mesmo valorizando o elemento “Nação”, não o contrapõe ao Estado enquanto sujeito do direito internacional, como o fará, ainda naquele século, o italiano Pasquale Stanislao Mancini. O posicionamento de Bluntschli a respeito do papel a ser desempenhado pelos conceitos de ‘Nação’ e de ‘Estado’ no âmbito da ciência do direito internacional é bastante claro quando este afirma que ‘As comunidades nacionais que não obtiveram organização estatal não são pessoas, nem do ponto de vista do direito público, nem daquele do direito internacional’. Por isso, tendo se tornado ‘[...] povos organizados politicamente, não têm necessidade de uma proteção especial por parte do direito internacional; as garantias oferecidas pelos Estados são suficientes’.” DAL RI JR, Arno. **A Nação Contra o Estado**. A Ciência do Direito Internacional no “Risorgimento” Italiano. In: BRANT, Leonardo Nemer Caldeira (Org.). **Anuário Brasileiro de Direito Internacional**. – v.1, n.1, 2006 – Belo Horizonte: CEDIN, 2006, p. 73.

¹⁹ DAL RI JR, **A Nação Contra o Estado**, p. 70-74.

²⁰ DAL RI JR, op. cit., p. 74.

seria, ainda, a redescoberta de uma Nação histórica, composta de pessoas com as mesmas características de etnia, língua e costumes comuns²¹.

Atribui-se a Mazzini participação central no movimento conhecido como “Jovem Itália” que seria o projeto de uma Nação composta pela universalidade dos italianos, unidos por um pacto político e uma lei comum, e que teriam a “consciência da própria nacionalidade”, marcada pelo sentimento de pertencimento a um todo²². Ao mesmo tempo, oferece um projeto pedagógico que se manifesta na educação para insurreição, pois através da insurreição se chegaria à unidade e se implantaria o “princípio ativo da consciência”²³.

Haveria também, no pensamento de Mazzini, a especial participação de homens que, possuindo forte consciência da nacionalidade, guiariam a multidão para que esta pudesse formar uma Nação e, somente recebendo uma educação contínua voltada à unidade, a multidão poderia compor um corpo político²⁴.

A Nação era, no discurso de Mazzini, um meio para atingir um fim mais elevado: “a humanidade”, no discurso dos juristas, porém, a nacionalidade foi a ferramenta que permitiria a formação do Estado; entretanto, a passagem da Nação ao Estado, desde o direito das gentes, até a ciência do direito internacional, não se dava de forma simples ou “automática”²⁵.

Apesar de sua notória atuação política, Mazzini não era comumente citado pelos juristas da época, em realidade, passa a ser mais frequentemente utilizado a partir do século XX, quando se fizeram valer, de forma distorcida, da carga revolucionária do seu discurso para sustentar um modelo de Estado que já comportava a Nação²⁶.

Pode-se observar que, durante o século XIX, o discurso do direito internacional na Itália poderia ser notado em dois planos, um pedagógico e outro performativo, marcadamente pela Nação como um sistema cultural e o Estado como forma de governo; a união destes dois

²¹ DAL RI JR, op. cit., p. 75.

²² NUZZO, **Origini di una Scienza**. p. 89.

²³ “*Nello stesso tempo definiva il progetto pedagogico di istruzione del popolo. L'educazione all'insurrezione e l'insurrezione come principio di educazione nazionale producevano unità ed instillavano il principio attivo della coscienza.*” NUZZO, op. cit., p. 89.

²⁴ NUZZO, **Origini di una Scienza**. p. 89.

²⁵ “*Ma se in Mazzini la nazione era solo un mezzo per il raggiungimento di un fine più alto, l'umanità, nel discorso dei giuristi essa era lo strumento che permetteva di pensare lo Stato, di sciogliere il pedagogico nel performativo. Il passaggio della nazione allo Stato, dal diritto delle genti alla scienza del diritto internazionale, tuttavia, non era semplice, né automatico.*” NUZZO, op cit. p. 91.

²⁶ NUZZO, op cit. p. 87-88.

planos discursivos, já na década de 1870, permitiu a transformação da Nação italiana na figura do Estado nacional, marcado pelo paradigma do Estado-pessoa²⁷.

Antes, porém, faz-se necessário compreender como se deu, no plano jurídico, o discurso que permitiu que a “multidão” italiana se constituísse como uma entidade política autônoma. Percebe-se que alguns dos elementos do discurso político de Mazzini poderão ser encontrados, ainda que de forma indireta, nos escritos jurídicos de outros autores italianos, em especial a ideia de uma nacionalidade composta de elementos objetivos ou naturais, como língua e etnia e uma consciência coletiva, que ligava os membros destes agrupamentos humanos. Para tanto, observar-se-á a construção do conceito de Nação no pensamento de Pasquale Stanislao Mancini.

1.2 O PRINCÍPIO DA NACIONALIDADE DE PASQUALE STANISLAO MANCINI E A EMERGÊNCIA DA NAÇÃO COMO SUJEITO

Durante a primeira metade do século XIX, observou-se que a Nação surge como forte elemento no plano político e discursivo no contexto italiano. Não se tinha, contudo, uma maior repercussão jurídica acerca da importância da nacionalidade.

Mesmo que fossem alcançados os objetivos políticos necessários a constituir a Nação, esta seria dependente do Estado para existir juridicamente. Ao menos, este seria o entendimento antes do pensamento agora abordado.

Ainda em meio ao *Risorgimento*, Pasquale Stanislao Mancini insere um novo elemento capaz de impactar a ordem jurídica e política interna e internacional. Apresentado na preleção “A Nacionalidade como Fundamento do Direito das Gentes”, Proferida na Real Universidade de Turim, em 1851, o Princípio da Nacionalidade tinha como uma de suas principais funções deslocar a Nação para o centro do cenário jurídico internacional, afastando o Estado desta função.

Para cumprir este objetivo, aponta para a necessária cientificidade do Direito das Gentes²⁸, especialmente naquele período. Confrontando-a com seu itinerário histórico²⁹, em

²⁷ NUZZO, op cit. p. 87.

²⁸ “Os tempos exigem, porém, que os intelectuais que se propõem a cultivar a disciplina do Direito Internacional se empenhem em vingar essa idéia de vil desprezo e a elevem à dignidade de uma solene e reconhecida verdade científica, de um conceito filosófico, de uma pregação incontestável da razão, de uma evidência obtida em virtude de rigorosas demonstrações, de tal modo que dela germinem fortes e tenazes convicções em todas as

que afirmará sua inexistência na antiguidade, pois que, segundo ele, seria ignorada pelos gregos, porquanto as relações entre as cidades seriam “mais religiosas que políticas”³⁰; esta mesma característica seria adotada pelos romanos, pois os livros fecias seriam baseados no direito pontifício³¹.

Com o Cristianismo, especialmente por conta do dogma da fraternidade, haveria uma reconfiguração das relações entre as nações³². Seria possível, a partir de então, estabelecer um Direito Comum Internacional entre os povos cristãos, contudo, dirá Mancini, “não se podia dizer que a ciência já tivesse nascido.”³³.

Remonta, então, ao século XVII, em que segundo a opinião comum a cientificidade do Direito das Gentes teria finalmente sido alcançada por Gotius e Gentile, diz, porém, tratar-se de uma injustiça que a história da ciência não se remonte ao piemontês Pierino Bello, e sua obra *Della Guerra*, que, segundo Mancini, teria servido de exemplo e inspiração para aqueles autores³⁴.

Antes de chegar ao estado atual da ciência, faz referência a Wolf e Vattel³⁵, tratando em especial deste, aponta que não obstante sua incerteza na aplicação dos princípios, bem como a revolução no pensamento trazida por Kant e Hegel, por conta de sua utilidade prática, seu uso permaneceu comum na Europa³⁶.

consciências.” MANCINI, Pasquale Stanislao. **A Nacionalidade como Fundamento do Direito das Gentes** – Preleção ao curso de Direito Internacional e Marítimo, proferida na Real Universidade de Turim no dia 22 de janeiro de 1851. In: MANCINI, Pasquale Stanislao. **Direito Internacional**. Tradução de Ciro Mioranza. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003 [Coleção clássicos do direito internacional], p. 37. A questão da cientificidade do Direito das gentes continua sendo tratada ao longo da obra, em especial MANCINI, op. cit., p. 37-39; 41-43.

²⁹ “Em nossos dias, tanto mais é necessário afirmar isso a respeito da ciência do Direito Internacional, se for dirigido um rápido olhar ao nascimento e outras vicissitudes da mesma.”. MANCINI, op. cit., p. 39. O restante da argumentação histórica de Mancini é apresentada em MANCINI, op. cit., p. 39-44.

³⁰ MANCINI, op. cit. p. 39.

³¹ MANCINI, op. cit. p. 39.

³² MANCINI, op. cit. p. 39-40.

³³ MANCINI, op. cit., p. 40

³⁴ MANCINI, op. cit., p. 41

³⁵ MANCINI, op. cit., p. 44. Acerca da nação, pode-se encontrar em Vattel: “Uma nação, um Estado é, como o dissemos desde o início desta obra, um corpo político ou uma sociedade de homens unidos para buscar benefícios e segurança com forças reunidas..” (VATTEL, Emmerich de. **Direito das Gentes** ou Princípios da Lei Natural Aplicados à Condução e aos Negócios das Nações e dos Governantes. Tradução de Ciro Mioranza. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008, p. 157). Há quem considere que a nação possui especial relevância no pensamento de Vattel, sendo apresentada como sujeito: “Uma profunda Inspiração ética, contudo, está presente não só na individualização da ‘Nation’ soberana como ‘sujeito’ do direito internacional, mas também na solução vatteliana do problema da guerra justa.” (MANCUSO, Francesco. **Emerich de Vattel**. In: DAL RI JR., Arno; VELOSO, Paulo Potiara de Alcântara; LIMA, Lucas Carlos (Orgs.). **A Formação da Ciência do Direito Internacional**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014, p. 204); dentre as principais críticas ao pensamento de Vattel no século XIX e primeiras décadas do XX, seria por conta de uma interpretação na qual “[...] a ‘razão do Estado’ tira qualquer possível nexos entre ética e direito internacional, enfatizando o caráter absoluto da soberania estatal.” (MANCUSO, op. cit. p. 205-206).

³⁶ MANCINI, op. cit., p. 44-45

A seguir, aponta que apesar das modificações nas bases das demais ciências no último século, o Direito das Gentes permaneceu ilhado, remetendo a análise feita pelo italiano Pellegrino Rossi, a qual aponta que Direito das Gentes ainda se encontra no estado de empirismo, porquanto se limitaria a reproduzir a diplomacia dominante³⁷.

Como último passo, retoma o pensamento de Giambattista Vico³⁸, que se propôs a traçar uma nova ciência, que se concretizaria por meio da Filosofia da História e de seus esforços em delinear os princípios do Direito Natural dos Povos, através de elementos – morais, políticos e jurídicos – que seriam comuns a todas as nações³⁹.

A partir deste pensamento, Mancini busca apontar a necessária conexão entre uma ciência mais específica com uma mais geral, a fim desta fornecer as bases daquela⁴⁰. Isto feito, afirma:

Disso se segue que a ciência do Direito Internacional, sendo daquela do Direito Humano Universal como espécie desse gênero, é imposta antes de tudo ao espírito e a necessidade lógica de reconhecer como a base mais ampla e profunda, sobre a qual o edifício inteiro possa ser erguido, o próprio princípio gerador do Direito Universal⁴¹.

Entretanto, o Direito Universal não poderia ser diretamente aplicado às relações internacionais, seria necessário, portanto, combiná-lo com outro princípio capaz de esclarecer as questões mais particulares⁴².

Para encontrar este fundamento do Direito Internacional, não se poderia recorrer tão somente a um “puro conceito da mente”, mas sim a “uma realidade concreta e viva”⁴³. Opõe-se, portanto, a possibilidade de considerar o direito como uma relação entre arbítrios, afirmando: “O Direito não pode jamais ser um produto da nua vontade humana. Ele é sempre uma necessidade da natureza moral, a força aplicada de um princípio da ordem moral que procede de uma região superior daquela em que os homens vivem e querem.”⁴⁴.

³⁷ MANCINI, op. cit., p. 45-46

³⁸ Dentre as principais influências do pensamento de Vico em Mancini, pode-se apontar o próprio conceito de Nação apresentado por Mancini, em especial sua divisão em dois planos, um material e outro moral; Ainda, acerca das influências do pensamento de Vico na teoria manciniiana, DAL RI JR., Arno, **Pasquale Stanislao Mancini**. In: DAL RI JR., Arno; VELOSO, Paulo Potiara de Alcântara; LIMA, Lucas Carlos (Orgs.). **A Formação da Ciência do Direito Internacional**. Ijuí: Editora Unijuí, 2014, p. 258-260.

³⁹ MANCINI, op. cit., p. 46-47

⁴⁰ MANCINI, op. cit., p. 49-50

⁴¹ MANCINI, op. cit., p. 51

⁴² MANCINI, op. cit., p. 52

⁴³ MANCINI, op. cit., p. 52

⁴⁴ MANCINI, op. cit., p. 52

Feitas tais considerações, torna-se, enfim, possível determinar a coexistência das nacionalidades como sendo a primeira verdade da ciência do Direito Internacional⁴⁵. Apresenta, a partir deste ponto, uma relação entre a Nação e a família, afirmando serem “Ambas filhas da natureza e não da arte, companheiras inseparáveis do homem social[...] a Nação, em sua primitiva gênese histórica, não pode ser outra que a própria família”⁴⁶.

Mancini prossegue em sua preleção, visando demonstrar as características da Nação que a classificariam como um fato natural, independente do tempo ou do espaço; em suas palavras:

Em tamanha riqueza de variedades particulares, no entanto, a ciência bem pode omitir todas aquelas que sejam realmente acidentais e de contingência fugaz, todos os fenômenos que uma ligação ideal não pode sublimar da rude individualidade para transformar numa lei ou numa relação geral. E, em vez disso, aferrar-se à análise de algumas propriedades e fatos constantes que, superando os limites das regiões e dos séculos, deveriam ser encontrados ainda agora junto a alguma das tantas nações que até aqui viveram. A região, a raça, a língua, os costumes, a história, as leis, as religiões são, entre esse grande número, as principais⁴⁷.

Tais características (região, raça, língua, costume, história, lei e religião) compõem, portanto, a própria natureza de um povo, gerando entre os membros de uma mesma Nação uma afinidade maior que aquela existente entre pessoas de nações distintas, tendo por consequência “[...] uma comunhão de direito criada de modo mais íntimo, impossível de existir entre indivíduos de nações diferentes.”⁴⁸.

A presença destes elementos constitutivos da nacionalidade não é, contudo, suficiente para dar vida à Nação, faz-se ainda necessário um último componente capaz de fornecer o espírito necessário a animar tais partes⁴⁹, a resposta é dada pelo autor:

[...] ele é a consciência da nacionalidade, o sentimento que ela adquire de si mesma e que a torna capaz de se constituir internamente e de se manifestar externamente. Multiplicai quanto quiserdes os pontos de contato material e exterior no meio de uma agregação de homens. Estes não formarão jamais uma nação sem a unidade moral de um pensamento comum, de uma idéia predominante que faz de uma sociedade o que ela é porque nela se realiza⁵⁰.

Nota-se, portanto, que o fenômeno da nacionalidade faz-se dependente de duas sortes de elementos: os de origem objetiva ou natural, compostos pela região, raça, língua, costume,

⁴⁵ MANCINI, op. cit., p. 53

⁴⁶ MANCINI, op. cit., p. 53

⁴⁷ MANCINI, op. cit., p. 54

⁴⁸ MANCINI, op. cit., p. 54

⁴⁹ MANCINI, op. cit., p. 60-61

⁵⁰ MANCINI, op. cit., p. 61

história, lei e religião, bem como os de origem subjetiva ou moral, que se personificam na consciência da nacionalidade⁵¹.

Somente então Mancini reúne os argumentos necessários para uma definição completa de nacionalidade:

As coisas ditas até aqui já mostram abertamente em que consiste uma nacionalidade. Elas nos dão razão em reconhecer nela uma *sociedade natural de homens com unidade de território, de origem, de costumes e de língua, configurados numa vida em comum e numa consciência social*. Disso decorre que nada é mais fácil que demonstrar a legitimidade, bem como que a conservação e o desenvolvimento da nacionalidade se tornam para os homens não somente um direito mas um dever jurídico⁵².

Cabe, neste momento, fazer uma consideração acerca de que um dos limites internos da teoria da nacionalidade diz respeito ao surgimento dos sujeitos, que não ocorre de forma imediata, não bastando, assim, tão somente a constatação da reunião dos requisitos objetivos: faz-se necessário que o elemento volitivo – que se demonstra por meio da consciência social – esteja presente para que, apenas então, surja a Nação.

A seguir, Mancini compara o direito de nacionalidade ao direito de liberdade na esfera individual, de modo que toda Nação é livre para se conservar e desenvolver enquanto isso não prejudique outras nações, negar este direito é atentar contra o fundamento da ordem social, constituindo, assim, um dever ao respeito da nacionalidade⁵³.

Surgem como manifestação das relações jurídicas geradas a partir da nacionalidade duas consequências: “a livre constituição interna da nação” e “sua autonomia independente com relação às nações estrangeiras”⁵⁴. A constituição interna, por sua vez, seria dividida em duas: a constituição física, que engloba o território nacional, dentro de seus limites naturais e a constituição moral, que implica a existência de um governo próprio daquela Nação⁵⁵. A

⁵¹ Ainda sobre a “consciência da nacionalidade”, Mancini irá desenvolver este conceito em uma futura preleção, de 1872, intitulada “A Vida dos Povos Na Humanidade”, na qual, após fazer menção aos elementos objetivos, afirma: “[...] e que cada nação deva também ter necessariamente, como espírito vivificador destes elementos materiais, a consciência do próprio ser distinto e da própria diversidade das outras nações, é um fato antropológico que cai sob a observação dos sentidos e da experiência e é ao mesmo tempo um fato universal da consciência de toda a humanidade.” MANCINI, Pasquale Stanislao. **A Vida dos Povos na Humanidade** – Preleção ao Curso de Direito Internacional Público, Privado e Marítimo Proferida na Universidade de Roma no dia 23 de janeiro de 1872. In: MANCINI, Pasquale Stanislao. **Direito Internacional**. Tradução de Ciro Mioranza. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003, p. 98.

⁵² MANCINI, **A Nacionalidade como Fundamento do Direito das Gentes**, p. 62-63, grifo do autor

⁵³ MANCINI, op. cit., p. 63

⁵⁴ MANCINI, op. cit., p. 64

⁵⁵ MANCINI, op. cit., p. 64

autonomia externa, por sua vez, constitui tão somente a liberdade de se determinar internamente, sem intervenção de outras nações⁵⁶.

O objetivo final de Mancini não era, contudo, tão somente a defesa da nacionalidade – e, conseqüentemente, da sua constituição interna e autonomia externa – a reconfiguração da subjetividade jurídica no plano internacional será então proposta, como se pode observar:

Não basta ter colocado bases sólidas e inconcussas ao direito do livre e harmonioso desenvolvimento das nacionalidades. Ora, torna-se necessário demonstrar que nesse direito está a raiz e o fundamento verdadeiro e primeiro de todos os demais direitos entre as nações, melhor, seu compêndio. Em outros termos, **trata-se de mostrar que na gênese dos direitos internacionais a Nação e não o Estado representa a unidade elementar, a mônade racional da ciência**⁵⁷.

Feita a proposta de um novo protagonista no cenário internacional, emerge a crítica ao modelo constituído, com o Estado como sujeito, que resulta na sobreposição do governo à Nação e, conseqüentemente, a um Direito das Gentes que se constituiria na lei natural dos Estados, mas não dos povos⁵⁸.

Argumenta, ainda, que se a origem do direito no plano internacional for fundada no Estado, e não nos povos, ao se tratar um indivíduo estrangeiro, não se estaria obrigado a respeitar sua condição natural de homem, mas tão somente ao governo a que este estaria vinculado, implicando a impossibilidade de metade da ciência⁵⁹.

Decide, então, buscar suporte fático na história para demonstrar que o fundamento da ciência do direito internacional é a nacionalidade e não o Estado. Para tanto, aponta que os princípios confrontados, Estado e nacionalidade, por vezes não se conciliam, mas se opõem, pois esta permanece de forma necessária e espontânea na história, persistindo, inclusive, no esfacelamento daquele, porquanto as organizações políticas fruto do arbítrio diplomático acabam por sucumbir perante a força natural da nacionalidade⁶⁰.

Afirma que os momentos em que, na história, o princípio da nacionalidade sofre ataques, isto ocorreu devido ao abuso da força resultando na conquista, que se manifesta como pura violência na antiguidade, buscando vestes jurídicas em Roma; no medievo, fazendo-se valer do princípio da propriedade nos feudos ou se esconder por trás da cruz e se

⁵⁶ MANCINI, op. cit., p. 66

⁵⁷ MANCINI, op. cit., p. 67, grifo nosso.

⁵⁸ MANCINI, op. cit., p. 67.

⁵⁹ MANCINI, op. cit., p. 67-68.

⁶⁰ MANCINI, op. cit., p. 70.

propor religiosa; findas estas escusas, tornou-se industrial e, nos tempos mais próximos, utiliza-se da propagação de ideias civilizatórios, propondo-se civil⁶¹.

Prossegue apontando que mesmo os resultados da conquista se manifestando como algo transitório, isto se fez suficiente para confundir até mesmo a mente de estudiosos de boa-fé, que, a contragosto, tiveram de aceitar a doutrina da força como geradora do Direito⁶².

Para demonstrar a impotência da artificialidade da conquista frente à natureza da nacionalidade, apresenta, então, o itinerário histórico das grandes conquistas, a começar pela Grécia, que graças à proteção natural da nacionalidade, resistiu às investidas de conquista da Ásia; bastou, contudo, Alexandre partir em busca da conquista que, não obstante a superioridade cultural grega, a simples morte deste homem, resultou no esfacelamento da Grécia em diversos reinos independentes⁶³.

Roma, por sua vez, utilizou-se de ardis que permitiram disfarçar suas opressões violentas em uma necessidade ou em um imperativo de justiça. Além disso, conservam parte da nacionalidade dos vencidos, mantendo suas leis, deuses, magistrados e costumes, retardando sua dissolução política. Não pode, contudo, resistir às diversas nacionalidades que se esforçava em conter dentro de si, em conjunto com os ataques externos, sucumbindo e deixando suas ruínas como testemunho da força da natureza sobre as potências fundadas na opressão das nacionalidades⁶⁴.

Diante da enfraquecida Roma, os bárbaros deram início a uma nova forma de conquista, não se encontraria um Estado ou um príncipe conquistador, mas sim populações conquistadoras. Trazem novos valores e, de sua fechada hierarquia social e forte apego a propriedade do solo, fazem surgir o elemento feudal que tornará possível refazer a sociedade então diluída. Com o apoio de seu espírito de raça, faz dele o germe para recompor as nacionalidades decompostas. A força não poderia, porém, anular a nacionalidade dos romanos, que permaneceu por meio das leis, dos costumes e da língua. Essa fusão de raças, instituições e civilizações diversas fez surgir novas nacionalidades, sendo o aparecimento de novas línguas sua prova indubitável⁶⁵.

⁶¹ MANCINI, op. cit., p. 71.

⁶² MANCINI, op. cit., p. 71.

⁶³ MANCINI, op. cit., p. 72.

⁶⁴ MANCINI, op. cit., p. 72-73.

⁶⁵ MANCINI, op. cit., p. 73-74. Nota-se que a relevância do critério linguístico é tamanha que persiste no pensamento do autor, mesmo na preleção “A Vida dos Povos da Humanidade”, ao tratar da formação das nações, e da possível incidentalidade e variantes de força/relevância dos elementos objetivos, afirma: “Entre os elementos de afinidade e de comunhão que costumam atribuir específica semelhança e uniformidade de aspecto

Diante desta sociedade feudal coube à Igreja fazer cessar a opressão dos fortes, com um discurso cosmopolita de amor e paz, fez das nacionalidades emergentes irmãs, condenou o pecado da conquista e constituiu o fundamento de um Direito das Gentes cristão. Os povos medievais reconheceram no papa a autoridade capaz de constituir um tribunal para decidir seus conflitos entre nações, para manutenção da justiça e da paz. Porém, quando a Igreja entrega a Carlos Magno o princípio da conquista e passa a interferir sobremaneira no poder temporal, dá início ao que mais tarde se tornaria o confronto entre o sacerdócio e o império, culminando na Reforma; as conquistas de Carlos Magno também foram em vão e não persistiram à sua morte, que tão logo resultou na cisão das nações violentamente unidas⁶⁶.

O próprio sistema feudal acabou culminado numa situação que tendia a anulação da nacionalidade, por conta de divisões infinitas das terras e da soberania em função da transmissão hereditária. Surgem, então, posições vindas do espírito da indústria e do comércio, e deste embate entre forças feudais, monárquicas e citadinas, as nacionalidades ressurgem em vigorosas unidades políticas. Com o intuito de frear novas investidas conquistadoras, acreditou-se ter sido feita uma grande descoberta: o sistema de equilíbrio político entre Estados, que acabou por se tornar a causa daquilo que visava combater⁶⁷.

A autoridade concedida e este suposto princípio do Direito das Gentes (o equilíbrio político) fez prolongar muitas das guerras ocorridas na Europa, além de possivelmente ter sido a causa de tantas outras. Demais atrocidades, como a divisão da Polônia e a prisão da nacionalidade italiana sob o jugo de Estados estrangeiros também seriam atribuídas a este falso princípio que permitiu a poucas famílias tentar impor seu arbítrio contra a natureza, improvisando nações como improvisam os tronos⁶⁸. Tamanha foi a ineficácia do sistema de equilíbrio de poderes que são citados três nomes: Carlos V, Luís XIV e Napoleão, que desrespeitaram as nacionalidades, mas, ao fim, vislumbrou-se a artificial grandeza, fruto de seus arbítrios sucumbir diante da natureza que impunha o respeito às nacionalidades⁶⁹.

Feitas estas últimas exposições históricas, Mancini começa a encaminhar seus argumentos às considerações finais desta preleção que, segundo aponta, possui apenas um caráter introdutório à discussão. Afirma que a aplicação do princípio da nacionalidade como

às partes de cada nacionalidade, aquele que quase nunca falta e que talvez seja um atributo prevalente é a unidade da língua, o que levou Fichte dizer: a língua é a nação.” MANCINI, **A Vida dos Povos da Humanidade**, p. 199.

⁶⁶ MANCINI, **A Nacionalidade como Fundamento do Direito das Gentes**, p. 74.

⁶⁷ MANCINI, op. cit., p. 74-75.

⁶⁸ MANCINI, op. cit., p. 75.

⁶⁹ MANCINI, op. cit., p. 75-76.

fundamento da ciência do direito internacional permitiria solucionar muitos dos erros ainda presentes em temas como guerra, tratados e comércio marítimo, pois determinaria o limite ao justo desenvolvimento das nações e a livre e harmoniosa convivência entre elas⁷⁰.

Argumenta, a seguir, que o princípio da nacionalidade não exclui do âmbito das relações internacionais o princípio do Direito Universal, mas sim se agrega a ele como “especificação racional e concreta na ordem dessas relações”, sendo capaz de oferecer um liame aceitável dentre todas as escolas de Filosofia Jurídica, independentemente do ponto de partida que pretendam atribuir à ciência⁷¹.

Prossegue apontando os méritos metodológicos da adoção deste princípio, que resultaria em “admirável simplicidade que pode introduzir na ciência do Direito das Gentes, a qual, sob a proteção da lei suprema do Direito Universal, viria assim dispor-se e girar totalmente em torno de uma única idéia, causa e limite de todas as outras.”⁷².

A seguir, procura tornar certa sua preocupação, na gênese do conceito, de evitar que a aplicação do princípio da nacionalidade pudesse levar a aplicações egoístas ou exclusivistas, que permitissem a uma Nação taxar as outras como naturalmente bárbaras ou inimigas. Assim: “Se a nacionalidade, como sujeito de Direito conserva a si mesma, elevada depois a objeto do Direito se torna de todo impessoal e impõe o respeito de seu ser em qualquer parte que esteja representada pelos elementos primeiros e substanciais de que sua idéia se compõe⁷³.”. Deste modo, o princípio da nacionalidade não poderia ser respeitado de outra forma se não através da igual inviolabilidade e proteção das nações⁷⁴.

Adentra, então, nos elementos constitutivos da lei jurídica, sendo um deles incapaz de ser nacional, encontrando-se fora do tempo e do espaço, pois não tem origem nos limites do homem, mas sim em Deus que é a fonte primeira das obrigações, tanto entre os homens, quanto entre as nações⁷⁵. Já o outro seria suscetível de limites, porquanto se trata da utilidade dos homens e das nações, podendo-se traduzir na nacionalidade como o conjunto das utilidades legítimas de um povo⁷⁶.

⁷⁰ MANCINI, op. cit., p. 76.

⁷¹ MANCINI, op. cit., p. 77-79.

⁷² MANCINI, op. cit., p. 79.

⁷³ MANCINI, op. cit., p. 80.

⁷⁴ MANCINI, op. cit., p. 80.

⁷⁵ MANCINI, op. cit., p. 82.

⁷⁶ MANCINI, op. cit., p. 82.

Finalmente, aponta como último obstáculo a ser vencido, “os espíritos superficiais e vulgares” daqueles que prontamente desqualificam as ideias nas quais são incapazes de vislumbrar aplicações práticas imediatas, disto deduzindo sua falsidade científica⁷⁷.

Neste sentido, provoca: “Desde quando a intrínseca verdade de um princípio moral depende da guerra das paixões que combatem a aplicação prática dela?”⁷⁸. Defende, então, que as verdades primeiras de uma ciência assemelham-se, na prática, a um modelo de perfeição que pode, por vezes, jamais ser algum dia plenamente alcançado⁷⁹.

Por fim, diz saber que a aceitação do princípio da nacionalidade como fundamento do Direito das Gentes pode implicar uma revolução na ciência, mas afirma que somente sob este fundamento se fará possível encontrar as verdades capazes de torna-la mais sólida e estável⁸⁰. Prossegue, afirmando que: “a ciência não conhece as procelas da política e é impossível que o verdadeiro se torne falso, graças à prudência.”⁸¹. Assim, muito embora a prudência política seja o limite que determina a possibilidade e utilidade de qualquer direito abstrato, de nada adiantaria ignorar a realidade contida no princípio da nacionalidade⁸².

Observa-se, portanto, com Mancini, a ruptura com um discurso exclusivista do Estado como sujeito de direito, que passa a ser tratado como um ente artificial, fruto de uma abstração de inspiração contratualista para justificar as injustiças da conquista.

Ao mesmo tempo, tem-se o surgimento de uma nova proposta que, baseada na observação da realidade e na história, encontra no Princípio da Nacionalidade – e, conseqüentemente, na Nação – a base para um Direito Internacional científico, não mais conduzido pelos arbítrios dos homens ou dos Estados, mas que se comporte em conformidade com a natureza moral.

Assim, a Nação surge como elemento de maior importância, capaz de estabelecer as bases e os limites do Direito Internacional, sobrepujando o Estado, representaria a vitória do natural sobre o artificial.

A possibilidade da Nação ser, ao mesmo tempo, um corpo político e sujeito de direitos na ordem internacional, proporciona o embasamento necessário para que a península itálica possa emancipar-se do domínio dos Estados que violariam o Princípio da Nacionalidade (mais

⁷⁷ MANCINI, op. cit., p. 83.

⁷⁸ MANCINI, op. cit., p. 84.

⁷⁹ MANCINI, op. cit., p. 84.

⁸⁰ MANCINI, op. cit., p. 84.

⁸¹ MANCINI, op. cit., p. 85.

⁸² MANCINI, op. cit., p. 85.

precisamente a “livre constituição interna da Nação”) ao impedir que ela se organize de forma autônoma.

Apesar de sua importância e utilidade para unificação política italiana, a aceitação do Princípio da Nacionalidade não foi unanime, ao revés, sofreu uma série de críticas – e contribuições – como se poderá notar nos autores seguintes.

1.3 DEBATES ACERCA DO PRINCÍPIO DA NACIONALIDADE NA ESCOLA ITALIANA DE DIREITO INTERNACIONAL

Como se sabe, o pensamento de Mancini foi alvo de muitos estudos e, por consequência, também de muitas críticas⁸³, razão que talvez explique o porquê da sua preleção do ano seguinte, 1852, intitulada “Características do Velho e do Novo Direito das Gentes” dedicar-se a responder algumas dessas oposições – em especial daqueles que Mancini chama de “utopistas humanitários” e “diplomatas da força”⁸⁴.

Com o fim de demonstrar como se deram algumas destas críticas, apresenta-se o pensamento de dois autores que, junto com Mancini, marcaram a Escola Italiana de Direito Internacional: Terenzio Mamiani que aceita o Princípio da Nacionalidade, mas não a proposta da Nação como sujeito e, Pasquale Fiore, que adere ao Princípio da Nacionalidade em um primeiro momento, mas que, posteriormente, opõe-se a ele⁸⁵.

⁸³ “O jurista italiano, contudo, deixou algumas lacunas abertas na formulação da sua teoria que, também devido ao fato de em grande parte ter sido apresentada ao público através de discursos parlamentares, acabou por gerar infinitas críticas e desconfianças. Entre as críticas movidas pelos demais doutrinadores de direito internacional no período, encontravam-se aquelas ligadas à dificuldade em delinear o que seria propriamente a ‘Nação’, não mais enquanto entidade antropológica, mas sim enquanto sujeito do direito internacional.” (DAL RI JR., **A Nação Contra o Estado**, p. 82).

⁸⁴ MANCINI, Pasquale Stanislao. **Características do Velho e do Novo Direito das Gentes** – Preleção ao curso acadêmico do ano de 1852, proferida na Real Universidade de Turim. In: MANCINI, Pasquale Stanislao, **Direito Internacional**. Tradução de Ciro Mioranza. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003, p. 96 *et seq.* [Coleção clássicos do direito internacional].

⁸⁵ A escolha destes dois autores toma por base a preferência por eles nas principais fontes secundárias consultadas sobre o tema, em especial: DAL RI JR., **A Nação Contra o Estado** p. 83-86; DAL RI JR., **Pasquale Stanislao Mancini** p. 267-276; BIAZI, Chiara Antonia Sofia Mafra. **Representações do Princípio de Nacionalidade na Doutrina Internacionalista do Século XIX na Construção da Ideia de Autodeterminação dos Povos**, p.83-122.

1.3.1 Conciliação entre o Princípio da Nacionalidade e o Estado em Terenzio Mamiani

Ainda em solo italiano, possivelmente um dos primeiros responsáveis pelas críticas – e também contribuições – ao Princípio da Nacionalidade foi Terenzio Mamiani, que defendia o Estado como sujeito do Direito Internacional.

Entre as principais críticas de Mamiani ao princípio da nacionalidade, a que mais interessa a este trabalho diz respeito à supremacia do elemento subjetivo ou volitivo na construção do sujeito, em oposição às características objetivas propostas por Mancini (território, raça, língua, religião) que seriam apenas características acidentais⁸⁶.

Neste sentido, para Mamiani, o Estado se funda na vontade dos seus membros, sendo os critérios objetivos propostos por Mancini elementos qualificadores, que poderiam torna-lo “mais perfeito”, mas não seriam essenciais a sua existência⁸⁷.

Pode não ser esta, contudo, a primeira impressão que se obtém ao observar a obra “*D’un nuovo diritto europeo*” (1859), na qual Mamiani dedica espaço especial para tratar da nacionalidade⁸⁸.

No primeiro capítulo, faz uma abordagem histórica para criticar os exageros no uso do empirismo e da metafísica no Direito Internacional, defendendo a necessidade de uma abordagem capaz de ser considerada científica⁸⁹. Durante esta construção, o autor utiliza, inicialmente, o termo Nação⁹⁰. Somente após algumas páginas Mamiani faz referência, pela primeira vez, ao Estado⁹¹. O restante do capítulo continua a intercalar os termos Nação e Estado⁹².

Pouco tempo persiste, contudo, esta possível indistinção entre Nação e Estado. Este termo (Estado) que é primeiramente definido pelo autor, sendo assim apresentado: “[...] o

⁸⁶ BIAZI, Chiara Antonia Sofia Mafrica. **Representações do Princípio de Nacionalidade na Doutrina Internacionalista do Século XIX na Construção da Ideia de Autodeterminação dos Povos**, p. 71.

⁸⁷ BIAZI, op. cit., p. 72-74.

⁸⁸ MAMIANI, Terenzio. **D’un nuovo diritto europeo**. Tipografia di Gerolamo Marzorati: Torino, 1859, p. 40-59.

⁸⁹ BIAZI, op. cit., p. 87.

⁹⁰ “*Niuno ufficio della filosofia, se guardasi alla dignità e al profitto, supera di eccellenza questo al quale noi ci accingiamo; dacchè gli errori del gius delle genti propagansi coi funesti effetti loro nella lunghezza di molte età e decidono non rade volte delle sorti delle nazioni.*” MAMIANI, op. cit., p. 5. Pode-se encontrar, ainda antes, referência ao termo “nações civilizadas” (*nazione civile*) em MAMIANI, op. cit., p. 3.

⁹¹ “*Aggiungiamo che la fede inverso i trattati dee rimanere integra, enziandio quando sopravvengono mutazioni sostanziali dell’interno degli Stati; ed ella non dipende, parlando in generale, dalle politiche rivoluzioni.*” MAMIANI, op. cit., p. 8.

⁹² Utilizam-se, respectivamente, as palavras “*le nazioni*” (MAMIANI, op. cit., p. 9), “*lo Stato*” e “*degli Stati*” (MAMIANI, op. cit., p. 10).

Estado é certa congregação de famílias a qual proporciona com leis e tribunais o próprio benefício e a própria tutela; de modo que sejam competentemente realizados os fins gerais da sociedade e particulares dessa congregação.”⁹³.

O Estado é apresentado como pessoa moral, “indivíduo perfeito da grande cidade universal”, diferenciando-se de seus pares pelas famílias que o constituem, marcadamente pela assídua cooperação, último grau da conjunção e reciprocidade social, com especial relação com o território, a linhagem e outras contingências⁹⁴ (estas contingências são os elementos objetivos que compõem a nacionalidade). Logo a seguir, faz a ressalva de que o Estado não se constitui apenas da continuidade do solo e dos habitantes, mas também das mentes e ânimos⁹⁵. Mais que isso, o Estado se funda no concurso de pensamentos e vontades⁹⁶.

É de se notar que, neste ponto, Mamiani parece empregar na sua construção do conceito de Estado os principais elementos que também constituem a Nação para Mancini, distinguindo-se especialmente por uma maior ênfase ao elemento volitivo e a certo finalismo (busca do bem comum, progresso e aperfeiçoamento humano).

Uma diferença considerável entre os dois autores reside, contudo, no fundamento do Direito Internacional. Enquanto para Mancini este é o próprio princípio da nacionalidade, para Mamiani o primeiro princípio ou axioma do Direito Internacional seria que ninguém pode ofender, por nenhuma razão, a autonomia interna ou externa de qualquer Estado, desde que este não dê causa a uma Guerra Justa⁹⁷.

Ao tratar da nacionalidade, Mamiani parece sugerir ser a Nação um sujeito de direito, ao afirmar: “Predileta obra das mãos de Deus são as nações.”⁹⁸, e segue “Em processo de

⁹³ Tradução livre de: “[...] lo Stato essere certa congregazione di famiglie la qual provvede con leggi e con tribunali al bene proprio e alla propria tutela; tanto che sieno competentemente adempiuti i fini generali della socialità e i particolari di essa congregazione.” (MAMIANI, op. cit., p. 13).

⁹⁴ “Lo Stato adunque compone una persona morale o altramente un individuo perfetto della gran città universale; e si distingue e differenzia dagli altri suoi pari per ciò che le famiglie, onde viene costituito, intendono sotto quel tale cielo e dentro a quei tali confini di suolo di toccare insieme e com assidua cooperazione l’ultimo grado della congiunzione e reciprocazione sociale, secondo che portano le disposizioni speciali del territorio, della stirpe e d’altre contingenze si fatte.” (MAMIANI, op. cit., p. 14-15). Este mesmo pensamento é reforçado em MAMIANI, op. cit., p. 17.

⁹⁵ MAMIANI, op. cit., p. 15.

⁹⁶ “Lo Stato adunque fondandosi per le leggi fondasi per certo concorso di pensamenti e di voleri; [...]” MAMIANI, op. cit., p. 15.

⁹⁷ “Il che riconosciuto e fermato, se ne ritrae ciò che pel diritto internazionale è primo principio ed assioma, non potersi da niuno e sotto niuna ragione arrgare la facoltà di offendere e menomare l’autonomia interna ed esterna di qualchesia Stato insino e tanto che questo non provoca altrui ad assalire com giusta guerra; [...]” MAMIANI, op. cit., p. 20.

⁹⁸ Tradução livre de: “Prediletta opera delle mani di Dio sono le nazioni.” MAMIANI, op. cit., p. 40.

tempo e com o amadurecimento da civilização apenas as nações parecem constituir os indivíduos verdadeiros e potentes da grande família humana.”⁹⁹.

A reunião de certas características como uma mesma língua, arte e da literatura comuns, usos e tradições, acaba por gerar entre os povos a “mais alta reciprocidade de faculdades e privilégios”¹⁰⁰.

Este sentimento pode demorar mais para despertar em alguns povos, e, ainda mais raramente, não se manifestar, citam-se os casos da França, Espanha, Grã-Bretanha e os numerosos Estados germânicos¹⁰¹.

Defronta-se com os críticos ao princípio da nacionalidade, que buscam negar sua existência argumentando que nenhum Estado europeu é perfeitamente homogêneo em suas características¹⁰². Rechaça esta posição, argumentando que o princípio da nacionalidade pode melhorar a estabilidade dos Estados, tornando-os “mais perfeitos”, e conclui afirmando que a autonomia certa e legítima decorre da própria nacionalidade, que, pela própria natureza, “nasce pronta”¹⁰³.

Apesar de defender o princípio da nacionalidade, em meio às possíveis oposições entre Estado e Nação, Mamiani é claro ao afirmar: “os Estados são a verdadeira unidade moral e autonomia perfeita e imprescritível.”¹⁰⁴.

Um conceito de Nação somente é apresentado pelo autor no manuscrito “*Dell’ottima congregazione umana e del principio di nazionalità*” presente no apêndice da obra, em que se extrai a seguinte passagem:

De modo que o germe [das congregações federativas] se encontra vigorosíssimo nas nações; isto é, naquele corpo coletivo das gentes que residem nos mesmos lugares, com certas fronteiras quase marcadas pela mão de Deus, quais sejam os grandes rios ou cadeias de alpes ou o mar; e mais, ocorrerá de falarem a mesma língua e se reconhecerem saídos da mesma raça, ou, mesmo que originados de raças diversas, no entanto confundidas numa só ao longo dos séculos; e, finalmente, juntam-se e se unem espiritualmente com uma mesma espécie de tradições, de letras, de arte, de religião, de índole, de inclinação, de costumes, de intenções e de fins.¹⁰⁵

⁹⁹ Tradução livre de: “In processo di tempo e col maturarsi della civiltà le sole nazioni sembrano costituire gl’individui veri e potenti della grande famigli umana.” Loc. cit.

¹⁰⁰ MAMIANI, op. cit., p. 40-41.

¹⁰¹ MAMIANI, op. cit., p. 41.

¹⁰² MAMIANI, op. cit., p. 43-44.

¹⁰³ MAMIANI, op. cit., p. 44-47.

¹⁰⁴ Tradução livre de: “[...] gli Stati sono vera unità morale ed autonomia perfetta ed imprescrittibile.” MAMIANI, op. cit., p. 52.

¹⁰⁵ Tradução livre de: “Imperocchè il germe loro giace vigorosissimo nelle nazioni; cioè a dire in quel corpo collettivo di genti, alle quali incontra di abitare le stesse contrade con certi confini quasi dalla mano di Dio segnati, quali sono i grandi fiumi o catene di alpi od il mare; e che di più, s’avvengono di favellare in una lingua medesima e si riconoscono uscite d’un solo ceppo; ovvero, comechè originate da schiatte diverse, nullameno

Percebe-se que a definição de Nação, além de ser muito próxima daquela proposta por Mancini, parece quase que englobar o conceito anteriormente apresentado de Estado. Parece questionável, neste sentido, até que ponto a construção de Estado proposta por Mamiani é mais precisa – ou menos vaga – que o conceito de Nação adotado por Mancini.

1.3.2 Críticas e considerações ao Princípio da Nacionalidade em Pasquale Fiore

Muito embora o Princípio da Nacionalidade tenha sido de especial importância para a doutrina italiana, trata-se de uma concepção longe de ser perfeita. Uma das principais lacunas apresentadas pelos autores que tentaram defendê-lo foi apresentar um conceito bem definido que permitisse a um observador rapidamente “olhar para realidade” e identificar uma Nação.

Esta falta de precisão parece ter sido percebida por outro jurista italiano, Pasquale Fiore¹⁰⁶, que na sua obra “*Nuovo diritto internazionale pubblico*” apresenta as oposições doutrinárias acerca do princípio da nacionalidade, dividindo-as em dois grandes grupos, buscando posicionar-se entre elas¹⁰⁷.

Fiore também inicia sua obra com uma abordagem histórica do Direito Internacional, na qual aponta que, sem os conceitos de autonomia, de independência, de igualdade, de personalidade das nações, não se poderia ter o desenvolvimento da ciência do Direito Internacional, historicamente marcado pelo incremento da personalidade e autonomia nacional¹⁰⁸.

per grande lunghezza di secoli insieme confuse; e da ultimo si congiungono eziandio ed unificano spiritualmente con una specie stessa di tradizioni, di lettere, d'arti, di religione, d'indole, d'inclinazione, di costume, di proponimenti e di fini.” MAMIANI, Terenzio. **Dell'ottima congregazione umana e del principio di nazionalità**. In: MAMIANI, Terenzio. **D'un nuovo diritto europeo**. Tipografia di Gerolamo Marzorati: Torino, 1859, p. 383.

¹⁰⁶ Acerca de Pasquale Fiore, ver KOSKENNIEMI, **The Gentle Civilizer of Nations**, p. 54-57.

¹⁰⁷ DAL RI JR., **Pasquale Stanislao Mancini**, p. 268-269.

¹⁰⁸ “Senza adunque il concetto di autonomia, d'indipendenza, di eguaglianza, di personalità delle nazioni non potevamo avere lo svolgimento della scienza del diritto internazionale, il quale si è andato svolgendo storicamente come l'idea di personalità ed autonomia nazionale; [...]” FIORE, Pasquale. **Nuovo diritto internazionale pubblico** secondo i bisogni della civiltà moderna. Milano: Presso la Casa Editrice e Tipog. Degli Autori-Editori, 1865, p. 10. Outro elemento necessário para garantir o desenvolvimento da ciência do direito internacional é a observância dos “princípios de justiça”: “*Se noi vogliamo seguire lo sviluppo storico della scienza del diritto internazionale nei tempi a noi più vicini, dobbiamo convenire che come a mano a mano si è reso chiaro il concetto di personalità nazionale e i principii di giustizia che devono regolare i rapporti tra le nazioni, così gradamente si è sviluppata la scienza del diritto, e si sono fatti i primi tentativi per ridurla a sistema poggiandola sui principii del cristianesimo, sulle lezioni della storia e sulle decisioni dei saggi*” FIORE, op. cit. p. 16.

Com relação especificamente ao princípio da nacionalidade, já alerta Fiore que ao tentar determinar “quais são os elementos que a constituem, nós encontramos duas escolas opostas que querendo ser exclusivas, estimamos como falsas e exageradas.”¹⁰⁹.

A primeira destas escolas defenderia que a Nação resultaria, necessária e fatalmente, da reunião dos elementos de ordem geográfica, como território, etnológicos (raça), físicos e morais (unidade de língua, de usos e costumes, de religião)¹¹⁰.

A segunda, sem se dar conta da afinidade das raças, ou das fronteiras naturais, ignora completamente a personalidade jurídica internacional da Nação (que, como apontado, corresponde a um dos fundamentos da ciência do direito internacional para Fiore) e consideram ser a Nação apenas a reunião de homens em um mesmo território submetidos às mesmas leis, conclui afirmando que esta escola confunde a Nação com o Estado¹¹¹.

Só então Fiore apresenta sua posição, que considera “que a verdade está no justo meio” em relação às duas anteriores, pois, de um lado, as diferenças entre as nações não é apenas a divisão mecânica de um fato primordial, de outro, não se pode aceitar que qualquer associação humana, com raças, línguas, e religiões diferentes, unidos pela vontade ou pela força, tenha a mesma autoridade de uma Nação¹¹².

Posiciona-se contrário a uma observância mais rígida de alguns critérios como território e, especialmente, da raça, como condicionantes da nacionalidade, isso porque poderiam resultar em limitação do direito de sociabilidade, que é desta forma apresentado: “O direito de sociabilidade é um direito primitivo e ilimitado, todos aqueles que possuem razão e liberdade podem associar-se e os obstáculos naturais não podem limitar este direito primitivo ou natural.”¹¹³.

¹⁰⁹ “Nel determinare che cosa sia una nazione, e quali sono gli elementi che la costituiscono, noi troviamo due opposte scuole che volendo essere esclusive stimiamo false ed esagerate.” FIORE, op. cit. p. 45.

¹¹⁰ “La prima di queste scuole sostiene che la nazione sia un fatto necessario e fatale di diversi elementi appartenenti all’ordine geografico, etnologico, fisico e morale. Secondo i seguaci di questa scuola i confini naturali designati della mano stessa del Supremo Fattore, l’affinità di razza, la medesimezza di lingua, di abitudini, di costumi, di religione sono gli elementi da cui risulta la nazione.” FIORE, op. cit. p. 45.

¹¹¹ “L’altra scuola, senza tener conto dell’affinità delle razze o dei naturali confini, sconosce del tutto la personalità nazionale, e considerando i fatti compiuti, come poggiati sulla ragione di dritto, sostiene che la nazione sia l’associazione degli uomini abitanti il medesimo territorio sottoposti alla stessa legislazione o governati dalla stessa accolorità. Questa scuola confonde la nazione collo Stato, e neppure collo Stato quale dovrebbe essere, ma collo Stato come è inteso dai sostenitori della teoria del dritto divino e dei fatti compiuti.” FIORE, op. cit. p. 45.

¹¹² FIORE, op. cit. p. 45.

¹¹³ “Il dritto di sociabilità è un dritto primitivo ed illimitato; tutti gli esseri che hanno ragione e libertà possono associarsi e gli ostacoli materiali non possono limitare questo dritto primitivo e naturale.” (FIORE, op. cit. p. 46). Da mesma ocorre com a raça: “Ma secondo noi la razza non divide il genere umano in sezioni meglio che i confini naturali, nè si può sostenere che le differenze di razza siano il limite del principio di sociabilità.” loc. cit.

Mesmo a língua, critério tão enaltecido por Mancini e Mamiani, não é tratada como um requisito condicionante para formação da nacionalidade, tampouco como um critério capaz de obrigar os que falam a mesma língua a constituir uma mesma Nação¹¹⁴. Aponta, ainda, para a problemática dos dialétos, por vezes intelegíveis por quem fala uma mesma língua, e para o caso específico da Alsácia cujos atos administrativos eram publicados em francês e em alemão e nem por isso deixava de fazer parte da nação francesa¹¹⁵.

Quanto aos demais elementos constitutivos da Nação, “Da religião, do costume, dos usos, não queremos nos ocupar, porque estes são elementos acessórios até para aqueles que querem cientificamente, e a priori delinear os limites das nações.”¹¹⁶. Reforça a incidentalidade destes elementos, afirmando que a nacionalidade não pertence absolutamente à ciência, sendo necessário buscar outro fundamento para ela¹¹⁷.

Partindo dos princípios da afinidade e homogeneidade, que estabelecem os laços morais entre os membros das associações humanas, emerge como fundamento da Nação a consciência da nacionalidade, que possibilita a unidade moral desta associação¹¹⁸.

Reforça a impossibilidade de outros critérios serem utilizados para definir a nacionalidade:

Não é o governo, os diplomatas, os publicistas, nem os Etnólogos, os filósofos, ou os historiadores que podem delinear as fronteiras das nações, uma vez que estas são determinadas por certos instintos primitivos, por certas aspirações misteriosas, da tendência natural que alguns povos possuem de se reunir com outros¹¹⁹.

¹¹⁴ “*La lingua poi benchè sia uno dei più importanti elementi della nazionale unità, benchè sai una condizione indispensabile per facilitare l’associazione e la comunanza, non stabilisce un vincolo essenziale in modo da obbligare tutti quelli che parlano la stessa lingua a formare una nazione, e dividere quelli che parlano lingua diversa.*” (FIORE, op. cit. p. 48).

¹¹⁵ FIORE, op. cit. p. 48.

¹¹⁶ “*Della religione, del costume, delle abitudini non vogliamo occupare, perchè questi sono elementi accessori anche per quelli che vogliono scientificamente, ed a priori delinear i limiti delle nazioni.*” (FIORE, op. cit. p. 48).

¹¹⁷ “*Noi dunque ripetiamo che la base ed il fondamento su cui si formano le aggregazioni, che diconsi nazioni, non appartengono assolutamente alla scienza, ed è necessario ricercarne altrove il fondamento.*” (FIORE, op. cit. p. 49). Este fundamento também não poderia ser a política, tampouco a força: “*Se la scienza non può a priori determinare che cosa sia una nazione, molto meno lo potrà la politica. [...] La violenza e la forza se può obbligare una moltitudine di uomini a riconoscere lo stesso potere, ed ubbidire alla stessa legislazione, non potrà giammai formare di essi una nazione.*” loc. cit.

¹¹⁸ “*Questo principio di affinità e di omogeneità stabilisce dei legami morali tra gli associati, i quali allargandosi e sviluppandosi penetrano nella coscienza della società, la quale in quanto si propone un’idea predominante, ed intende la sua unità morale per raggiungerla, costituisce quello che dicesi nazione.*” FIORE, op. cit. p. 50.

¹¹⁹ “*Non è il governo, i diplomatici o i publicisti, né gli Etnologi, i filosofi o gli storici che possono delinear i confini delle nazioni, poichè questi sono determinati da certi istinti primitivi, da certe aspirazioni misteriose, dalla naturale tendenza che hanno alcuni popoli a riunirsi a tali altri.*” FIORE, op. cit. p. 51.

Assume, porém, a importância dos elementos exteriores como capazes de influir nos princípios de afinidade e homogeneidade, de modo que mesmo não podendo constituir a nacionalidade, melhoram sua estabilidade¹²⁰.

Chega, finalmente, a conclusão (e conceito) que “por nação entendemos uma livre e espontânea associação de pessoas por uniformidade de sangue, de língua e de atitudes, e por afinidade de gênio civil, de temperamento, de vocação, aptos e predestinados à máxima união social.”¹²¹. Percebe-se que, ao menos em estrutura, a definição de Nação proposta não se distingue daquelas de Mancini e Mamiani, preservando a concorrência de elementos objetivos e subjetivos para sua formação.

Porém, em nova edição de sua obra, publicada em 1879, Fiore muda drasticamente de opinião, afirmando que os defensores do princípio da nacionalidade não conseguem entrar em consenso acerca dos elementos constitutivos da Nação, tornando a teoria perigosa e susceptível a diversas aplicações¹²². Passa, ainda, a sustentar que são os Estados que vivem em uma comunhão de direito, e que a Nação precisa se organizar politicamente na forma de Estado para adquirir personalidade jurídica¹²³.

Esta mudança de posição do autor contribui para sustentar que o princípio da nacionalidade, antes tido como base do discurso jurídico italiano com relação à questão da subjetividade jurídica internacional, neste momento (ou a partir deste momento) já se encontrava em crise.

As variações no pensamento de Fiore acabam por representar de forma sobremaneira emblemática o contexto italiano ao longo do século XIX: em meio a profundas transformações da realidade política – que incluem a unificação da Itália –, o discurso jurídico precisou adaptar-se para se manter adequando às novas configurações impostas por estas alterações políticas.

Estas modificações políticas já tomavam por base, desde a primeira metade do século, o discurso acerca da nacionalidade, como se pode observar no pensamento de Mazzini, em que se encontrava uma estrutura próxima ao conceito apresentado por Mancini (presença de

¹²⁰ “*Se noi possiamo ammettere queste circostanze esteriori come interessanti, e di grande influenza per stabilire elementi di affinità e di omogeneità tra gl’individui, non le possiamo ritenere come le uniche, o le sole condizioni da cui risulta la nazione.*” FIORE, op. cit. p. 51.

¹²¹ “[...] *per nazione intendiamo una libera e spontanea associazione di genti per medesimezza di sangue, di lingua e di attitudine, e per affinità di genio civile, di temperamento, di vocazione, atte e preordinate alla massima unione sociale.*” FIORE, op. cit. p. 52.

¹²² DAL RI JR., **Pasquale Stanislao Mancini**, p. 272.

¹²³ DAL RI JR., op. cit., 272-273.

elementos objetivos – língua, etnia, costumes – e subjetivos – a consciência de unidade), diferindo-se mais em sua finalidade que em sua definição.

Foi apenas Mancini, entretanto, que por meio do Princípio da Nacionalidade, conferiu forma jurídica à Nação, deslocando-a de um espaço periférico no qual sua existência era condicionada ao Estado, para lhe conceder o protagonismo como sujeito e objeto de um novo Direito Internacional científico.

Esta proposta inovadora foi defendida de forma um pouco mais moderada por Mamiani, que aceita o Princípio da Nacionalidade como o fundamento do sujeito de direito internacional, divergindo de Mancini com relação a sua titularidade, a qual deveria ser mantida com o Estado.

O debate permanece inflamado, a ponto de que outro renomado jurista, Pasquale Fiore, inicialmente adere ao Princípio da Nacionalidade, porém, anos depois, revê sua posição e se coloca contrário a ele.

Este itinerário não foi, contudo, exclusivo da experiência jurídica italiana, diante do impacto da unificação da Itália, juristas de diversos países – a exemplo, Joseph Proudhon, Theodor Mommsen, Fustel de Coulanges, Ernest Renan – puseram-se a explicar o fenômeno da nacionalidade e, por consequência, da subjetividade jurídica internacional ao longo de todo século XIX.

O Princípio da Nacionalidade tal como foi concebido por Mancini, entretanto, deixa de integrar a base dos discursos, sendo, em alguma medida, até mesmo combatido (como visto, Mamiani aceita apenas em parte a proposta de Mancini, já Fiore, em um segundo momento, aponta para imprecisão e para os perigos deste pensamento), acabando por se tornar, ainda no século XIX, mais uma referência histórica que um instituto jurídico potencialmente eficaz.

2 NAÇÃO E ESTADO NA DOUTRINA JURÍDICA INTERNACIONAL BRASILEIRA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Como se fez notar, as oposições entre Nação e Estado constituíram parte relevante da doutrina jurídica europeia, particularmente a italiana ao longo do século XIX. Ademais, a problemática acerca da subjetividade jurídica internacional não se conteve no plano estritamente teórico, antes disso, propunha-se a explicar, compreender, e até legitimar as transformações políticas que redesenhavam os mapas (não só) da Europa.

Assim sendo, este capítulo pretende apresentar como a doutrina brasileira, no mesmo período, tratava a problemática da subjetividade jurídica internacional. Buscou-se observar, em especial, como se dava o uso dos conceitos de Nação e Estado, as definições empregadas – quando presentes –, buscando-se, ao final, apresentar uma crítica acerca do pensamento de cada autor (no pormenor que constitui objeto deste trabalho) e as possíveis relações com os pensadores abordados no capítulo anterior.

Para tanto, lançou-se mão do pensamento de diversos autores: um publicista, José Antonio Pimenta Bueno que emprega os termos Nação e Estado ao analisar a constituição do império e o direito internacional privado; as práticas diplomáticas nacionais, por meio da história dos Tratados dos quais o Brasil fez parte, apresentada por Antonio Pereira Pinto; um internacionalista, que se ocupa de compreender o fenômeno jurídico internacional a partir de bases abstratas (e não pela práxis diplomática), e, para tal, faz uso da Nação e do Estado, Antonio de Vasconcellos Menezes Drummond; por fim, a releitura – ou retomada – do pensamento de Pedro Autran da Matta e Albuquerque, por João Pereira de Souza, permite observar continuidades e rupturas no pensamento jurídico internacional brasileiro ao longo da segunda metade do século XIX.

Antes porém, para melhor compreender o desenrolar da doutrina nacional, faz-se necessário primeiramente recorrer a um autor lusitano, que, considerando o grande intercâmbio cultural existente entre Brasil e Portugal, permite melhor compreender as bases da doutrina jurídica internacional brasileira na primeira metade do século XIX.

2.1 A NAÇÃO NO PENSAMENTO DE UM AUTOR LUSITANO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX: VICENTE FERRER NETO PAIVA

Durante os primeiros anos do século XIX, o Brasil ainda se encontrava como uma Colônia de Portugal. Em 1824 publica-se a “Constituição Política do Imperio do Brazil”, consolidando a independência político-jurídica, dever-se-ia, também, buscar a independência cultural da antiga Metrópole. Foi com a Lei de 11 de agosto de 1827 que se criam os dois primeiros “Cursos de sciencias Juridicas e Sociaes”, nas cidades de São Paulo e de Olinda.

Apesar de já haver universidades voltadas ao ensino jurídico no Brasil, não parece necessário argumentar que, por décadas, a doutrina portuguesa continuou a influenciar fortemente a opinião dos juristas brasileiros (basta observar que não se poderiam “congelar” as funções públicas até a formação de um grupo de pensares nacionais para se ocuparem os ofícios públicos, ofícios que continuariam a ser exercidos por indivíduos que obtiveram sua formação no exterior), alguns que ainda se referiam a Portugal com grande reverência.

No campo do Direito Internacional, a primeira obra publicada por um Lente brasileiro é datada de 1851¹²⁴. Porém, mesmo antes da Preleção proferida por Mancini em 1851 já era possível encontrar referência à Nação como sujeito do direito das gentes em língua portuguesa. Trata-se da obra “Elementos de Direito das Gentes” de Vicente Ferrer Neto Paiva¹²⁵ – Lente Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra –, que já se encontrava na sua segunda edição em 1843.

Apesar de haver remissão à ciência do Direito¹²⁶, é também utilizado o termo direito filosófico¹²⁷. Percebe-se, ademais, que se trata de um autor jusnaturalista, como se faz notar: “*Direito das Gentes* é o Direito Natural, aplicado às relações, que as Nações tem entre si.”¹²⁸.

¹²⁴ MAROTTA RANGEL, Vicente. **Primeiros escritos sobre Direito Internacional no Brasil**. In: **Problemas Brasileiros**, 1977 (outubro), p. 8.

¹²⁵ NETO PAIVA, Vicente Ferrer. **Elementos de direito das gentes**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2. ed. [correcta e argumentada], 1843.

¹²⁶ “Omittimos nestes Elementos os princípios do Direito Natural; porque, segundo o systema d’estudos da Faculdade de Direito, esta Sciencia precede no mesmo anno o conhecimento do Direito das Gentes.” NETO PAIVA, **Elementos de direito das gentes**, p. 9-10.

¹²⁷ NETO PAIVA, op. cit., p. 7; 15-16.

¹²⁸ NETO PAIVA, op. cit., p. 13, grifo do autor. Ainda com relação às premissas jusnaturalistas do autor: “Não sendo o Direito das Gentes senão o Direito Natural com diversa applicação; é evidente, que o Direito das Gentes obriga as Nações á prática dos mesmos deveres, a que o Direito Natural sujeita os particulares.” NETO PAIVA, op. cit., p. 15.

É de se fazer notar, ainda, que muito embora reconheça a existência de um Direito das Gentes positivo, oriundo dos tratados ou do costume, esse é secundário frente ao Natural¹²⁹.

Sendo o Direito das Gentes o direito aplicado às relações entre as nações, faz-se imperioso reproduzir a definição de Nação apresentada pelo autor:

As *Nações* são associações de homens com o fim de melhor conseguirem os fins, para que forão destinados, debaixo do governo d'um Superior commum, que se chama *Soberano*. As *Nações*, consideradas como seres collectivos e pessoas moraes, e governadas por Soberanos independentes uns dos outros, não reconhecem superior commum sobre a terra. Ellas tem umas para com as outras a mesma independencia, que naturalmente tinham entre si os homens, que constituirão o corpo político¹³⁰.

Percebe-se a definição finalística de Nação, que se propõe a possibilitar a melhor consecução dos fins aos quais o homem foi destinado (estes, porém, não são revelados ao longo da obra). Contudo, apesar de fazer referência à sujeição a um soberano, para o autor, a forma de governo – ou mesmo a sua existência – não é elemento necessário para aplicabilidade do direito das gentes¹³¹.

Uma análise um pouco mais atenta revela, entretanto, que, apesar de fazer alusão à figura da Nação, o autor parece pouco preocupado com uma maior precisão terminológica, o que se revela especialmente na seguinte passagem, na qual Nação e Cidade são tidas como sinônimos, e, posteriormente, sem qualquer distinção ou ressalva com relação aos termos antecedentes, faz-se menção ao Estado:

O principio da sociabilidade natural, e desenvolvida pela intelligencia humana, conduzio os homens a se unirem em sociedade. D'elle resultou a *Cidade*, ou *Nação*. considerado abstractamente, todo o Povo tem necessidades e paixões, como os individuos, que o compõem. Esta collecção de homens é igualmente penetrada do desejo da sua conservação e desenvolvimento, e procura as condições para isso necessarias, que não encontra sempre dentro das raias do seu território. Então o principio da sociabilidade não se limita só ao Estado, e fundamenta as relações entre *Nações* do mesmo modo, que as relações entre os particulares¹³².

Contribui, também, para a tese da indiferença terminológica empregada pelo autor o fato de não haver nesta obra uma definição de Estado. Além disso, ao se observar a “Tabella

¹²⁹ “Outra especie de Direito das gentes existe, que se chama *Positivo*, ou *Secundario*, e é o que resulta dos tractados, ou convenções escriptas, que as *Nações* tem feito entre si, ou que é fundado sobre os usos geralmente observados pelos diversos Estados.” NETO PAIVA, op. cit., p. 16, grifo do autor.

¹³⁰ NETO PAIVA, op. cit., p. 13-14, grifo do autor. Pode-se notar certa semelhança entre este conceito e o pensamento de Vattel.

¹³¹ “A diversa fôrma de governos não altera estas relações internacionaes; porque ellas derivão necessariamente da natureza absoluta dos corpos políticos; a falta de governo, (p. 14) e a *anarchia* não destróem senão as relações de governo a governo, as de Nação a Nação subsistem. O Direito Natural pois, que sendo essencialmente ligado á natureza humana, regúla os homens em todas as suas relações, dirige tambem as que estes seres moraes tem entre si, e é lei commum para as *Nações*. NETO PAIVA, op. cit., p. 14-15, grifo do autor.

¹³² NETO PAIVA, op. cit., p. 14, grifo do autor. Outros trechos que apresentam certa indiferença com relação à nomenclatura empregada, havendo remissão tanto a Estado, quanto a Nação podem ser encontrados em NETO PAIVA, op. cit., p. 22(§22 e §23); 54-56 (§106 e §110).

Analytica das Materias”¹³³, nota-se que ao se deparar com o verbete “Nação”, vê-se não uma definição, mas a seguinte referência: “Nações tem direitos e deveres iguaes, ainda que sejam desiguaes em forças §.14., tem entre si os mesmos deveres, que tem os particulares. §.6.”¹³⁴.

Ainda com relação ao conceito de Nação apresentado, este parece aproximar-se daquele de Vattel cujo pensamento foi cunhado no século XVIII (e, ao definir Nação, logo a iguala ao Estado), contando com a presença de um claro elemento finalístico e a presença de um soberano¹³⁵.

Conclui-se, pois, que a referência aqui encontrada no tocante à Nação como sujeito do Direito das Gentes não permite maiores correlações com ocorrências futuras na doutrina brasileira, se não a de que a palavra já foi utilizada, porém, sem preocupação em precisar seu conteúdo, razão que impede uma conexão semântica neste sentido¹³⁶. Apesar da análise semântica permanecer prejudicada, há, ao menos, uma conclusão útil a esta pesquisa: a de que a utilização da Nação como sujeito, a partir deste momento, não configura, necessariamente – ou por si só –, uma inovação no cenário jurídico (ou seja, o inovador na proposta de Mancini não foi o uso da Nação como sujeito de direito internacional, mas o fato de bem precisá-la e assim, poder contrapô-la ao conceito – mais ou menos claro – de Estado).

2.2 INSUFICIÊNCIAS DOS CONCEITOS DE NAÇÃO E ESTADO

Importante notar que, na doutrina jurídica internacionalista ainda nascente no Brasil, Estado e Nação são tidos como sinônimos e assim se consolidam, já na obra “Princípios de Direito Público Universal”, de Avelar Brotero, Professor da Faculdade de Direito de São Paulo e autor da primeira monografia brasileira aplicada ao Direito das Gentes¹³⁷.

¹³³ NETO PAIVA, op. cit., p. 87 *et seq.*

¹³⁴ NETO PAIVA, op. cit., p. 91.

¹³⁵ Com relação ao finalismo e sua relação com a soberania: VATTEL, **Direito das Gentes**, p. 157.

¹³⁶ Neste sentido, já alerta Hespanha: “Embora muitos conceitos ou princípios jurídicos sejam muito mais modernos do que geralmente se supõe, é verdade que há outros que parecem existir, com seu *valor facial* (i.e., referidos com as mesmas palavras ou como frases), desde há muito tempo. [...] Contudo, se avançarmos um pouco na sua interpretação, logo veremos que, por baixo da superfície da sua continuidade *terminológica*, existem rupturas decisivas no seu significado *semântico*. O significado da mesma palavra, nas suas diferentes ocorrências históricas, está intimamente ligado aos diferentes contextos, sociais ou textuais, de cada ocorrência. Ou seja, o sentido é eminentemente *relacional* ou *local*. [...] Por detrás da continuidade aparente na superfície das palavras está escondida uma descontinuidade radical na profundidade do sentido.” HESPANHA, **Cultura jurídica Européia**, p. 26-27, grifo do autor.

¹³⁷ MAROTTA RANGEL, op. cit., p. 7-8.

Para descrever a doutrina do direito internacional público desenvolvida no Brasil durante o século XIX, tomaram-se por base as obras relacionadas no estudo apresentado por Marrotta Rangel¹³⁸.

Neste primeiro momento, reuniram-se as obras que parecem apresentar certa indiferença – ou mesmo, confusão – entre os termos Nação e Estado, ainda que não exclusivamente no plano jurídico.

Trata-se, portanto, de autores que, assim como observado em Neto Paiva, não se preocupam, em absoluto, em oferecer uma clara distinção entre Nação e Estado, não exclusivamente no âmbito do Direito, mas também, sequer no campo do social ou mesmo político.

2.2.1 A Nação e o Estado na visão de um Publicista: José Antonio Pimenta Bueno

A problemática acerca da subjetividade jurídica no plano internacional não interessa apenas aos internacionalistas, quanto mais no contexto do Brasil que, no início da segunda metade do século XIX, ainda não havia se preocupado em esclarecer esta questão, que também poderia refletir em outros ramos do Direito, especialmente o direito público.

Por conta disso, além de se ater às obras dedicadas ao direito internacional, optou-se, ainda, por utilizar um jurista que, formado na Faculdade de Direito de São Paulo, ocupou em sua trajetória cargos associados aos poderes legislativo, executivo e judiciário. Contribuiu especialmente para o desenvolvimento do direito público interno e o direito internacional privado, trata-se de José Antonio Pimenta Bueno.

Interessam, para o problema proposto, duas de suas obras: “Direito Publico Brasileiro e analyse da Constituição do Imperio”, de 1857, e “Direito Internacional Privado e applicação dos seus principios com referencia ás leis particulares do Brazil”, de 1863.

¹³⁸ MAROTTA RANGEL, op. cit., p. 7 *et seq.* Ficaram de fora apenas duas obras: “Elementos do Direito das Gentes segundo as doutrinas dos autores mais modernos”, de Pedro Autran da Matta e Albuquerque e “Elementos de Direito Internacional Marítimo” de Carlos Vidal de Oliveira Freitas; as quais não se pode ter acesso. Quanto à primeira, espera-se que a obra oferecida, ainda no mesmo século, por João Pereira de Souza, que a tomou como base, seja o bastante para suprir sua ausência. Com relação à segunda, por ter sido escrita para transitar entre os círculos militares (especialmente, a Armada), além de tratar de temática específica, talvez não tenha atingido tamanha repercussão na academia.

A primeira delas deve tratar, portanto, de concepções mais gerais do autor acerca do próprio direito e, a seguir, adentrar em sua compreensão acerca do direito público interno e externo – neste último incluso o direito internacional.

Pimenta Bueno dedica a sua obra *Direito Publico Brasileiro* não aos grandes estudiosos, mas sim aos jovens brasileiros, estudantes de Direito, que até o momento não podiam contar com uma obra feita por um brasileiro acerca dos princípios fundamentais do direito público nacional¹³⁹.

São expostas, a seguir, algumas de suas premissas teóricas, que apontam ao jusnaturalismo, com uma distinção entre uma ordem posta que deve refletir princípios de uma ordem superior, calcada na razão:

O plano que vamos seguir parece-nos natural e simples. Nosso direito publico positivo é a sábia constituição politica, que rege o imperio; cada um de seus bellos artigos é um complexo resumido dos mais luminosos principios do direito publico philosophico, ou racional. Procuramos pois desenvolvê-los; não separadamente um do outro: aquelle é a nossa lei publica, este é a fonte esclarecida, de que ella foi derivada¹⁴⁰.

Esta posição se torna mais evidente ao tratar da classificação das leis em função de sua origem¹⁴¹, situação em que prescreve: “*Leis naturaes*. – São as normas prescriptas pela razão natural esclarecida, são preceitos que resultão das condições moraes dos homens, condições sem as quaes não haveria ordem, nem justiça entre elles”¹⁴² e, a seguir, aponta para a distinção, “*Leis positivas*. – São normas prescriptas pelo poder social legitimo para manter a segurança dos direitos, e dirigir os differentes serviços da sociedade.”¹⁴³.

É, ainda, ao tratar das características do direito em geral, que ocorre a primeira menção a uma relação entre diversos Estados, como se percebe:

O Direito, considerado em geral, ou em sua mais alta comprehensão, é a luz da intelligencia, ou o complexo dos seus dictames applicado a manter e garantir as boas relações naturaes ou civis, administrativas ou politicas do homem, da sociedade ou

¹³⁹ “Nosso trabalho aspira a menos: destina-se a auxiliar os esforços dos jovens Brasileiros que dedicação-se ao estudo do Direito, e que não têm ainda, ao menos que saibamos, um expositor nacional dos principios fundamentaes de nossas leis e liberdades patrias” PIMENTA BUENO, José Antonio. **Direito Publico Brasileiro** e analyse da Constituição do Imperio. Rio de Janeiro: Typographia imp. e const. de J. Villeneuve e C., 1857, p. III.

¹⁴⁰ PIMENTA BUENO, op. cit., p. IV. Quanto à finalidade do direito, esta parece ser “[...] a felicidade de todos e de cada um.” PIMENTA BUENO, op. cit., p. 9.

¹⁴¹ “As leis quanto á sua origem, ou fonte donde são derivadas, denominão-se naturaes, ou positivas.” PIMENTA BUENO, op. cit., p. 16.

¹⁴² PIMENTA BUENO, loc. cit., grifo do autor.

¹⁴³ PIMENTA BUENO, loc. cit., grifo do autor.

dos Estados. O Direito e suas correspondentes obrigações são os princípios, as bases firmes de toda a sociabilidade, legislação, progresso e perfeição humana¹⁴⁴.

As referências ao Estado seguem pela obra, em um primeiro momento, ao se tratar dos limites do direito público, “O *Direito Publico, Jus Publicum, quod ad statum reipublicae spectat*, tem por dominio todas as relações do cidadão para com o Estado”¹⁴⁵, nova referência ao Estado é feita ao se referir as divisões entre direito público interno e externo: “O Direito Publico em sua ampla generalidade é o complexo dos principios reguladores tanto das relações do poder publico no interior, como no exterior do Estado. Nessa generalidade elle pôde ser dividido em interno e externo [...]”¹⁴⁶.

É justamente quando passa a tratar do direito público externo que ocorre uma mudança e o termo a ser usado passa a ser a “nação”, como se faz notar:

O Direito Publico externo universal, que denomina-se tambem direito das gentes universal, natural, racional, ou absoluto, é o complexo dos principios e maximas da razão esclarecida do direito natural applicado **às relações das nações entre si**: é a philosophia dessa parte do Direito Publico em geral¹⁴⁷.

Importante ressaltar que não se trata de uma referência isolada, o termo Nação é utilizado novamente ao se definir o direito público externo positivo: “O Direito Publico externo positivo, que tambem pôde denominar-se direito das gentes positivo, ou convencional, é a applicação, ou modificação de alguns desses principios, estipulada por tratados ou convenções expressas, ou accessão tacita entre maior ou menor numero de nações[...]”¹⁴⁸ e o direito marítimo¹⁴⁹.

Ao versar sobre o Direito Internacional privado, ou particular – ainda na sua obra *Direito Publico Brasileiro* –, é apresentada a seguinte definição: “Direito Internacional particular é o complexo dos principios e disposições positivas segundo as quaes as leis, o direito privado de uma nação, pôde ou deve ter applicação no territorio de outra.”¹⁵⁰, notavelmente, com o emprego da palavra Nação. Entretanto, logo no parágrafo posterior, aparentemente ocorre alguma confusão entre Estado e Nação, como segue:

Este importante ramo do direito, que affecta as **relações exteriores do Estado**, e o interesse particular dos individuos, e que como tal participa do Direito publico e particular, tem em vistas e por fim **harmonizar as relações das nações** e de seus subditos, evitar e resolver o conflicto de suas leis particulares, muitas vezes

¹⁴⁴ PIMENTA BUENO, op. cit., p. 7.

¹⁴⁵ PIMENTA BUENO, op. cit., p. 8, grifo do autor.

¹⁴⁶ PIMENTA BUENO, op. cit., p. 10.

¹⁴⁷ PIMENTA BUENO, op. cit., p. 10-11, grifo nosso.

¹⁴⁸ PIMENTA BUENO, op. cit., p. 11.

¹⁴⁹ PIMENTA BUENO, loc. cit.

¹⁵⁰ PIMENTA BUENO, op. cit., p. 14

dissonantes em seus preceitos, ou aplicação; é sem duvida de mister evitar esse inconveniente reciproco tão importante¹⁵¹.

Se, em um primeiro momento, parecia haver uma divisão rígida no emprego dos termos Nação e Estado, ainda que seu conteúdo não estivesse claro, parecia possível intuir que o termo Estado se empregava para relações de ordem interna, enquanto a palavra Nação era utilizada exclusivamente no plano internacional, esta divisão começa a se mostrar mais aparente que real.

A inviabilidade desta classificação se demonstra na passagem seguinte, em que o termo Nação é utilizado para se referir a questões de direito interno:

No Direito civil, como bem ponderava um dos illustres conselheiros de Estado de Napoleão I, é essencial distinguir duas partes, uma, das disposições que são da ordem e direito natural, e que por isso mesmo são applicaveis a todos os homens, tanto nacionaes como estrangeiros; e outra, das disposições puramente arbitrarías, ou formuladas só pelo interesse da sociedade civil da respectiva nação, e que por isso mesmo são especiaes, e só applicaveis aos nacionaes, e não aos estrangeiros¹⁵².

Até o presente momento, buscou-se fazer alguma sistematização das ocorrências dos termos “nação” e “Estado” nesta primeira obra do autor para, a partir dos seus usos, tentar deduzir algum campo exclusivo para um destes termos, tal tentativa, entretanto, revela-se inexitosa.

Adentrando, então, em sua obra específica acerca do direito internacional privado, percebe-se nas primeiras páginas¹⁵³ o uso exclusivo do termo “nação”, desde a Introdução¹⁵⁴ até parte do “Titulo Preliminar”¹⁵⁵.

Esta uniformidade é, porém, rompida no momento em que se define direito internacional público, em que Nação e Estado serão igualados:

¹⁵¹ PIMENTA BUENO, op. cit., p. 14, grifo nosso.

¹⁵² PIMENTA BUENO, op. cit., p. 14-15.

¹⁵³ PIMENTA BUENO, José Antonio. **Direito Internacional Privado** e aplicação dos seus principios com referencia ás leis particulares do Brazil. Rio de Janeiro: Typographia imp. e const. de J. Villeneuve e C., 1863, p. 5-11.

¹⁵⁴ “Os primeiros esforços da razão esclarecida forão de procurar na ordem moral da criação as nações primordiaes de um direito natural, e depois de applica-lo ás relações de nação a nação.” PIMENTA BUENO, op. cit., p. 6); “A civilização actual não se contenta mais agora só com o estudo do direito das gentes. Este, como depois veremos, contempla só as diversas relações publicas ou geraes de nação a nação.”, loc. cit.; “Por isso as nações novas e ainda fracas pela pequenez relativa de sua população, têm um maior interesse em aprofundar o conhecimento do direito internacional em todas as suas relações: elle é uma de suas armas, e de seus meios de defesa.” PIMENTA BUENO, op. cit., p. 8.

¹⁵⁵ “O direito internacional considerado em geral ou no seu todo é o complexo dos principios racionaes, normas, maximas, actos ou usos admittidos pelas nações civilisadas, como reguladores de suas relações reciprocas, directas ou indirectas.” PIMENTA BUENO, op. cit., p. 11; “Consequentemente nessa generalidade elle comprehende todas as relações das nações entre si, e portanto, também, senão immediata, ao menos mediata e indirectamente, as relações de seus subditos em contacto com as leis estrangeiras.”, loc. cit.

O direito internacional publico ou das gentes, *jus gentium publicum*, ou *jus publicum inter gentes*, é o complexo dos principios, normas, maximas, actos, ou usos reconhecidos como **reguladores das relações de nação a nação, ou de Estado a Estado** como taes, reguladores que devem ser attendidos tanto por justiça como para segurança e bem-ser coomum dos povos¹⁵⁶.

Evidente que um único trecho, por mais claro que seja, não bastaria para validar esta hipótese, mas o emprego seguinte do termo Estado, a se notar: “O direito das gentes é, digamos assim, a lei commum, e que deve ser invariavel, nas relações mutuas dos Estados, lei que tem o caracter de generalidade dominadora em todos os casos analogos, mas que só tem força e sancção moral [...]”¹⁵⁷, já torna inviável a tentativa de sustentar um uso da expressão Nação para se referir ao plano internacional, assim como do Estado para o âmbito do direito interno, além de apontar ser improvável qualquer pretensão do autor em fazer uma distinção entre esses termos.

Ao tratar do objeto do direito das gentes, é possível extrair algumas características acerca da sua concepção de Nação “Vê-se pois que o direito das gentes tem por objecto as relações reciprocas das nacionalidades, nação a nação, consideradas em seu todo como pessoas ou entidades moraes collectivas, independentes e soberanas.”¹⁵⁸. Embora o que se tenha não seja suficiente para uma definição, ao menos, permite notar algumas características gerais, quais sejam, o fato de ser uma entidade moral, independente e soberana. A indiferença na utilização dos termos Estado e Nação, contudo, não permite afirmar que estas sejam características exclusivas deste conceito, não aplicáveis aquele.

O restante da obra não busca um maior esclarecimento destes termos, ao revés, passa a utilizar, por diversas vezes, o termo “paiz”¹⁵⁹, isoladamente ou em conjunto com os demais (Estado e Nação)¹⁶⁰, sem qualquer manifestação de exclusividade ou preferência entre eles.

¹⁵⁶ PIMENTA BUENO, op. cit., p. 11, *grifo do autor*, **grifo nosso**

¹⁵⁷ PIMENTA BUENO, op. cit., p. 12.

¹⁵⁸ PIMENTA BUENO, op. cit., p. 11,

¹⁵⁹ Apenas para ilustrar algumas destas referências: “Cada nacionalidade ou paiz tem o seu estatuto pessoal especial e apropriado, que acompanha os seus nacionaes em toda e para toda e qualquer parte a que elles se dirijão” PIMENTA BUENO, op. cit., p. 14; “Umas destas leis dirigem-se a regular a fôrma exterior dos actos, as solemnidades externas que elles devem ter para que sejam reputados legitimos, cada paiz tem suas disposições a este respeito pelo que toca aos que nelle são passados; veremos depois o fundamento da regra *locus regit actum*.” PIMENTA BUENO, op. cit., p. 14-15, *grifo do autor*; “Todas estas leis dos differentes paizes poem-se muitas vezes em relação entre si e originão conflicts” PIMENTA BUENO, op. cit., p. 15; “A desarmonia, opposição, ou dissonancia entre os estatutos dos differentes paizes podem apresentar-se em variados casos, ou por diversas fôrmas, como nos seguintes exemplos:”, loc. cit.;

¹⁶⁰ “Quando porém a lei do Estado denega positivamente ao estrangeiro um direito, então, qualquer que seja a disposição da lei do paiz deste, não há conflicto, pois que nesse caso ella não é admissivel, e muito menos applicavel.” PIMENTA BUENO, op. cit., p. 16; “Para resolver os conflicts a razão não manda ir sómente examinar onde pára ou cessa o territorio deste ou daquelle Estado, nem tão pouco o que dicta o arbitrio ou só o interesse deste ou daquelle paiz” PIMENTA BUENO, op. cit., p. 19 “Além de incompleto é um principio que

O que se nota é, pois, mesmo em sua obra dedicada ao direito internacional, um abandono quanto à rigidez e precisão dos termos empregados, podendo-se encontrar, sem maiores distinções, menções a “nação”, “Estado” e “paiz”.

Ao que parece, mesmo uma análise conjunta das duas obras de Pimenta Bueno não permite identificar um âmbito exclusivo de aplicação de qualquer destes termos, o que resultaria na impossibilidade de defini-los, mesmo de forma vaga, pois a ausência de limite entre eles, faria os conceitos, consequentemente, confundirem-se.

Antes de encerrar a análise deste autor, porém, há ainda passagens relevantes na obra “Direito Publico Brasileiro” que precisam ser avaliadas. Trata-se do título “Da nação, soberania, e poderes politicos brasileiros”¹⁶¹. Diferentemente do início da obra, deste ponto em diante os argumentos apresentados pelo autor serão embasados na Constituição Política do Império do Brazil, de 1824 – juntamente com princípios do direito natural.

É neste momento que será revelada a origem da Nação, a saber:

A origem das associações nacionaes está implantada na natureza e destinos da humanidade; o viver em sociedade é uma condição indeclinavel das necessidades intellectuaes, moraes e physicas do homem; a fôrma da associação póde variar, mas a dependencia desse estado é providencial e inseparavel delle¹⁶².

Percebe-se que a Nação surge como resultado da natureza humana, com o fim de atender a suas necessidades, que fazem surgir uma relação de dependência em relação a ela.

Posteriormente é apresentada uma definição, não da Nação propriamente dita, mas da nação brasileira, que, em certa medida, equivale ao império brasileiro, quando este afirma:

Assim fundou-se o imperio do Brazil, ou por outra phrase, a nação brasileira, que é a associação de todos os Brasileiros; que é a sociedade civil e politica de um povo americano livre e independente. Em qualquer parte que os Brasileiros se achem, emquanto conservarem esse character ou qualidade, fazem parte da nação, têm direito á sua protecção, e o dever sagrado de prestar-lhe sua fidelidade, de interessar-se por seus destinos e por sua gloria.¹⁶³

Dai se deduz que a Nação é não mais que a união dos indivíduos que a compõe, trata-se, portanto, antes de um vínculo intersubjetivo que uma relação com o território (apesar de clara a preocupação com a unidade territorial¹⁶⁴). A condição de nacional é gravada no

póde tornar-se inconveniente, fazendo o direito pessoal e mesmo as convenções dependentes da vontade ou arbitrio da pessoa, pois que para isso basta ir estabelecer domicilio em um Estado cujas leis sejam diferentes, e tanto mais quando posteriormente poderia com facilidade mudar de residencia, e constituir novo comicilio em outro paiz.” PIMENTA BUENO, op. cit., p. 21.

¹⁶¹ PIMENTA BUENO, Direito Publico Brasileiro, p.19 *et seq.*

¹⁶² PIMENTA BUENO, op. cit., p. 19.

¹⁶³ PIMENTA BUENO, op. cit., p. 20.

¹⁶⁴ PIMENTA BUENO, op. cit., p. 21-23.

indivíduo, qualificando-o e gerando direitos e obrigações que se estendem para além dos limites do Império. Novamente, porém, não se faz possível afirmar se esta definição se limita a Nação ou se estende também ao Estado.

Conclui-se que muito mais do que uma maior preocupação com o significado dos termos empregados, ora Nação, ora Estado (e, por vezes, “paiz”), o que se demonstra é uma tentativa de se manter fiel aos termos empregados na Constituição do Império (o art. 1 remete à nação, já o art. 2 ao Estado), ainda que nem sempre isto ocorra de forma rígida.

Mesmo assim, ao fazer uso indistinto destes conceitos, o que se obtém como resultado é a anulação – ou irrelevância – da possibilidade de lhes atribuir um conteúdo específico, pois a falta de clareza na aplicação de um ou outro termo faz do ente político ou jurídico uma eterna indeterminação.

Por fim, o que se percebe ao cruzar as possíveis definições de “nação” encontradas nas duas obras avaliadas é a (provável) existência de uma identidade entre o ente político e jurídico, sem que possa afirmar, porém, que tal relação seja necessária.

2.2.2 Nação e Estado nos usos da Diplomacia Brasileira: uma análise do compêndio de Antonio Pereira Pinto

Como foi ressaltado, mesmo tratando do fenômeno jurídico internacional, Pimenta Bueno possui foco no direito interno. Faz-se agora necessário observar o objeto deste trabalho por uma nova perspectiva: aquela das práticas e usos do Brasil (e seus representantes) enquanto ente político e jurídico com relação aos demais. Justamente por se debruçar por sobre a práxis, talvez, a obra agora considerada não tenha atingido o grau de sistematização desejado por quem se põe a analisá-la.

Seguindo a ordem cronológica, tem-se o próximo autor, Antonio Pereira Pinto. A análise será calcada em sua obra “Apontamentos para o direito internacional”, publicada em quatro Tomos, entre 1864 e 1869¹⁶⁵, que não constitui, em realidade, uma obra sobre teoria do

¹⁶⁵ Foram aqui diretamente utilizados três tomos: PEREIRA PINTO, Antonio. **Apontamentos para o direito internacional** ou Collecção completa dos tratados celebrados pelo Brasil com diferentes nações estrangeiras. Rio de Janeiro: F. L. Pinto & C.^a – Livreiros-Editores, 1864 [Tomo I]; PEREIRA PINTO, Antonio. **Apontamentos para o direito internacional** ou Collecção completa dos tratados celebrados pelo Brasil com diferentes nações estrangeiras. Rio de Janeiro: F. L. Pinto & C.^a – Livreiros-Editores, 1865 [Tomo II]; PEREIRA PINTO, Antonio. **Apontamentos para o direito internacional** ou Collecção completa dos tratados celebrados

direito internacional, é, muito antes, a compilação de diversos documentos históricos, em especial Tratados dos quais o Brasil foi parte, a partir dos tempos coloniais, acompanhados de uma “Notícia Histórica”. Buscou-se, contudo, na parte inicial da obra, observar aquilo que, de alguma forma, pudesse se relacionar com o objeto do presente estudo.

Ressalta-se que não se pretende fazer uma generalização (ou expansão) das conclusões obtidas com a análise dos autores antecedentes, em especial as referentes ao Pimenta Bueno, não resultaria, entretanto, em qualquer surpresa encontrar resultados semelhantes.

É a isso que impele a leitura das primeiras páginas. Apenas a parte dedicada “Aos Leitores”¹⁶⁶ possui alguma uniformidade terminológica, que se limita ao não uso da palavra Estado, podendo ser encontradas, juntamente com Nação, referências a “paiz”¹⁶⁷ e “potencias estrangeiras”¹⁶⁸.

Ao apresentar algumas de suas premissas teóricas, ainda se tem uso exclusivo do termo Nação, como se percebe:

A Jurisprudencia que se encaminha a estabelecer a confraternidade entre os povos do universo, ligando-os pelos nós do commercio, das industrias, e da propagação de todos os conhecimentos uteis, que tem por alvo realizar a solução das desavenças entre as nações pelos meios da discussão illustrada, e calma, é uma das mais bellas conquistas da intelligencia humana¹⁶⁹.

É ainda no início da Introdução, no entanto, que se utilizam, de forma aparentemente indistinta, os termos Estado e Nação, juntamente com “grande potencias”, “povos fracos” e “paiz”/“paises”, como se pode notar:

E, se infelizmente essa jurisprudencia não tem attingido toda a perfeição de que é susceptivel, se o orgulho das **grandes potencias** impelle-as ainda a lançar mão dos remedios violentos para extorquirem dos **povos fracos** concessões humilhantes, e vantajosas sómente á sua avidez, se contra nosso proprio **paiz** hão sido commettidas enormes vexações por um dos **Estados** mais poderosos da Europa, *apesar* dos tratados ou *por causa* dos tratados, se em geral o Imperio não tem auferido grandes lucros com a celebração dos contratos internacionaes, taes factos nem abalão a doutrina que deixamos expendida, nem por motivo delles devemos confiar menos em que uma reacção se há de ir operando entre as **nações cultas**, ou para refrearem os impetos bellicosos de seus governos, apontando-lhes a trilha da discussão diplomatica como opportuno, e exclusivo recurso para terminar as dissidencias que acaso appareção com estranhos **paises**, ou para aconselhar-lhes que nos tratados com os **Estados** de ordem menos importante, guardem sempre a devida reciprocidade,

pelo Brasil com diferentes nações estrangeiras. Rio de Janeiro: F. L. Pinto & C.^a – Livreiros-Editores, 1869 [Tomo IV].

¹⁶⁶ PEREIRA PINTO, Antonio. **Apontamentos para o direito internacional** ou Collecção completa dos tratados celebrados pelo Brasil com diferentes nações estrangeiras. Rio de Janeiro: F. L. Pinto & C.^a – Livreiros-Editores, 1864, [Tomo I], p. VII-VIII.

¹⁶⁷ PEREIRA PINTO, op. cit., p. VII.

¹⁶⁸ PEREIRA PINTO, op. cit., p. VIII

¹⁶⁹ PEREIRA PINTO, op. cit., p. XI

não lhes impondo pactos leoninos, que trazem ordinariamente em si o germen de futuras contestações¹⁷⁰.

Embora seja pouco para traçar maiores conclusões, o restante da obra contribui ao fornecer elementos para corroborar a hipótese de não distinção, considerando que não é feita – e, talvez, nem caberia aos objetivos da obra fazer – uma conceituação de Nação ou Estado.

Faz-se de grande valia, porém, o restante de sua obra, a começar pelo Tomo II, que traz a relação dos tratados e convenções do Brasil Império, entre 1826 e 1838 ao se notar que o “Tratado de Amizade, Navegação, e Commercio de 8 de Janeiro com a França” (1826), que possuía Brasil e França como Altas Partes Contratantes, não possui uniformidade com relação aos termos utilizados, de modo que era possível encontrar tanto Nação¹⁷¹, quanto Estado¹⁷² (além de “Paiz”¹⁷³), dando-se ênfase ao Artigo XXI, por fazer uso de Nação e Estado como sinônimos, como se observa:

Se acontecer que Uma das Altas Partes Contratantes se ache em guerra com alguma Potencia, Nação, ou Estado, os Subditos da Outra poderão continuar seu commercio, e navegação com estes mesmos Estados, exceptuando, porém, as Cidades ou Portos que se acharem bloqueados ou sitiados, por mar ou por terra¹⁷⁴.

Este Tratado se torna relevante por ter sido firmado apenas dois anos após a Constituição do Império do Brasil, e nele se reflete a situação anteriormente descrita, da presença dos termos Nação e Estado, nos Artigos 1. e 2. (respectivamente).

Poder-se-ia argumentar, em sentido contrário, que a presença dos diversos termos representa justamente a existência de uma distinção entre eles – afinal, se não houvesse, bastaria se referenciar a um deles. Entende-se, contudo, que mesmo havendo uma distinção, por mais sutil que fosse, esta não estaria no plano jurídico, pois seria possível praticar um dos atos mais significativo entre os sujeitos – independentemente deste ser a Nação ou o Estado –, qual seja, a declaração (e estado) de guerra¹⁷⁵.

¹⁷⁰ PEREIRA PINTO, op. cit., p. XI-XII, *grifo do autor*, **grifo nosso**.

¹⁷¹ As referências podem ser encontradas em diversas partes do Tratado, como no Preâmbulo, Artigo IV, Artigo VI, Artigo X, Artigo XII, Artigo XIV, Artigo XX, Artigo XXI. PEREIRA PINTO, Antonio. **Apontamentos para o direito internacional** ou Collecção completa dos tratados celebrados pelo Brasil com diferentes nações estrangeiras. Rio de Janeiro: F. L. Pinto & C.^a – Livreiros-Editores, 1865 [Tomo II], p 43; 46; 49; 50-51; 53-54;

¹⁷² Tratam-se dos Artigos V, VIII, IX, XXI, XXIII. do aludido Tratado. PEREIRA PINTO, op. cit. p. 46; 48; 53-54; 55.

¹⁷³ Tratam-se dos Artigos IV, VI, VII, XI, XXIV. do aludido Tratado. PEREIRA PINTO, op. cit. p. 46; 47; 49; 55.

¹⁷⁴ PEREIRA PINTO, op. cit. p. 53-54.

¹⁷⁵ Desde Alberico Gentili já se sustenta a posição de que a guerra é ato que envolve dois soberanos, pois só é guerra o emprego de armas públicas (GENTILI, Alberico. **O Direito de Guerra**. Tradução de Ciro Mioranza. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004, p. 61-74), e, também, que um grupo de “ladrões” não pode fazer guerra – a eles não se aplica o direito de guerra, mas, (no máximo) a jurisdição comum (GENTILI, op. cit., p. 75-80).

Mesmo com o passar de mais de quatro décadas, a mesma heterogeneidade de tratamento se verifica no Tratado de amizade, limites, navegação, commercio e extradicação, entre o Senhor D. Pedro II Imperador do Brasil e o presidente da república da Bolívia, assignado na cidade de La Paz de Ayacucho aos 27 de Março de 1867, presente no Tomo IV da obra, nele, são empregados os termos “Estado”, “governos”, “nação” e “paiz”¹⁷⁶.

Ao se observar estes Tratados, juntamente com a Constituição de 1824, demonstra-se provável a conclusão de que a falta de uma maior rigidez – ou de qualquer rigidez – ao tratar dos conceitos de Nação e de Estado por parte destes autores, seja no plano jurídico, seja fora dele, reflete em certa medida (não apenas) a prática internacional do Brasil desde os primeiros anos do Império.

Marcados pela falta de exatidão nos conceitos, Pimenta Bueno e Antonio Pereira Pinto representam um momento específico em que já se pode dizer existir uma doutrina brasileira, mas que ainda não permite que se possa falar em uma teoria capaz de explicar a Nação ou o Estado.

Por fim, a exagerada falta de precisão nestes autores ao tratar da subjetividade jurídica internacional e, no caso de Pimenta Bueno, mesmo a interna – resultando, conforme argumentado, no esvaziamento dos conceitos – impede que sejam traçadas correlações entre o pensamento destes com aqueles da Escola Italiana de Direito Internacional.

2.3 OPOSIÇÕES ENTRE NAÇÃO E ESTADO E SUA (NÃO) APLICAÇÃO NO CENÁRIO JURÍDICO

Os autores que serão agora abordados distinguem-se dos anteriores, mormente, por uma razão clara e simples: dedicam espaço em suas obras para definir e distinguir os termos Nação e Estado – ainda que nem sempre se possam inferir consequências jurídicas, dando a impressão de ser tal tarefa de pouca utilidade.

Além disso, diferenciam-se por outro motivo não menos relevante: apresentam uma construção teórica geral e abstrata (ainda que amparadas em uma observação da “realidade”)

¹⁷⁶ As referências a cada um dos termos é, como segue, Estado: Preâmbulo, Art. 6.º, 20, 27 e 30; governos: Art. 4.º, 6.º, 12, 13, 14, 23, 25 e 26; nação: Art. 5.º 7.º, 8.º e 11; paiz: Art. 10, 15, 16, 19, 25, 25, 27 e 29 PEREIRA PINTO, Antonio. **Apontamentos para o direito internacional** ou Collecção completa dos tratados celebrados pelo Brasil com diferentes nações estrangeiras. Rio de Janeiro: F. L. Pinto & C.^a – Livrinhos-Editores, 1869 [Tomo IV], p. 535-545.

especificamente voltada para compreender o fenômeno jurídico internacional, mais especificamente, as relações entre os entes políticos que se constituem como pessoas morais, em termos hodiernos, dir-se-ia, o direito internacional público.

O primeiro autor com estas características, Antonio de Vasconcellos Menezes de Drummond, apresenta a primeira obra – que se teve acesso – com estas características na segunda metade do século XIX.

Por sua vez, João Pereira de Souza, último autor a ser tratado neste capítulo, toma por base para seu estudo o compêndio realizado por outro autor brasileiro, proporcionando, assim, analisar a visão de um jurista do final do Império acerca de um dos primeiros manuais de direito internacional escritos por um autor nacional.

2.3.1 Nação e Estado no pensamento de um internacionalista: Antonio de Vasconcellos Menezes de Drummond

Até o presente momento, nenhuma das obras analisadas teve por foco uma construção exclusivamente voltada ao direito internacional público – razão que pode ter contribuído para o fracasso em encontrar definições para os sujeitos deste direito, ainda que fora do âmbito estritamente jurídico.

Tratar-se-á agora, finalmente, de internacionalistas propriamente ditos. O primeiro autor a ser avaliado será Antonio de Vasconcellos Menezes de Drummond, com base em sua obra “Prelecções de Direito Internacional”¹⁷⁷, de 1867.

Assim como seus predecessores, o autor inicia sua obra fazendo referência apenas à Nação, desde “Ao Leitor”, apesar de combinar seu uso com o termo Estado antes que seja apresentada a definição deste ou daquela. Antes de adentrar nesta distinção, convém apresentar as premissas teóricas do autor, ao menos em linhas gerais. A iniciar por sua definição de direito internacional, qual seja:

O Direito internacional, Direito das Gentes, ou Nações, enfim o Direito publico externo – *jus gentium*, *jus inter gentes*, *jus civitatum inter se* – é o complexo dos direitos individuaes, e reciprocos entre as mesma Nações, ou aliás – dos dictames

¹⁷⁷ DRUMMOND, Antonio de Vasconcellos Menezes de. **Prelecções de direito internacional** com referencia e applicação de seus princípios ás leis particulares do Brasil até 1867. Pernambuco: Typographia do Correio do Recife, 1867.

fundados na justiça, ou adduzidos das relações mutuas, e convenções expressas entre ellas¹⁷⁸.

Também apresenta divisão entre direito internacional natural e positivo, e, acerca desta divisão, aponta que se está diante de “O primeiro quando se deriva da propria natureza das relações que subsistem entre os Estados, e o segundo, quando funda-se nas ditas convenções: este em Direito pacticio (tratados publicos), e consuetudinario – costumes com força obrigatoria.”¹⁷⁹.

Para o autor, o Direito das Gentes (na sua acepção natural) teria por finalidade a salvaguarda das Nações e manutenção das suas relações, além de constituir as bases para o ensino da disciplina e servir de base e complementar as Convenções¹⁸⁰. A finalidade do Direito das Gentes positivos se limitaria ao auxílio em manter as relações internacionais¹⁸¹.

O próximo ponto apresentado é justamente a definição de Nação:

As Nações livres são grupos mais ou menos numerosos, consideradas como individualidades distintas, ou pessoas moraes, e constituindo associações diversas com o fim social de manterem mutuas relações e salvaguardarem sua segurança interna e externa, e por conseguinte proverem sobre a utilidade commum¹⁸².

Segue, apresentando o conceito de Estado:

Os Estados são a reunião de homens, e familias, que em território proprio se associam, tendo instituido o seu governo civil, seu chefe commum, sua constituição e soberania – com o fim de manter a segurança dos Membros d’essa mesma Associação, e só reconhecendo Deus – como seu Superior¹⁸³.

Também relevante assinalar para a definição de povo: “Povo é a aggregação de individuos sob a mesma communhão de territorio.”¹⁸⁴

Comparando os conceitos de Nação e Estado, o que se percebe é que ambos possuem uma finalidade comum, qual seja, a manutenção da segurança de seus membros. Variam, entretanto, em alguns aspectos. Ao que parece, Estado é um conceito mais complexo que Nação, compreendendo além dela, um governo e um território.

Apesar de insistir que se tratam de conceitos distintos, a diferença entre eles é muito mais de ordem interna e/ou estrutural, não surtindo grandes efeitos na ordem das relações internacionais, como se percebe, ao tratar desta distinção, o foco é centrado nas relações entre

¹⁷⁸ DRUMMOND, **Prelecções de direito internacional**, p. 9, grifo do autor.

¹⁷⁹ DRUMMOND, op. cit., p. 9-10.

¹⁸⁰ DRUMMOND, op. cit., p. 10.

¹⁸¹ DRUMMOND, op. cit., p. 10.

¹⁸² DRUMMOND, op. cit., p. 11.

¹⁸³ DRUMMOND, op. cit., p. 11.

¹⁸⁴ DRUMMOND, op. cit., p. 12.

indivíduos, e não entre as diversas formas de organização política: “Para representar a ideia da sociedade política são empregados como synonymos esses termos, Nações, Estados, Povo, mas aliás encerrão diferenças notáveis sob a relação das aggregações de indivíduos de que se compõe.”¹⁸⁵.

Esta suspeita se confirma ao se notar que, mesmo o autor tendo certa preferência pela nomenclatura “Estado”, ainda utiliza, no mesmo contexto, Nação¹⁸⁶. Ademais, o fato de uma sociedade se compor como um Estado, ao que tudo indica, não resulta uma acepção jurídica que a distinga das demais (Nação ou povo).

Não se pode, entretanto, menosprezar o valor desta distinção, ainda mais quando comparado com as demais obras anteriormente abordadas neste capítulo, esta é a primeira a apresentar, mais que uma distinção entre Nação e Estado, também uma postura do próprio autor – ainda que não bem sucedida – em tentar utilizar-se de forma mais rígida estes conceitos.

Ademais, a clara intenção de expor uma distinção entre os conceitos aponta para uma direção flagrantemente distinta da até então empregada pela doutrina brasileira, marcada sequer pela indefinição, mas pela impossibilidade de se distinguirem os termos em questão, especialmente no plano jurídico.

2.3.2 Oposições entre Nação e Estado no plano extrajurídico: uma releitura de Pedro Autran da Matta e Albuquerque por João Pereira de Souza

Como se fez notar, houve significativa distinção entre o pensamento de Antonio de Vasconcellos Menezes de Drummond e de seus predecessores, Pimenta Bueno e Antonio Pereira Pinto. Se o que se viu naquele momento pode ser chamado de ruptura, está-se agora diante de uma possível continuidade – não, porém, com o pensamento destes autores.

¹⁸⁵ DRUMMOND, op. cit., p. 12, nota de rodapé 7.

¹⁸⁶ “Jus gentium voluntarium, secundarium, seu usus gentium. – Alguns ainda o distinguem em – *Direito internacional publico*, porque regula as relações de Nação a Nação, e tem por objecto os conflictos do Direito publico –, e *Direito internacional privado*, porque se compõe de regras relativas á applicação das leis civis e criminaes de um Estado no territorio de outro estrangeiro.” DRUMMOND, op. cit., p. 9, nota de rodapé 2, grifo do autor.; “Todo Estado tem direito – em virtude de sua soberania e independencia para determianr o ceremonial marítimo entre os seus Navios de guerra e as fortalezas, ou para com os de outras Nações, quer no alto mar, quer nos seus limiter marítimos;” DRUMMOND, op. cit., p. 41. Não são poucas, ainda, as ocorrências em que o Título ou subtítulo usa o termo “Estado” e o corpo do texto exclusivamente “Nação”.

O último jurista a ser abordado, ainda no Brasil Império, é João Pereira de Souza, através de sua obra “Licções Elementares de Direito das Gentes sobre o Compendio do Sr. Conselheiro Autran”¹⁸⁷, publicada em agosto de 1889; portanto, pouco antes da proclamação da República.

Esta análise torna-se especialmente interessante por tratar-se da visão de um autor de 1889 acerca de uma obra escrita 40 anos antes, consequentemente, ainda na primeira metade do século XIX. Tal obra tem potencial de permitir, destarte, observar diretamente possíveis continuidades e rupturas ao longo deste período.

O que se nota, com relação aos pormenores teóricos que interessam a este estudo, é que não houve ruptura, mas sim forte observância dessas ideias vindas de quatro décadas no passado, o que ajuda a demonstrar um possível motivo da pouca modificação na doutrina nacional no que diz respeito à subjetividade jurídica no âmbito internacional, qual seja, a aceitação pelos juristas daquele período das concepções cunhadas décadas no passado.

A obra de João Pereira de Souza foi escrita para servir aos estudantes do curso de direito¹⁸⁸ (não se dedicando, assim, aos práticos das relações diplomáticas), e tomou por base o compêndio empreendido pelo Conselheiro Autran¹⁸⁹, utilizando-se de sua estrutura (e ideias).

O primeiro ponto a ser abordado é justamente o relativo às associações humanas, em que o autor apresenta um comentário acerca da necessidade das diversas nacionalidades, e o fracasso nas tentativas de constituir associações políticas excessivamente extensas, por meio da conquista, e segue apontando para as diversas barreiras postas pela própria natureza, a fim de impedir (ou, ao menos, dificultar) esta empreitada¹⁹⁰.

Apresenta, a seguir, os conceitos tanto de Estado, quanto de Nação, além de já adiantar seu juízo acerca da (ir)relevância de sua distinção para o Direito Internacional, como se percebe:

Cumpre-nos, porém, fixar bem o verdadeiro sentido da palavra – nação – (concretização da nacionalidade), e que diferença há entre – nação e Estado. A palavra – nação tem, antes de tudo, uma significação ethnographica; ella se applica propriamente a um grupo de povos mais ou menos semelhantes por sua origem, lingua, costumes, etc, independentemente dos accidentes naturaes que os separem, ou de qualquer laço politico, que os una; ao passo que por – Estado – se entende

¹⁸⁷ SOUZA, João Pereira de. **Licções Elementares de Direito das Gentes** sobre o Compendio do Sr. Conselheiro Autran. Pernambuco: Typographia Economica, 1889.

¹⁸⁸ SOUZA, **Licções Elementares de Direito das Gentes**, p. 3-4.

¹⁸⁹ SOUZA, op. cit., p. 3; 5; trata-se da obra “Elementos do Direito das Gentes segundo as doutrinas dos autores mais modernos”, de Pedro Autran da Matta e Albuquerque, que constitui o primeiro compêndio brasileiro nesta disciplina (MARROTA RANGEL, op. cit. p. 8).

¹⁹⁰ SOUZA, op. cit., p. 6.

uma reunião de povos constituídos sob um governo *commum*, e formando um todo politico, embora nelle se comprehenda povos ethnographicamente diversos. Assim, uma nação pode formar muitos Estados differentes, como a Allemã, e um Estado, por sua vez, pode conter muitas nações distinctas, como o imperio Austriaco. Entretanto esta distincção entre — nação e Estado — aliás exacta em doutrina, ordinariamente não é observada quer na linguagem *commum*, quer na da sciencia, antes em uma e em outra são quasi sempre usadas como synonymas, e é assim que tambem, em geral, as empregaremos¹⁹¹.

Não poderia ser mais claro ao expor seu pensamento: muito embora o autor perceba existir distinção entre Nação e Estado, justifica que mesmo dentre os que se dedicam a ciência do direito internacional, pouco uso se faz de tal distinção, razão pela qual, mesmo ciente dela, opta por não a fazer.

Não se pode deixar de observar acerca de seu pensamento que a Nação é caracterizada, mormente, por critérios objetivos, étnicos, linguísticos, costumes e “outros elementos” (não especificados), sendo estas características suficientes para romper barreiras geográficas, aparentemente não dependendo de uma finalidade (como a felicidade ou segurança de seus membros). Já o Estado é apresentado como sendo tão somente uma associação política com um governo comum.

O restante da obra deixa clara a escolha pela não adoção de um ou outro termo em específico, como se pode observar ao apresentar uma de suas mais importantes características (a de ser pessoa moral), esta é de plano estendida a ambos (Estado e Nação): “As nações ou Estados, associações de homens, e destinadas aos mais importantes fins de Direito, em vantagem e garantia de todos os seus membros, constituem necessariamente pessoas moraes, com direitos e obrigações [...]”.

Vale acrescentar, ainda, que mesmo este autor mantém a divisão do direito internacional em natural e positivo, como se percebe:

Aquellas regras de justiça dadas pela razão, anteriores e superiores á vontade humana, como normas universaes e invariaveis da conducta das nações entre si, constituem o — Direito das Gentes absoluto; e as que resultão das convenções ou tratados que estas celebrão para melhor e de modo positivo estabelecer entre si certos direitos e obrigações, que aquelle não impõe immediatamente, constituem o — Direito das Gentes — positivo ou convencional; [...]¹⁹²

Aponta, ademais, para a importância do direito das gentes absoluto (natural), primeiramente deixando claro seu critério atemporal, ao argumentar que sua não aplicação pelos povos da Antiguidade teria resultado na violência e escravidão. Conclui tratando de sua importância indispensável para a evolução da humanidade. Já o direito das gentes

¹⁹¹ SOUZA, op. cit., p. 6-7.

¹⁹² SOUZA, op. cit., p. 8.

convencional tem por principal objetivo tornar claro o absoluto e reduzir possíveis controvérsias acerca dele¹⁹³.

Ainda na esteira dos demais autores, apresenta a relação entre os direitos individuais e os direitos da Nação, embora estes possam ser de mais difícil execução, pela ausência de um poder superior capaz de fazê-los valer, muito embora isto não prejudique em nada a existência do direito¹⁹⁴.

Nota-se, portanto, que tanto em Antonio de Vasconcellos Menezes Drummond, quanto em João Pereira de Souza, faz-se possível observar um direito internacional público, de formação geral e abstrata, voltado a compreender as relações da comunidade internacional, e não tão somente as práticas diplomáticas.

Ainda dentre as semelhanças, ambos são capazes de definir e distinguir Nação e Estado, mais que isso, alertar para as diferenças entre os conceitos, embora não considerem as repercussões jurídicas que poderiam advir da preferência por um ou outro termo.

Ao que parece, uma das diferenças entre o pensamento de um ou outro autor, é que, em Antonio de Vasconcellos Menezes Drummond, a confusão no emprego dos termos parece ser acidental – quiçá involuntária –, enquanto em João Pereira de Souza é declaradamente intencional.

Percebe-se, porém, que os elementos utilizados por cada um deles para definir os conceitos de Nação e de Estado não são convergentes. Enquanto para o primeiro, a Nação se configura como uma pessoa moral, orientada para um fim comum – garantir a segurança de seus membros e prover a “utilidade comum” –, para o segundo, Nação é, muito antes, a concretização da nacionalidade, por meio da reunião de certos elementos de caráter objetivo, notadamente, a língua, a etnia e os costumes.

Aqui é preciso alertar que qualquer semelhança do pensamento de João Pereira de Souza com os autores abordados ao tratar da Escola Italiana de Direito Internacional (Mancini, Mamiani e Fiore) parece enganosa, porquanto, apesar de a Nação ser vista como a concretização da nacionalidade, esta é composta, para o autor brasileiro, apenas por critérios objetivos – como o alerta o próprio autor, é uma definição etnográfica – deixando de lado o elemento subjetivo, a consciência da nacionalidade, que, desde Mazzini, já se demonstrava essencial para o surgimento da Nação.

¹⁹³ SOUZA, op. cit., p. 9-10.

¹⁹⁴ SOUZA, op. cit., p. 10-13.

De qualquer modo, nota-se que mesmo nos autores brasileiros que apresentam uma distinção entre os termos Nação e Estado (Antonio de Vasconcellos Menezes de Drummond e João Pereira de Souza), tal distinção não implica em quaisquer consequências jurídicas (pois, limitam-se ao plano político ou social), não sendo possível para a doutrina brasileira, até o momento, responder “qual é o sujeito de direitos no plano das relações internacionais”.

Em conclusão, percebe-se que, desde o surgimento das primeiras universidades até o final do Império, a doutrina brasileira permaneceu quase que indiferente ao debate acerca da subjetividade jurídica no âmbito internacional, que já se encontrava bastante inflamado na Europa, repercutindo não só no campo estritamente teórico, mas com diversas manifestações em casos práticos como a unificação da Itália, da Alemanha e a disputa pela Alsácia-Lorena.

Os motivos dessa lacuna doutrinária permanecem desconhecidos, é possível, ao máximo, estabelecer algumas hipóteses (sua corroboração ou negação, contudo, constituem objeto de trabalho específico), são elas: a impossibilidade do Brasil preencher os requisitos objetivos que constituem a Nação (obrigatórios em Mancini e desejáveis para Mamiani e Fiore), fazendo os autores se afastarem dessa concepção e optar pelas de cunho voluntarista ou finalístico; uma política nacional de neutralidade quanto aos assuntos europeus, que se estenderia para além das práticas diplomáticas, possivelmente inspirada em alguma interpretação da Doutrina Monroe; alguma espécie de censura, por parte do poder público – que concedia as autorizações para publicação – de tais ideias que se demonstravam capazes de modificar fronteiras e, portanto, seriam especialmente perigosas em um país há pouco independente, podendo servir de inspiração para movimentos insurgentes.

3 OPOSIÇÕES NA DOUTRINA BRASILEIRA DO INÍCIO DO SÉCULO XX: A NAÇÃO EM LAFAYETTE RODRIGUES PEREIRA FRENTE AO ESTADO EM CLÓVIS BEVILÁQUA

Até o presente momento, observou-se como o discurso acerca da nacionalidade impulsionou transformações políticas na Europa, dentre elas, o processo de unificação italiano. Especificamente com relação a este acontecimento, percebeu-se que a ideia de Nação surge como estandarte legitimador do discurso da união e “libertação” de um povo – marcado pela natureza (ou pelo próprio Deus) com características comuns, e com uma consciência desta união ou semelhança em relação aos demais membros da sua comunidade – que se encontrava sob o domínio de Estados (ou de outros povos) “estrangeiros”.

Fez-se ainda notar como este mesmo discurso toma forma jurídica e, a partir da Preleção proferida em 1851 por Mancini, por meio do Princípio da Nacionalidade, passa a ser o fundamento da ciência do Direito Internacional para este autor, culminando na proposta da Nação como o verdadeiro sujeito de direitos, em oposição ao Estado.

Tal proposta recebeu uma série de contribuições e oposições, por parte dos juristas que iriam compor a Escola Italiana de Direito Internacional. Foram abordados os pensamentos de Mamiani, que aceita o princípio da nacionalidade, mas mantém o Estado como sujeito de direito internacional e de Fiore que em um primeiro momento adere a proposta manciniana, mas depois passa a combatê-la, ao afirmar que o conceito de Nação era muito impreciso e até perigoso.

Ao mesmo tempo, observou-se o que se dizia no Brasil acerca desta mesma temática, em especial com relação aos termos Nação e Estado. Constatou-se que, até o final do século XIX, seria possível dividir a doutrina nacional em dois grande grupos: o primeiro, apresenta não um conceito, mas uma grande confusão entre Nação e Estado, que não permite uma clara distinção entre eles, anulando qualquer possibilidade de se estabelecer um conteúdo para estas palavras.

Um segundo grupo, desta vez composto por juristas que se ocupam especificamente do direito internacional público, oferece, cada um a sua maneira, um conceito – e uma distinção – tanto para Nação, quanto para Estado. Esta distinção ocorre, contudo, apenas no campo político ou social, não tocando o Direito.

Se, em um momento anterior, o que se observou na doutrina brasileira foi, em regra geral, o descaso acerca da problemática da subjetividade jurídica no plano internacional e, portanto, a indiferença, no âmbito jurídico, no emprego dos termos Nação e Estado, os autores seguintes, filiados a uma corrente “mais científica” (ou positiva) do Direito inauguram uma nova fase no pensamento jurídico internacionalista brasileiro, marcado por uma maior rigidez no emprego – não apenas – destes conceitos.

A problemática é, ao que tudo indica, trabalhada em pormenor e com maior empenho por Lafayette (em sua obra “Princípios de Direito Internacional”), que demonstra conhecer o debate ocorrido na Europa, durante a segunda metade do século XIX. Elege a Nação como único sujeito no direito internacional. Ver-se-á, contudo, que a definição por ele apresentada, calcada em elementos voluntaristas e finalísticos, talvez nem sempre guarde semelhança com o conceito de Nação cunhado pelos autores italianos.

Beviláqua, por sua vez, pouco empenho dedica à referida problemática (ao menos em sua obra “Direito Público Internacional – A síntese dos princípios e a contribuição do Brasil”); ainda assim, é rígido ao apontar ser o Estado o único sujeito em direito internacional. Pouco se preocupa, contudo, em desenvolver o conceito de Nação, embora seja expresso acerca de sua inadequabilidade.

Diferentemente do restante do trabalho, optou-se por dividir o presente capítulo não por autores, mas por “blocos temáticos”, para que se pudessem ressaltar as convergências e oposições não apenas entre estes dois juristas, mas também com seus precedentes na doutrina brasileira e, quando for o caso, aqueles da Escola Italiana de Direito Internacional.

Assim, o primeiro ponto a ser abordado é o próprio fundamento do direito internacional proposto pelos dois autores, a fim de expor, desde logo, as principais premissas que devem embasar os argumentos – e raciocínios – jurídicos apresentados. Sabendo o que é o direito internacional, põe-se a analisar como ele se realiza no pensamento de cada autor, por meio da exposição de suas fontes.

O tema seguinte será justamente as definições de Nação e Estado apresentadas, evidenciando não apenas os conceitos empregados, mas as oposições entre estes autores, bem como as possíveis relações com seus precedentes.

Sabendo a quem pertence à condição de sujeito de direito no plano internacional, faz-se possível investigar um problema particularmente relevante, em especial se comparado com o contexto europeu: o surgimento da personalidade jurídica. Esta reflexão faz-se

especialmente frutífera porque nela se encontram os principais elementos e argumentos capazes de fundamentar (ou mesmo animar) as transformações políticas envolvendo povos que se encontrem em condições de buscar sua independência com relação ao(s) ente(s) político(s) ao(s) qual(is) pertence(m).

Por fim, reuniu-se o pensamento de alguns autores posteriores a este primeiro debate em solo nacional, nos quais a subjetividade jurídica toma lugar em suas obras, para avaliar qual conceito – Nação ou Estado – passa a ser adotado majoritariamente pela doutrina brasileira.

3.1 FUNDAMENTOS E FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL EM LAFAYETTE RODRIGUES PEREIRA E CLÓVIS BEVILÁQUA

Um dos elementos que chama atenção no discurso acerca da nacionalidade é como ela é proposta como solução a um modelo artificial e metafísico de Estado, calcado em bases contratualistas que, amparadas em uma abstração acerca da vontade ignoravam a “realidade” de um “fenômeno da natureza”. Há, neste pensamento, certo combate a uma concepção “puramente jusnaturalista”, fundada apenas na “Razão” e não na “observação da natureza”.

Esta tentativa de conceber um Direito científico, embasado na observação da “natureza” e da “história”, em oposição a uma postura anterior, “puramente filosófica”, embora sem necessariamente negá-la por completo (e, por vezes, até recorrendo a ela) é marcante na Escola Italiana de Direito Internacional.

O que se observa no Brasil – ao menos, no tocante ao direito internacional – durante este mesmo período é, porém, uma quase hegemonia do paradigma jusnaturalista, inspirada nos moldes do século XVIII (como ressaltado no capítulo anterior, não são poucas as referências a Vattel).

Esta concepção se demonstrava por um constante dualismo entre um direito natural, ou primário, que servia de fundamento a um direito positivo ou secundário, que tinha por função tão somente garantir a consecução daquele.

Os autores a seguir analisados, entretanto, apresentam uma visão bastante distinta do fenômeno jurídico com relação a seus predecessores. Ainda que sem negar a possível existência de um “direito filosófico”, afirmam que sua obra se trata de um estudo de “direito

positivo”. Para melhor compreender esta concepção de direito positivo, deve-se adentrar nas concepções que cada autor possui acerca do próprio Direito, para que então se possa tratar especificamente do fenômeno jurídico internacional.

Lafayette Rodrigues Pereira ficou conhecido no cenário brasileiro como renomado civilista, em especial por conta de suas obras “Direitos de Família”¹⁹⁵ e “Direito das Coisas”¹⁹⁶, nas quais demonstrou conhecimento das fontes romanas e das doutrinas germânica e portuguesa, sendo, porém, por alguns, marcado pela sua “não predileção” à doutrina de qualquer país em específico¹⁹⁷.

No plano político, foi Senador, Ministro e Conselheiro de Estado no reinado de Dom Pedro II; no plano internacional, atuou como árbitro internacional em controvérsias relativas à Guerra do Pacífico¹⁹⁸, participou da Primeira Conferência Pan-Americana de Washington em 1888, como representante do Império do Brasil, renunciando por conta da proclamação da República, continuando a atuar na condição de jurisconsulto convidado, apresentou um “Projeto de Código de Direito Internacional Privado”¹⁹⁹.

Clóvis Beviláqua foi um importante pensador do que mais tarde viria a ser conhecido como “Escola do Recife” e redigiu o Projeto do Código Civil de 1916. Seu pensamento

¹⁹⁵ Um dos aspectos que mais chama atenção no livro *Direitos de Família*, de Lafayette, é a sua crítica às classificações existentes aplicadas aos institutos do Direito Civil – não apenas os relativos ao direito de família – buscando evidenciar as falhas de sistemas consagrados, como a clássica bipartição entre direitos “reais e pessoais” – por ele atribuída a Teixeira de Freitas – (PEREIRA, Lafayette Rodrigues. **Direitos de Família**. Brasília: Senado Federal: Superior Tribunal de Justiça, Ed. fac-similar, 2004, p. 6-7) ou mesmo outras mais complexas, como a do Código Civil Alemão, pois “Não tem por fundamento, é verdade, um princípio superior do qual sejam divisões as classes em que se agrupam os direitos” (PEREIRA, op. cit., p. 8)

¹⁹⁶ Esta obra permite constatar que Lafayette possui marcas do pensamento Liberal Clássico, perceptíveis no Prefácio do Volume I, no qual, logo na primeira página, o autor trata da função moralizante da propriedade. Posteriormente, aponta seu caráter “sagrado”, defende, ainda, seu caráter individual e exclusivo, além de definir domínio como “a dominação absoluta da vontade sobre a coisa”. PEREIRA, Lafayette Rodrigues. **Direito das Coisas**, Volume I. Brasília: Senado Federal: Superior Tribunal de Justiça, Ed. fac-similar, 2004, p. IX-XI.

¹⁹⁷ Esta referência se encontra no Prefácio de Sálvio de Figueiredo Teixeira na reedição da obra “Direitos de Família” que reúne a opinião de diversos autores nacionais acerca de Lafayette (PEREIRA, **Direitos de Família**, p. XVI-XVII; XIX). A referência a “não predileção” pode ser, porém, questionada, ao se levar em conta o conteúdo de uma das notas de rodapé ao final da Introdução da referida obra, nas palavras do próprio Lafayette: “Por vezes alegamos o Código Civil Português, o qual deve ter para nós mais autoridade do que os outros códigos estrangeiros.” E segue “E, é de notar que no geral o dito código resolveu no sentido mais justo e razoável muitas dúvidas e dificuldades [sic] que, ou por obscuridade ou por omissão da antiga legislação, faziam o tormento dos interpretes.” PEREIRA, op. cit., p. 19 (nota de rodapé “2”, iniciada na página 18).

¹⁹⁸ MADEIRA, Hécio Maciel França. **A Latinidade e o Humanismo de Lafayette Rodrigues Pereira**. In: DAL RI, Luciene; DAL RI JÚNIOR, Arno (Org.). **A Latinidade da América Latina**: enfoques histórico-jurídicos. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 316.

¹⁹⁹ MADEIRA, op. cit., p. 322.

apresenta marcantes influências do positivismo²⁰⁰, como se pode notar no seguinte trecho de sua obra “Direito das Coisas”:

[...] O direito, historicamente, antecede ao Estado, que é o productor da lei escripta, forma ulterior do direito, que, aliás, não o contem integralmente. A energia creadora do direito está na estrutura da sociedade, seja o grupo inicial, no afastado periodo da prehistoria, seja a nação culta dos nossos dias. A lei destina-se a eliminar o arbitrio, [...] ²⁰¹.

Adentrando na análise da obra “Principios de Direito Internacional”, Lafayette inicia sua exposição deixando claro que não se pretende tratar de filosofia do direito (ou, nos seus termos, “direito filosófico”), mas sim de direito positivo, em que cada proposição seria devidamente comprovada com base nos fatos²⁰², neste sentido, cabe ressaltar o tratamento atribuído ao fenômeno jurídico internacional:

Não assenta o Direito Internacional em textos positivos, terminantes, como é a lei escripta. Formação historica que se vae lentamente elaborando segundo as necessidades dos tempos e as exigencias das circumstancias, fallece-lle a precisão, a segurança e o rigor do direito escripto. E em razão da natureza das pessoas e dos assumptos que fazem o seu objecto, tem peculiaridades que o distinguem dos outros ramos de Direito e lhe dão uma feição particular ²⁰³.

Lafayette reconhece a peculiaridade do direito internacional, sem negar, contudo, sua classificação como fenômeno jurídico, como se pode notar, em suas palavras: “E’, todavia, um direito positivo, — um complexo de regras e preceitos que se deduzem dos factos e que se applicão aos factos. Não offerece, pois, de sua natureza, repugnancia para ser tractado

²⁰⁰ Conforme Mario Losano: “O pensamento deste último [Clóvis Beviláqua] tinha, portanto, a sua forte fundamentação no positivismo e no darwinismo, mesmo se a sua riqueza permite, com razão, coloca-lo ao lado do multiforme culturalismo recifense.”. LOSANO, Mario G. **Clóvis Bevilacqua entre comparação e filosofia do direito**. In DAL RI; DAL RI JR. (Org.). **A latinidade da América Latina: enfoques históricos-jurídicos**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. p. 267. Ainda com relação à influência do positivismo em Beviláqua: “A resposta de Clóvis Bevilacqua apela ao positivismo – no qual ele era embebido, melhor, para usar as palavras de Meira, “intoxicado” – e distingue no direito um aspecto objetivo e um subjetivo.” (LOSANO, op. cit., p. 272). Por fim “A posição de Clóvis Bevilacqua contém um explícito apelo a Comte, porém sem ilusões sobre a longa estrada que ainda resta a ser percorrida. ‘Os princípios fundamentaes do direito resultam da combinação de dados phisicos, ethnologicos, anthropologicos com os dessa sciencia complexa das sociedades, que, desde Auguste Comte, tomou o nome de sociologia’.” LOSANO, op. cit., p. 274.

²⁰¹ BEVILÁQUA, Clóvis. **Direito das Coisas** Volume I. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003, p. 129.

²⁰² “É um livro de direito positivo e não de direito philosophico. D’ahi a necessidade de justificar perpetuamente a doutrina do texto com a allegação das fontes donde é deduzida. Não ha, talvez, uma proposição affirmando um principio, que não seja acompanhada da citação do acto, facto ou pratica que lhe serve de fundamento, ou do testemunho dos publicistas, antigos e modernos, de maior nomeada. E’ um livro documentado.” PEREIRA, Lafayette Rodrigues. **Principios de Direito Internacional** [Tomo I]. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, editor. 1902, p.2

²⁰³ PEREIRA, op. cit., p. 3.

segundo os methodos e processos da sciencia dos jurisconsultos.”²⁰⁴, deixa claro, além disso, que “O Direito Internacional em si não é a sciencia, mas o objecto della.”²⁰⁵.

Ainda com relação ao carácter positivo do Direito Internacional: “Tal como existe e vigora entre as nações o Direito Internacional é um direito positivo, pois que tem os dous caractéres essenciaes desta forma de direito – *o ser obrigatorio na vida externa e o derivar de instituições e factos humanos*.”²⁰⁶. Reforça, ainda, este argumento, comparando o Direito Internacional ao direito interno, que para alcançar a mesma perfeição deste, bastaria que fosse escrito e que houvesse um poder capaz de aplicá-lo²⁰⁷.

Faz, ainda, questão de distinguir o direito da política, criticando severamente práticas das relações internacionais²⁰⁸, em especial aquelas realizadas em proveito exclusivo das nações mais poderosas, afirmando:

Nos conselhos dos governos das principaes nações fermentão, crescem e avolumão cobiças inconfessaveis, ambições criminosas: Os pequenos Estados vivem e mantem-se, menos pelo respeito as suas pessoas, independencia e soberania, do que pela impossibilidade em que estão os poderosos de chegarem á accordo sobre a partilha e divisão do espolio das victimas²⁰⁹.

Aponta, entretanto, para a necessidade de continuar crendo no Direito Internacional²¹⁰, pois estaria também ele sendo atingido pelos movimentos de progresso da ciência e da consciência humana²¹¹.

Prosseguindo nas concepções de Lafayette acerca do Direito Internacional, este existe como consequência da coexistência das Nações, que faz surgir relações entre elas por necessidade ou por utilidade comum²¹².

²⁰⁴ PEREIRA, *loc. cit.*

²⁰⁵ PEREIRA, *op. cit.*, p. 40.

²⁰⁶ PEREIRA, *op. cit.*, p. 34, grifo do autor

²⁰⁷ “O Direito Internacional é, pois, fora de toda duvida um direito positivo, como o é o direito escripto interno. Cumpre, todavia reconhecer que lhe fallece, para que tenha a desejada perfeição, a claresa e precisão da lei escripta, e a certesa e vigor que lhe daria a existencia de um poder incumbido de declara-lo, applica-lo e faze-lo cumprir.” PEREIRA, *op. cit.*, p. 37.

²⁰⁸ “Dir-se-ia que para os gabinetos e conselhos de governo, nas relações internacionaes, a hypocrisia é a mais preciosa das *virtudes*.” PEREIRA, *op. cit.*, p. 5, grifo do autor.

²⁰⁹ PEREIRA, *loc. cit.*

²¹⁰ “Mas... é preciso não descreer. Mais de uma vez as grandes nações tem cooperado para a victoria de doutrinas sans e justas. Basta lembrar os esforços da Russia e dos Estados Unidos, por occasião das grandes guerras maritimas dos fins do seculo XVIII e começos do XIX, no sentido de se adoptarem como direito positivo, principios acerca da neutralidade, proclamados pela razão, a Declaração de Paris de 1856, e ultimamente os nobres e generosos trabalhos da Conferencia de Haya.” PEREIRA, *op. cit.*, p. 6.

²¹¹ “Com o assombroso progredir das sciencias em todas as esferas do pensamento a intelligencia dilata-se e penetra mais a fundo a trama das cousas humanas.” (PEREIRA, *op. cit.*, p. 6.), e prossegue: “A razão adquire crescente lucidez, depurão-se as ideas moraes, revestem formas mais precisas e luminosas, e hão de acabar por exercer decisivo imperio nas consciencias.” PEREIRA, *loc. cit.*

²¹² PEREIRA, *op. cit.* p. 7.

Numa fórmula simples “O Direito Internacional vem a ser o complexo dos princípios que regulão os direitos e as obrigações das nações entre si.”²¹³. Ainda com relação aos limites de aplicação do Direito Internacional: “As relações do dominio do Direito Internacional nascem e produzem-se entre as nações como personalidades politicas, representadas por seus governos, mas, não raro, têm por causas actos ou factos ocorridos entre os subditos de uma e os subditos de outra.”²¹⁴.

Em síntese, o direito internacional para Lafayette não é – ou não se confunde com – a própria ciência, mas sim objeto da ciência jurídica (que, porém, não é por ele definida) devendo ser tratado com o mesmo método aplicado ao direito interno. Embora com menor precisão, é também um direito positivo, composto pelos princípios que regem as relações entre as nações enquanto entidades políticas.

Partindo para as concepções do segundo autor, Beviláqua é claro ao delimitar o plano das relações internacionais, regulado pelo Direito Internacional, ao afirmar que “Os Estados cultos formam uma sociedade, tendo, por base, a similhaça da cultura, por fim, a satisfação de interesses communs, e, por elemento de organização, princípios geraes de direito, a que todos adherem.”²¹⁵. Com relação ao fundamento do direito internacional:

Partindo da idéa da sociedade dos Estados, dá-se por fundamento ao direito publico internacional, **não a soberania, principio de direito interno, mas a solidariedade, phenomeno social de alta relevância**, pelo qual devemos entender: a consciência de que as nações cultas têm interesses communs, que transbordam de suas fronteiras, e para a satisfação dos quaes necessitam umas do concurso das outras; e, ainda, a consciência de que a offensa desses interesses se reflecte sobre todas ellas, de onde a necessidade de garantil-os por um accordo commum²¹⁶.

Neste sentido, Beviláqua também assume o caráter positivo do direito internacional. Faz, ainda, questão de distinguir os planos das relações entre Estados daquela das relações entre os indivíduos:

O que se faz necessário é distinguir a sociedade internacional, composta de indivíduos de nacionalidades differentes, e a sociedade dos Estados. Ali, os interesses a regular são de ordem privada, aqui, são de ordem publica; ali, o sujeito das relações jurídicas é o individuo, aqui é o Estado²¹⁷.

²¹³ PEREIRA, op. cit. p. 8.

²¹⁴ PEREIRA, op. cit., p. 9.

²¹⁵ BEVILÁQUA, Clóvis. **Direito Público Internacional** – A syntese dos princípios e a contribuição do Brazil [Tomo I]. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1910, p. 11.

²¹⁶ BEVILÁQUA, op. cit., p. 13, grifo nosso.

²¹⁷ BEVILÁQUA, op. cit., p. 12.

Reforça esta distinção ao destacar a diferença entre o direito internacional público e o direito internacional privado, por serem, na sua visão, ramos distintos e independentes do direito²¹⁸.

Procura tornar clara, a seguir, a existência de normas jurídicas nas relações entre os Estados, em oposição a uma simples moral internacional²¹⁹, e, neste sentido, deduz que “A vida internacional é um facto, é um phenomeno que a sociologia reconhece e estuda, e a obrigatoriedade do direito internacional publico é irrecusável.”²²⁰.

Tendo realizado a distinção entre o plano das relações entre os indivíduos e o plano das relações entre os Estados, Beviláqua apresenta de forma clara o carácter positivo do Direito Internacional, comparando-o com o direito interno, a saber:

O que tem auctorizado certas objecções á força dos preceitos do direito internacional, é o estado de fluidez em que ainda se conservam muitos delles. Mas, ao lado desses preceitos ainda inconsistentes e mal definidos, ha muitos outros que já alcançaram o estado de positividade, já se consolidaram. E essa situação não é peculiar ao direito internacional. Também no direito nacional ha regras já crystallizadas, e regras em estado de fluidez²²¹.

Em síntese, para Beviláqua, o direito internacional público – que não se confunde com o privado – é um fenómeno social, baseado não na soberania (comumente associada a concepções voluntaristas), mas sim na solidariedade, definida como a percepção de que existem interesses comuns, associada a um sentimento comum de repúdio a violação de tais interesses (não são revelados, contudo, quais seriam estes interesses). Embora se tenha como menos rígido, não se distingue em natureza do direito interno, que também poderia se apresentar, em alguns momentos, com maior fluidez.

Nota-se, portanto, a clara posição dos autores em classificar o Direito Internacional como um fenómeno positivo, rompendo com a postura jusnaturalista anteriormente observada nos juristas do Império. Uma das consequências deste tratamento positivo do fenómeno jurídico internacional é o abandono da referência a um direito das gentes universal, ou natural,

²¹⁸ “E o maior inconveniente da expressão *direito publico internacional* é, precisamente, o de fazer suppor que ha dois ramos de direito internacional, um publico e um privado, quando as duas disciplinas são, por seu objecto, pelo sujeito das relações jurídicas, pelas suas fontes, e por seus processos, não somente independentes, mas diferentes.” BEVILÁQUA, op. cit., p. 19, grifo do autor.

²¹⁹ “Não é possível desconhecer uma certa deficiência, por assim dizer, essencial da organização jurídica da sociedade dos Estados, quando a comparamos com a de uma nação; mas dessa circunstancia não se pode concluir que as normas do direito internacional sejam simples preceitos de moral. A coexistência dos Estados, em communhão internacional, seria impossível, sem normas certas, sem princípios acceitos, sem direitos e obrigações reciprocas” BEVILÁQUA, op. cit., p. 21.

²²⁰ BEVILÁQUA, op. cit., p. 22.

²²¹ BEVILÁQUA, op. cit., p. 25.

calçado na razão, como se percebe no momento em que os autores tratam das fontes do Direito Internacional.

A problemática das fontes é apresentada por Lafayette, partindo da seguinte definição: “Fonte do Direito Positivo é o acto pelo qual a vontade crea o principio juridico, ou se submete á elle. Esse acto pode ser uma pratica, um procedimento, o uso, o costume, o contracto, a lei.”²²²; defende haver três fontes para o Direito Internacional: o reconhecimento, o costume e os tratados²²³.

Para Beviláqua, “Fonte é a forma exterior e positiva do direito, e, nesse sentido, o direito internacional somente conhece duas: o costume e os tractados.”²²⁴.

Iniciando pelo que é peculiar ao primeiro jurista, o reconhecimento tem origem na “necessidade”, e consiste na aceitação da situação fática existente na comunhão internacional e as consequências jurídicas dela inerentes. É um ato unilateral que não se pratica com relação a uma Nação específica²²⁵.

No tocante ao costume internacional, Lafayette considera como sendo “[...] um acto (acção ou ommissão) da vida juridica, repetido pelas nações no seu mutuo procedimento, e que pela sua constante reproducção torna-se uma pratica.”²²⁶.

Quanto aos tratados, Lafayette afirma que, por obrigarem apenas as partes contratantes “Não podem, por consequencia, ser considerados como fontes directas de direito como se fossem textos de lei.”²²⁷, por consequência disso, defende que:

Nestes termos a força obrigatoria dos principios e regras consagradas deriva, não da força e virtude legal dos próprios tractados, mas do reconhecimento que manifestão, da parte da nação, da existencia desses principios, isto é, – de um facto que por sua repetição e generalidade reveste os attributos do uso ou costume²²⁸.

²²² PEREIRA, op. cit., p. 11. Como crítica a um (suposto) direito consuetudinário fundado na vontade tácita dos membros da comunidade internacional: “Le consuetudine non sono mai um vero e proprio « ius voluntarium », e se implicano un accordo – si direbbe meno equivocamente uma concordanza o coincidenza – ciò non vuol dire che siano un accordo di volontà. Esse hanno sovente un’origine quasi inconsciente e quindi involontaria, e il loro valore deriva non dal fatto che si è avuta l’intenzione di costituirle, ma dalla convinzione che sai obbligatorio osservare, e la convinzione non è atto di volontà, ma qualche cosa che domina e vincola la volontà.” ROMANO, **Santi Corso di Diritto Internazionale**. 4. ed. Padova: Cedam, 1939, p. 33-34.

²²³ PEREIRA, op. cit., p. 12.

²²⁴ BEVILÁQUA, op. cit., p. 29.

²²⁵ PEREIRA, op. cit., p. 12-14.

²²⁶ PEREIRA, op. cit., p. 15.

²²⁷ PEREIRA, op. cit., p. 19.

²²⁸ PEREIRA, op. cit., p. 20.

Já Beviláqua, para fazer a distinção entre costume²²⁹ e tratados²³⁰, utiliza-se de fórmulas simples: “*Costume jurídico internacional é a observância constante de uma norma reguladora das relações internacionaes, que se não baseia em tractado*”²³¹; para que esta definição fique completa, deve-se comparar com a dos tratados, porém Beviláqua se limita em afirmar que “Os tractados são de duas espécies: os normativos e os contractuaes. Os primeiros é que são, propriamente, fontes do direito internacional, porque se propõem a fixar regras de conducta internacional”²³².

Não é tão incisivo, contudo, em apontar a distinção jurídica que poderia advir da não realização dos atos no plano fático. Noutras palavras, não aborda diretamente as consequências jurídicas de uma possível “baixa eficácia” dos tratados.

De maneira geral, percebe-se que ambos os autores bem definem o conteúdo e os limites do direito internacional, apresentam, ademais, uma clara distinção entre o direito e a própria ciência que, em certa medida, não é tão evidente nos juristas da Escola Italiana de Direito Internacional. Com relação às fontes, ambos limitam-se a considerar aquelas do “direito positivo”, sendo elas, para Lafayette, o reconhecimento, os costumes e os tratados e estes dois últimos, apenas, para Beviláqua; não recorrem, portanto, a formulações “puramente abstratas” como a Razão ou a Natureza das quais se derivam princípios que serviriam de base ao direito posto.

Nota-se, ainda, um tratamento muito mais aprofundado das fontes por parte de Lafayette, no qual já seria possível, até mesmo, conjecturar acerca de um esboço de hierarquia entre as fontes de direito internacional: primeiramente, faz-se necessário o reconhecimento

²²⁹ Beviláqua desenvolve seu pensamento acerca do costume na obra “Teoria Geral do Direito Civil”, em que apresenta suas características gerais e hipóteses de aplicação, (BEVILÁQUA, Clóvis. **Teoria Geral do Direito Civil**. Campinas: Servanda Editora, 2007, p. 34-49). Com relação ao Direito Internacional, faz-se especialmente relevante a seguinte afirmação: “Este modo de compreender o direito consuetudinário não estabelece diferença entre o costume jurídico interno e o internacional, pois vê, em ambos, formações jurídicas extralegais, realizadas por diferentes órgãos e impondo-se ao respeito de todos, porque correspondem à necessidade sentida de normalizar as relações da vida social e porque refletem a concepção do direito e o sentimento de justiça dominante.” (BEVILÁQUA, op. cit. p. 39).

²³⁰ Acerca dos efeitos dos tratados, em artigo publicado na Revista Forense, Beviláqua aponta que se trata de uma “auto-limitação da soberania”, marcadamente: “Quando um Estado celebra um tratado com outro, estabelece regras limitativas de seu poder soberano, compromete-se a submeter o seu procedimento às normas convencionais. E essas normas têm força de lei, obrigam os poderes políticos dos Estados, e não podem ser revogadas, expressa nem tacitamente, por leis internas das altas partes contractantes. [...] Extinguem-se os tratados por mutuo accordo, pelo decurso do tempo, pelo implemento de condição resolutiva, pelo perecimento do objecto, mas não por acto unilateral de um dos Estados contractantes, salvo quando celebrados com a clausula *rebus sic stantibus*.” (BEVILÁQUA, Clóvis. **A Liga das Nações e a soberania dos Estados**. In: PIMENTEL, F. Mendes; PINTO, Estevão L. de Magalhães (Diretores). **Revista Forense** – Doutrina, legislação e jurisprudência. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1919, Volume XXXII, p. 6, grifo do autor).

²³¹ BEVILÁQUA, **Direito Internacional Público**, p. 29, grifo do autor

²³² BEVILÁQUA, op. cit., p. 32

que representa o consentimento expresso ou tácito da ordem posta, constituindo seu fundamento; posteriormente, tem-se o costume, responsável por regular as relações entre os sujeitos, definindo os limites para os tratados, cuja aplicação constitui uma forma de concretizar e reafirmar o costume.

Em Beviláqua, porém, mesmo recorrendo a outros de seus escritos, não se chega a um conceito muito claro das fontes por parte deste autor – especialmente, por conta da ausência de um conceito de “tratado” –, mas apenas de seus efeitos. Ademais, sua definição de costume não permite identificar se o costume cria a norma internacional, ou se esta o precede.

3.2 OPOSIÇÕES ENTRE NAÇÃO E ESTADO E SEUS REFLEXOS NO ÂMBITO JURÍDICO

Sabendo das premissas teóricas de Lafayette e de Beviláqua, ambas convergentes em relação ao direito positivo – não se ocupando, deste modo, de um possível direito natural, o qual lhe daria o fundamento – que se reflete na não observação de normas advindas de um *a priori*, como até então fazia a doutrina brasileira no que concerne ao direito internacional, cabe agora demonstrar que esta não é a única ruptura com relação a aqueles autores, observando como estes dois juristas se põe a resolver, pela primeira vez na doutrina nacional, a questão acerca dos sujeitos que seriam regulados por este direito.

Lafayette apresenta uma sistematização das diversas escolas de direito internacional, apresentando-as em quatro categorias, a saber: a escola filosófica²³³, a escola positiva²³⁴, a escola eclética²³⁵ e a escola italiana²³⁶.

²³³ Acerca da Escola Filosófica, “o Direito Internacional não é senão o Direito Natural aplicado às relações de nação á nação.” (PEREIRA, op. cit., p. 54), entre seus maiores representantes, estariam inclusos Pufendorf, Thomasius e Barbeyrac (PEREIRA, op. cit., p. 55).

²³⁴ A Escola Positiva (a qual ele parece filiar-se) “considera e tracta o Direito Internacional como uma criação historica, como o producto das necessidades praticas e da communhão de ideas, interesses e cultura das nações, revelado por usos, costumes, tradições e factos.” (PEREIRA, op. cit., p. 56), pela observação dos fatos, ela permitiria que o Direito se aperfeiçoasse para se adaptar às necessidades sociais (PEREIRA, loc. cit.). Quanto a seus expoentes afirma que “todavia entre os escriptores que com rasão se podem classificar como sectarios della, notão se differenças de tendencias. Uns, mais rigorosos, só admittem como Direito Internacional positivo o que se funda nos costumes e nos tractados. Outros, de um espirito mais largo e que melhor reproduzem a verdade, sustentão que a vontade das nações — fonte do Direito Internacional, não se manifesta só pelos costumes e tractados, mas tambem se revela ‘assim nos actos internacionaes, como na necessidade das cousas, na posição e nas relações mutuas dos Estados’.” (PEREIRA, op. cit., p. 56-57).

²³⁵ Para a Escola Eclética “o Direito Internacional compõe-se de principios do Direito Natural, obrigatorios por força propria, e de principios e regras positivas, fundadas no consentimento das nações e deduzidas dos costumes e usos, e das convenções e pactos, expressos ou tacitos.” (PEREIRA, op. cit., p. 57-58). Aponta ser a mais

Em suas considerações acerca da escola italiana, torna-se claro que Lafayette teve contato com o pensamento de Mancini, com o Princípio da Nacionalidade, bem como a concepção deste de Nação e a proposta de que ela deveria figurar como sujeito de direito internacional, em oposição aos Estados²³⁷.

Lafayette então apresenta sua proposta acerca dos sujeitos do direito internacional, em sua concepção, estes são as Nações²³⁸, assim definidas:

Por nação entende-se a reunião de homens que, ocupando territorio proprio e determinado, se constituem em associação estavel e independente, sob um mesmo governo, para o fim de assegurar a conservação e o exercicio de seus direitos e proverem á utilidade commum²³⁹.

Distingue-se de Estado, por ser este “[...]o conjuncto de órgãos, pelos quaes a nação manifesta a sua vida e acção politica, ou antes, é o poder publico organizado em todas as suas ramificações.”²⁴⁰.

Nota-se, portanto, que o autor assume a Nação como sujeito de direito internacional, deste modo, o Estado existe tão somente a partir dela (seja no plano jurídico, seja no político, a Nação precede ao Estado, que, mesmo sendo posterior, não se apresenta como uma forma “mais perfeita” de organização social), entretanto faz questão de criticar expressamente o princípio da nacionalidade proposto por Mancini:

No entanto o principio das nacionalidades é falso: tem contra si a razão e a verdade historica. E' inegavel que procede de uma intuição justa e exacta, mas insufficiente para base e fundamento de um systema. O que constitue a nação, pessoa do Direito Internacional, é a *união voluntaria* de homens, politicamente organizada, sob a unidade de um governo soberano, sendo indifferente no ponto de vista juridico que essa collectividade se componha de povos da mesma ou de diferentes raças.²⁴¹.

Faz-se necessário chamar a atenção para a concepção voluntarista do autor, sendo este elemento mais relevante para a definição de Nação que suas características objetivas. Neste sentido, sua crítica a Mancini é próxima da realizada por Terenzio Mamiani (o qual, inclusive,

antiga, iniciada por Grotius, mas que os publicistas que se ffiliam a ela procuram dar ao Direito Internacional uma perfeição que ele ainda não possui (PEREIRA, op. cit., p. 58-59).

²³⁶ PEREIRA, op. cit., p. 59-61.

²³⁷ “Segundo uma tal theoria, cada nação (no sentido ethnographico) é uma pessoa moral, que tem o direito de se constituir em Estado independente, reunindo sob o seu poder e governo ainda as populações da sua raça, tradições e costumes que se achão sob o dominio de outros Estados.” PEREIRA, op. cit., p. 60.

²³⁸ “Na sociedade que entre si formão, figurão as nações como pessoas juridicas.” PEREIRA, op. cit., p. 64 e continua “Neste aspecto são ellas [as nações] os sujeitos dos direitos e das obrigações que fazem o objecto do Direito Internacional.” PEREIRA, loc. cit.

²³⁹ PEREIRA, op. cit., p. 64.

²⁴⁰ PEREIRA, op. cit., p. 65.

²⁴¹ PEREIRA, op. cit., p. 61, grifo do autor.

é citado em nota de rodapé, sendo apresentado como “distinto publicista, jurisconsulto e estadista italiano”²⁴²).

Contudo, deve-se lembrar de que Mamiani não compactua com a proposta de Mancini de manter a Nação como sujeito, dando preferência ao Estado. Tendo isso em vista, parece possível afirmar que houve influência do pensamento não apenas de Mancini, mas da Escola Italiana de Direito Internacional, através de alguns aspectos do princípio da nacionalidade, nas concepções de Direito Internacional propostas por Lafayette.

Diferentemente do pensamento de Lafayette, quanto à subjetividade jurídica, objeto deste trabalho, para Beviláqua os sujeitos por excelência são os Estados capazes de possuir uma tripla personalidade, uma interna de direito público, outra interna de direito privado e a internacional²⁴³.

Define Estado como: “um agrupamento humano, estabelecido em um território, e submettido a um poder publico soberano, que lhe dá unidade orgânica.”²⁴⁴, trata de distingui-lo da Nação, de forma simples: “Quando se tem mais particularmente em vista o povo distribuído em classes sociaes, o agrupamento denomina-se *nação*. Quando se considera esse agrupamento organizado pelo poder publico, e representado pelos funcionarios, que o exercem, tem-se o *Estado*.”²⁴⁵. Contrapõe a posição de Jhering²⁴⁶ e Duguit²⁴⁷ que afirmam serem os indivíduos os únicos sujeitos de direito e sustenta que “o Estado é uma realidade positiva, porque é a forma jurídica da sociedade civil, da qual faz parte o individuo, e sem a qual não se comprehende o homem.”²⁴⁸.

²⁴² PEREIRA, op. cit., p. 61, nota de rodapé 1.

²⁴³ BEVILÁQUA, op. cit., p. 38-39

²⁴⁴ BEVILÁQUA, op. cit., p. 37

²⁴⁵ BEVILÁQUA, loc. cit., grifo do autor

²⁴⁶ A crítica de Beviláqua à teoria da personalidade jurídica exclusiva dos indivíduos proposta por Jhering pode ser vista em BEVILÁQUA, **Teoria Geral do Direito Civil**, p. 156-161. Com relação ao plano internacional: “É inútil repetir a argumentação, que opusemos ao preclaro JHERING, mas não será de todo impertinência afirmar que o Estado não pode ser um simples vocábulo para designar os indivíduos reunidos em um dado território, sob uma determinada forma: basta considerá-lo em suas relações internacionais para ficar evidente a insuficiência e a impropriedade dessa concepção; [...]” (BEVILÁQUA, op. cit., p. 160-161).

²⁴⁷ Esta concepção exige a distinção entre o político e o jurídico: “Admitimos até agora, para determinar mais facilmente a noção e o fundamento do direito, uma sociedade imaginária em que não existisse sinal algum do que se acordou em chamar autoridade política, e julgamos ter assim estabelecido que a noção de direito é completamente independente da de autoridade política.” DUGUIT, Léon. **Fundamentos do Direito**. Tradução de Eduardo Salgueiro. Ed. Obra Jurídica, 2004, p. 31; a relação entre indivíduo e corpo político – ou entre corpos políticos – é e sempre será, no limite, uma relação entre indivíduos: “Eis assim reduzida, aos seus elementos simples, a diferenciação política. Estes indivíduos que parecem comandar são os governantes; os indivíduos a quem eles parecem comandar são os governados” DUGUIT, op. cit., p. 32.

²⁴⁸ BEVILÁQUA, **Direito Publico Internacional**, p. 38; ainda com relação ao Estado como uma realidade positiva: “Mas, como supor que o Estado é uma simples ficção? E, se a lei é que erige essa ficção em pessoa, sendo a lei a expressão da soberania do Estado, segue-se que a lei é a emanção, a consequência de uma ficção.

Parece claro que, ao lado da proeminência do Estado nas relações regidas pelo Direito Internacional, as nações pouco espaço possuem na concepção jurídica de Beviláqua²⁴⁹. Percebe-se que o termo Nação é empregado muito mais para se referir a determinados agrupamentos humanos, sejam eles amplos, como as “nações civilizadas”, sejam organizações mais simples e, possivelmente, não estatais²⁵⁰.

Estado, deve-se observar, é uma condição bastante rígida e, em certa medida, difícil de ser alcançada, como se percebe pela seguinte passagem:

Em face desta noção, é fácil de ver que não se consideram Estados, propriamente dictos, as divisões políticas de uma unidade nacional, ainda que organizadas com certa *somma* considerável de poder, qualquer que seja a sua denominação; nem as colónias, qualquer que seja a extensão de sua autonomia, como o *dominium* do Canadá, e a *commonwealth* da Austrália; nem os partidos insurrectos, comquanto exerçam poder de facto, si não tiver desaparecido a auctoridade contra a qual se levantaram²⁵¹.

Nota-se, ainda, que Beviláqua, adotando a figura do Estado como sujeito, não se preocupa em contrapor-lo à Nação para justificar sua escolha²⁵²; ao máximo, trata de algumas agremiações humanas – “tribus nómades, os selvagens, e as nações barbaras” - como objeto de tutela do direito internacional²⁵³.

O exclusivismo dos Estados como sujeito é ainda reforçado em sua obra “Teoria Geral do Direito Civil”, na edição de 1928, em que o autor nega a possibilidade de subjetividade jurídica internacional aos indivíduos e, mesmo, a coletividades de Estados (que, mais tarde, formarão as Organizações Internacionais):

A sociedade internacional dos indivíduos e a sociedade dos Estados são organizações mais vastas do que o Estados, mas, pelo menos em nossos dias, **não**

Por outro lado, ou o Estado tinha uma existência real antes de se conhecer como pessoa, e não é possível considerar fingida a sua personificação, ou não tinha existência real e não podia dotar-se com atributos jurídicos.” (BEVILÁQUA, **Teoria Geral do Direito Civil**, p. 154-155).

²⁴⁹ Isto não implica dizer que ele não reconheça sua existência e importância para além do âmbito estritamente jurídico, como se faz notar: “A idéia de sociedade é sociológica; a de povo, ethnologica; e a de nação é historico-política. Não aprofundarei essas distinções, acompanhando argutos pensadores allemães; mas devo afirmar que não são meramente escolásticas. Além de corresponderem a realidades, assignando modalidades ou expressões da vida collectiva, fornecem luzes para a verdadeira theoria do Estado” (BEVILÁQUA, Clóvis. **Conceito de Estado**. In: **Revista da Faculdade de Direito de São Paulo**. São Paulo: Empreza Graphica da “Revista dos Tribunaes”, 1930, Volume XXVI, p. 8).

²⁵⁰ Sobre a possibilidade de sociedade sem Estado, ver BEVILÁQUA, op. cit. p. 5-7.

²⁵¹ BEVILÁQUA, **Direito Publico Internacional**, p. 39, grifo do autor.

²⁵² Ao menos nesta obra. Uma contraposição entre Estado e Nação é encontrada em um artigo, publicado 20 anos mais tarde: “Mas, se a existência da collectividade, que chamamos Nação, é innegavel, e se a Nação se organiza, politica e juridicamente, pelo Estado, a personalidade deste é da mesma natureza, no campo do direito, que a do individuo, sendo apenas mais extensa. Não é necessario que ao Estado corresponda uma entidade physica, palpavel, para que se lhe reconheça personalidade.” (BEVILÁQUA, Clóvis. **Conceito de Estado**. p. 10).

²⁵³ BEVILÁQUA, **Direito Publico Internacional**, p. 42

são mais do que um meio, onde se travam relações jurídicas e não corporações, que afirmem, juridicamente, a sua existência como sujeito dessas relações²⁵⁴.

O que se percebe em Beviláqua é, portanto a adoção de um conceito bastante rígido de Estado, talvez até demasiadamente restritivo, tendo em vista que diversas associações políticas reconhecidas nas relações internacionais estariam excluídas desta condição. As consequências deste pensamento podem se revelar especialmente nefastas ao se pensar que, para estas associações, não se aplicaria o Direito Internacional, tendo em vista que ele se limita as relações entre Estados. Caberia, ainda, questionar se a “solidariedade” que fundamenta o direito internacional existiria ou não nas relações entre Estados e associações políticas não-Estatais, ou, em outras palavras, se existiria solidariedade entre “seres” de naturezas distintas e, finalmente, se existe mais de uma solidariedade.

Confrontando os dois autores, o que se percebe não é apenas uma distinção meramente nominalista na escolha dos sujeitos de direito internacional: o conceito de Nação apresentado por Lafayette comporta uma maior gama de organizações políticas, enquanto o Estado, na visão de Beviláqua, constitui uma forma de associação política muito mais rigorosa, limitando o próprio âmbito de atuação do Direito Internacional.

3.3 SURGIMENTO DA PERSONALIDADE JURÍDICA INTERNACIONAL

Conhecendo os conceitos de Nação e de Estados apresentados pelos dois juristas, assim como suas consequências, pode-se agora adentrar em um novo campo, igualmente relevante para a problemática analisada, pois se o ponto anterior permitiu observar quem são os sujeitos na ordem jurídica internacional, agora se poderá analisar como um determinado agrupamento humano atinge esta condição.

Retomando o pensamento de Lafayette, nota-se que além da primazia da Nação como sujeito no Direito Internacional, faz-se possível observar algumas outras correlações, se não exclusivamente entre o princípio da nacionalidade de Mancini e o pensamento de Lafayette, ao menos deste último com o debate vivido na escola italiana. Algumas delas podem ser

²⁵⁴ BEVILÁQUA, **Teoria Geral do Direito Civil**, p. 172-173, grifo nosso. Deve-se, ainda, destacar que a Sociedade das Nações, ao ver de Beviláqua, não fere a soberania dos Estados, justamente pelo contrário: “É porque são soberanos que os Estados podem livremente associar-se. A auto-limitação imposta para o ingresso na Sociedade das Nações não difere da que é exigida para a celebração de tratados de outra classe.” (BEVILÁQUA, Clóvis. **Sociedade das nações**. In: Pimentel, F. Mendes; PINTO, Estevão L. de Magalhães (Diretores). **Revista Forense** – Doutrina, legislação e jurisprudência. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1920, Volume XXXIV, p. 255).

sentidas no momento em que se abordam algumas das características essenciais às nações e o fenômeno do seu surgimento como sujeito.

Um dos muitos pontos em comum é a igualdade entre as nações, da mesma forma que, para Mancini, não se poderiam criar distinções entre as nações, Lafayette reconhece sua igualdade quanto à natureza e finalidade, resultando em uma necessária igualdade jurídica:

Todas as nações têm a mesma natureza e o mesmo fim e, portanto, os mesmos direitos primitivos: **são pessoas juridicamente iguais**. Cada uma, dentro do território que lhe é assento, exercita a sua actividade, prepara, elabora e desenvolve os seus elementos de vida e trabalha e esforça-se incessantemente por progredir e preencher a sua missão²⁵⁵.

Ainda no que diz respeito às características das Nações, apesar das críticas realizadas ao princípio da nacionalidade, Lafayette parece adotar os mesmos elementos objetivos que Mancini, como se pode notar:

Para a formação do ser colectivo denominado nação concorrem diversas causas e elementos — **a raça, a língua, a religião, a communhão de hábitos, de costumes e tradições e a identidade de interesses**, de necessidades e destino, creada pela **convivencia em uma circumscrição geographica**²⁵⁶.

Além de estarem presentes os elementos objetivos apontados por Mancini, Lafayette completa: “Uma só destas causas é insufficiente para determinar a existencia da nação.”²⁵⁷. Desta forma, parece crível deduzir uma aproximação entre eles. Também atenta para a necessidade de “combinação” entre os elementos objetivos e o volitivo, não bastando apenas um deles (noutras palavras, a vontade, por si só, não cria a Nação)²⁵⁸.

É certo que Lafayette relativiza a importância dos critérios objetivos frente ao elemento volitivo, capaz de fazer surgir uma Nação, mesmo que não estejam presentes todos os elementos naturais²⁵⁹. Cabe aqui ressaltar novamente a aproximação com o pensamento de Terenzio Mamiani. Outro ponto que reforça esta aproximação é a noção de que os Estados concebidos sem que haja presença de ao menos alguns dos elementos naturais, são criações artificiais e, portanto, não duradouras:

Em todos estes casos a formação da nação pressupõe a existencia e o concurso das causas e elementos acima enumerados, ou, pelo menos, de alguns delles. Se fallece

²⁵⁵ PEREIRA, op. cit., p. 10, grifo nosso.

²⁵⁶ PEREIRA, op. cit., p. 68, grifo nosso.

²⁵⁷ PEREIRA, loc. cit.

²⁵⁸ PEREIRA, loc. cit., ver nota de rodapé “1”, em que se faz alusão aos povos germânicos (elementos objetivos) e ao reino da Westphallia (elemento volitivo).

²⁵⁹ “Todavia o principio dominante é o da communhão de interesses, necessidades e destino, imposta pela habitação commum em um territorio determinado. A habitação em um mesmo territorio desfaz os antagonismos preexistentes e acaba por fundir em uma unidade moral homens, familias e grupos de familias, de raça, religião e indole diversas.” PEREIRA, op. cit., p. 68.

um tal pressuposto o novo Estado será obra puramente artificial e, portanto, sem os requisitos elementares de duração²⁶⁰.

O último aspecto relativo à subjetividade jurídica diz respeito não mais a constituição, mas ao surgimento de novos sujeitos, e para Lafayette, a Nação surge essencialmente a partir de um ato interno, não dependendo do direito (ou da comunidade) internacional, em suas palavras:

E' por própria deliberação, por um movimento de sua soberania que um povo se constitue em nação e adopta a organização politica que parece mais adequada á sua indole: é um acto da vida interior e, portanto, do dominio exclusivo do Direito Publico interno²⁶¹.

Sustenta esta proposição ao afirmar que todo ato pelo qual uma Nação poderia se opor ao surgimento da outra implica a prática de atos exclusivos do direito internacional, sendo implícito o reconhecimento no plano fático²⁶². Além disso, desde que esteja devidamente organizada “O *reconhecimento* pelas outras nações não é um requisito necessario para integrar e completar a personalidade internacional do novo Estado. Sem um tal requisito a nação exerce francamente os direitos que lhe são inherentes [...]”²⁶³.

Argumenta, ainda, ser o reconhecimento muito antes um ato político que jurídico e, neste sentido, depende de cada Nação praticá-lo²⁶⁴, porém a prática ou não do reconhecimento em nada afeta a personalidade ou a igualdade jurídica da nova Nação.

Não se faz claro, contudo, se estas passagens fazem parte da concepção jurídica da Nação, ou se se tratam de reflexões políticas e sociais acerca de sua estabilidade e formação. Devido a pouca rigidez na necessidade de se seguirem as condições apontadas para que se atinja o fim esperado (a Nação), credita-se que se esteja diante da segunda opção, muito embora não seja impossível que poderia se referir a um rol meramente exemplificativo dentro do plano jurídico.

Fazer esta distinção seria de especial importância, pois permitiria observar o que seria particular à Nação enquanto ente jurídico e quais os elementos exteriores, que mesmo contribuindo para sua estabilidade, não integram sua definição, restritos a um outro plano de análise. Tal diferenciação, porém, faz-se prejudicada.

²⁶⁰ PEREIRA, op. cit., p. 71

²⁶¹ PEREIRA, op. cit., p. 67.

²⁶² PEREIRA, op. cit., p. 67.

²⁶³ PEREIRA, op. cit., p. 74.

²⁶⁴ “A nação que reconhece, é a unica competente para julgar da oportunidade de fazel-o: é um acto subordinado aos interesses da sua politica” PEREIRA, op. cit., p. 75.

Com relação ao surgimento de um novo sujeito no plano internacional, para Beviláqua, a personalidade jurídica internacional do Estado surge a partir do seu reconhecimento pela comunhão internacional, aponta que “O novo Estado, desde que se acha regularmente constituído, segundo os princípios do direito, está em condições de ser reconhecido como tal, e de, assim, fazer parte da sociedade dos Estados.”²⁶⁵.

Mas deixa clara a ressalva de que o reconhecimento não se trata de uma ação que dependa de toda comunidade internacional, é, antes, um ato individual de cada Estado²⁶⁶. Ainda neste sentido, deve ser absoluto e definitivo, ou seja, “O reconhecimento não pode ser condicional nem revogável.”²⁶⁷.

Mantém, também com relação a este aspecto, a rigidez do conceito de Estado como sujeito, talvez até ampliando as dificuldades em alcançar tal condição, pois a obtenção da personalidade jurídica internacional por parte de um determinado corpo político depende não mais apenas de sua organização interna, mas também a possibilidade – política – de “ser aceito” pela comunidade na qual pretende se inserir.

Ao se comparar o pensamento de ambos os autores nos aspectos analisados, percebe-se que, longe de resolver – até porque, nenhuma “solução” poderia ser proposta como perfeita diante de um problema mutável –, os juristas brasileiros dão, cada um a sua maneira, diferente tratamento a problemática da subjetividade jurídica no âmbito internacional. Rompem, ainda, com os seus predecessores, ao abandonar o direito natural e se proporem a uma análise positivista, este, porém, parece ser o maior ponto de convergência entre eles.

Defender a Nação como sujeito de direito internacional em oposição ao Estado parece, em um primeiro momento uma excentricidade de Lafayette, levando a buscar relações com autores que tenham feito o mesmo, conduzindo na direção da Escola Italiana de Direito Internacional. Não se pode ignorar, ainda, a hipótese de que ele esteja apenas se atendo aos termos empregados na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1891, na qual se emprega o termo “Nação”, referindo-se ao plano interno – art. 1º²⁶⁸; art. 41²⁶⁹; art.

²⁶⁵ BEVILÁQUA, **Direito Público Internacional**, p. 46

²⁶⁶ “O reconhecimento não é um acto da sociedade dos Estados, mas sim de cada paiz, de modo que este tem a liberdade de concedel-o ou não, segundo e quando entender. Todavia a recusa injustificada «é contrária ao direito internacional». Por outro lado, um reconhecimento precipitado pode importar, segundo as circunstâncias, em quebra de neutralidade.” BEVILÁQUA, op. cit., p. 48

²⁶⁷ BEVILÁQUA, op. cit., p. 49

²⁶⁸ “Art 1º - A Nação brasileira adota como forma de Governo, sob o regime representativo, a República Federativa, proclamada a 15 de novembro de 1889, e constitui-se, por união perpétua e indissolúvel das suas antigas Províncias, em Estados Unidos do Brasil.”.

47²⁷⁰ e art. 75²⁷¹ além do art. 37, §1º²⁷² (posteriormente alterado) e art. 8º²⁷³ das Disposições Transitórias – e ao internacional – art. 69, 1º²⁷⁴ e art. 88²⁷⁵ –, embora as reflexões acerca das características e do surgimento das Nações pareçam apontar em sentido flagrantemente contrário.

O que se percebe, em síntese, com relação a Lafayette é que muito embora ele conheça o Princípio da Nacionalidade e algumas das principais críticas a ele, o conceito apresentado pelo autor não o torna imune às mesmas críticas, ao revés, sua fundamentação demasiadamente voluntarista da personalidade jurídica internacional, permite que emergjam as mesmas consequências, ou, no limite, a resultados ainda mais exagerados, pois qualquer agrupamento humano, mesmo sem possuir quaisquer dos elementos objetivos que compõem a nacionalidade, – nisto se inclui um território bem definido – já que são acidentais ou exemplificativos, poderia, com base exclusivamente na vontade, ao menos em teoria, constituir uma Nação independente, dentro de outra pré-existente e qualquer ato voltado a recompor sua unidade implicaria o reconhecimento tácito daquela outra Nação e, por consequência, o dever de obediência aos princípios do direito internacional ao tratar com ela. O jurista brasileiro argumenta acerca da transitoriedade deste tipo de situação, que poderia vir a negar uma das condições da Nação, a duração, isto, porém não pode ser definido aprioristicamente, de modo que não se pode negar que sua construção admite, ainda que no plano abstrato, tal possibilidade.

²⁶⁹ “Art 41 - Exerce o Poder Executivo o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, como chefe eletivo da Nação.”

²⁷⁰ “Art 47 - O Presidente e o Vice-Presidente da República serão eleitos por sufrágio direto da Nação e maioria absoluta de votos.”

²⁷¹ “Art 75 - A aposentadoria só poderá ser dada aos funcionários públicos em caso de invalidez no serviço da Nação.”

²⁷² “§1º - Se, porém, o Presidente da República o julgar inconstitucional ou contrário aos interesses da Nação, negará sua sanção, dentro de dez dias úteis, daquele em que recebeu o projeto, devolvendo-o nesse mesmo, prazo à Câmara, onde ele se houver iniciado, com os motivos da recusa.” Foi substituído pela seguinte redação, na qual se encontra “interesses nacionais”: “§1º Quando o Presidente da República julgar um projecto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrario aos interesses nacionaes, o vetará, total ou parcialmente, dentro de dez dias uteis, a contar daquelle em que o recebeu, devolvendo, nesse prazo e com os motivos do veto , o projecto, ou a parte vetada, á Camara onde elle se houver iniciado.”

²⁷³ “Art 8º - O Governo federal adquirirá para a Nação a casa em que faleceu o Doutor Benjamin Constant Botelho de Magalhães e nela mandará colocar uma lápide em homenagem à memória do grande patriota - o fundador da República. Parágrafo único - A viúva do Dr. Benjamin Constant terá, enquanto viver, o usufruto da casa mencionada. Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Constituição pertencer, que a executem e façam executar e observar fiel e inteiramente corno nela se contém. Publique-se e cumpra-se em todo o território da Nação.”

²⁷⁴ “Art 69 - São cidadãos brasileiros: 1º) os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não, residindo este a serviço de sua nação;”

²⁷⁵ “Art 88 - Os Estados Unidos do Brasil, em caso algum, se empenharão em guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outra nação.”

Em sentido quase oposto, Beviláqua aponta para o Estado como único sujeito do direito internacional, recorrendo a critérios especialmente rígidos para lhe conceder a existência junto à comunidade internacional.

O pensamento de Beviláqua, entretanto, não é menos criticável: negar a personalidade jurídica de uma associação política é transformá-la em um "nada jurídico", removendo dela qualquer garantia que poderia ser concedida pelo Direito Internacional; permitindo seu tratamento como objeto, sem refletir acerca das condições que a impedem de "ascender" a qualidade de Estado, legitima-se toda sorte de abusos a estes grupos, que poderiam, até mesmo, ser mantidos nesta condição pelo uso da força.

3.4 EFEITOS DO DEBATE EM AUTORES POSTERIORES

Com o objetivo de não tratar como absolutas as posições defendidas por Lafayette e Beviláqua, convém analisar alguns autores posteriores, pretendendo-se, ainda, demonstrar que a questão do sujeito no plano internacional passa, sistematicamente, a obter espaço nas obras jurídicas vindouras. Será também possível observar qual posição, ao que tudo indica, recebeu mais adeptos nos tempos seguintes.

Para dar o devido distanciamento, optou-se por considerar obras a partir da década de 1930, isto devido às profundas transformações da comunidade internacional, resultantes da Primeira Guerra Mundial e das atividades da Sociedade (Liga) das Nações.

Buscou-se reunir autores em dois grupos: um composto por Raul Pederneiras e Hidelbrando Accioly que defendem o exclusivismo de um único sujeito no direito internacional e outro, representado por Celso Duvivier de Albuquerque Mello que abre a possibilidade de que a subjetividade jurídica internacional não seja mais exclusiva de um único corpo político, podendo, inclusive, ser titularizada pelo indivíduo.

3.4.1 Exclusivismo do Estado como sujeito de direito internacional

Demonstrou-se claro em Beviláqua o absoluto exclusivismo dos Estados como sujeito de direito internacional, notou-se, ainda, em Lafayette, que este também se restringe as

Nações, podendo as relações entre indivíduos, ao máximo, ser causa para uma relação jurídica entre nações²⁷⁶.

O que se observará, agora, é como este pensamento exclusivista se perpetua em outros autores brasileiros, que também contrapõem os conceitos de Nação e de Estado, a fim de demonstrar qual deles deve ocupar, isoladamente, a condição de sujeito de direitos no plano internacional.

3.4.1.1 Nação como um organismo natural e Estado como sujeito de direito internacional em Raul Pederneiras

Seguindo a corrente que reconhece a possibilidade de apenas um sujeito de direitos no plano internacional, porém, sem negar que possa haver outras formas de associação, das quais emanariam outros vínculos, que não jurídicos, a primeira obra a ser analisada foi escrita por Raul Pederneiras, intitulada “Direito Internacional Compendiado”²⁷⁷, afirma não haver distinção, quanto à natureza, entre o direito internacional e o direito interno, público ou privado²⁷⁸.

São, para o autor, requisitos do Direito Internacional: a “Vida em comum dos Estados” e a “Vontade expressa ou presumida de obedecer a princípios comuns” que lhe confere a obrigatoriedade o seu caráter jurídico²⁷⁹.

Apresenta, ainda, uma divisão do Direito Internacional em “doutrinário ou teórico” e “positivo ou escrito”. O primeiro, que não se confunde – nem, necessariamente, se relaciona – com o direito natural, constitui uma “ciência pura” e não possui elementos coercitivos; o segundo, que por vezes contraria a teoria, é o que efetivamente coage e obriga²⁸⁰.

Estabelece, posteriormente, uma divisão entre as diversas escolas de direito internacional, sendo elas: a Teológica; a do Direito Natural, a Positiva, a Eclética, a do Poder

²⁷⁶ “As relações do domínio do Direito Internacional nascem e produzem-se entre as nações como personalidades políticas, representadas por seus governos, mas, não raro, têm por causas actos ou factos ocorridos entre os subditos de uma e os subditos de outra.” PEREIRA, op. cit., p. 9.

²⁷⁷ PEDERNEIRAS, Raul. **Direito internacional compendiado**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 13. ed. 1965.

²⁷⁸ “Forma de equilíbrio dos agrupamentos humanos, o Direito Internacional obedece às mesmas leis gerais do movimento coletivo, que se verificam no domínio do Direito privado e do Direito Público.” (PEDERNEIRAS, **Direito internacional compendiado**, p. 31), ainda neste sentido: “Negar a existência do Direito Internacional, é negar a existência do próprio Direito em qualquer de seus ramos.” PEDERNEIRAS, op. cit. p. 39.

²⁷⁹ PEDERNEIRAS, op. cit. p. 35.

²⁸⁰ PEDERNEIRAS, op. cit. p. 36-37.

e; a Utilitária²⁸¹. Apresenta – e critica –, ainda, em separado, o que chamou de “escola de Mancini”:

A escola de Mancini dá como fundamento da doutrina o denominado *princípio da nacionalidade*; atribui à coexistência das nacionalidades a base do Direito Internacional. Exerceu influência, fazendo entrar o tipo étnico da nação no domínio do Direito. Se tal doutrina vingasse em suas linhas gerais, muitos Estados perderiam sua razão de ser, fatalmente absorvidos pelas velhas metrópoles ou pelos governos que os dominaram antanho, como dependências ou colônias. Nasceria daí, ou um reduzido número de Estados de enorme tamanho em terras descontínuas, ou uma incontável quantidade de Estados minúsculos, uma *poeira de Estados*, na frase expressiva de Fauchille²⁸².

Prossegue em sua crítica:

Essa doutrina ressuscitou depois da Guerra de 1914, sob o rótulo ou o lema: “Direito do povo de dispor de si mesmo”, cuja interpretação traz sérios perigos aos Estados novos que possuem colônias estrangeiras conquistadas em seu território e que nunca se identificaram com os homens do Estado que as abriga²⁸³.

Conclui, reforçando que não se pode confundir o problema das minorias étnicas com o da nacionalidade²⁸⁴.

Ao tratar da subjetividade jurídica, no “Título X” de sua obra, denominado “Pessoas Internacionais”, inicia com a seguinte frase: “O Estado é o sujeito do Direito Internacional.”²⁸⁵. Faz questão de distinguir Nação e Estado, afirmando que este pertence ao plano jurídico, enquanto aquela compõe uma realidade natural, de forma que não confundem, mas sua junção pode contribuir para estabilidade político-jurídica²⁸⁶.

Partindo para as definições, afirma que “A Nação não figura virtualmente no Direito Internacional, é um organismo *natural*, formado pelos laços de sangue, de idioma, de tradição, de tendências, que estabelecem uma certa *unidade* de caráter *moral*, sem precisar do elemento coercitivo de governo.”²⁸⁷. Com relação ao sujeito do direito:

O Estado é um organismo político-jurídico, artificial como toda a criação do Direito. Tanto assim é, que do Estado podem participar nações diferentes. Dêste modo o Estado existe no ambiente do Direito, como reunião de homens, donos de certo território, associados sob uma autoridade comum, que procura assegurar a todos o exercício da atividade e o gozo de direitos. Daí a variedade na formação dos Estados²⁸⁸.

²⁸¹ PEDERNEIRAS, op. cit. p. 42-44.

²⁸² PEDERNEIRAS, op. cit. p. 44, grifo do autor.

²⁸³ PEDERNEIRAS, loc. cit.

²⁸⁴ PEDERNEIRAS, loc. cit.

²⁸⁵ PEDERNEIRAS, op. cit. p. 92.

²⁸⁶ PEDERNEIRAS, op. cit. p. 93.

²⁸⁷ PEDERNEIRAS, loc. cit., grifo do autor.

²⁸⁸ PEDERNEIRAS, loc. cit.

Ainda neste capítulo, dedicará espaço para menções à teoria de Mancini, primeiramente, apontando que sua teoria foi responsável pela unificação não só da Itália, mas de “outros países fragmentados pela política rasteira de conquistas locais.”²⁸⁹. Inicia, contudo, sua crítica afirmando que facilmente se refutam os argumentos de que a Nação constitui “pessoa natural” do Direito Internacional, enquanto o Estado seria uma “pessoa artificial”, devido aos movimentos étnicos, idiomáticos e geográficos da Europa, que certamente já modificara desde sua condição inicial²⁹⁰.

Interessante, ainda, observar que o autor faz o seguinte alerta: “A teoria de Mancini conduziria a exageros no futuro, e apenas merece referência histórica.”²⁹¹, apesar disso, aponta para o que poderia ser um “movimento imitativo da teoria de Mancini”, feito pela Alemanha, para justificar a absorção da Áustria²⁹².

Uma síntese do pensamento de Raul Pederneiras revela que a Nação enquanto unidade de pessoas possui uma existência natural e exerce um papel moral, independente do governo. É, entretanto, o Estado, compreendido como organismo político-jurídico, o sujeito de direitos no plano internacional, podendo a Nação contribuir para sua estabilidade. Interessante ainda observar o argumento de que mesmo a Nação sendo um organismo natural, e o Estado “artificial”, toda criação jurídica seria artificial. Por fim, percebe-se uma expressa crítica a Mancini, afirmando que a aplicação de sua teoria implicaria em exageros – ou poucos Estados descontíguos, ou uma infinidade de Estados minúsculos – e que poderia estar servindo de base para os movimentos expansionistas da Alemanha, e, por conta disso, tal teoria deveria “ficar na história”.

3.4.1.2 Nação enquanto vínculo moral e Estado como vínculo político em Hidelbrando Accioly

Ainda na perspectiva de um único sujeito de direitos no plano internacional, o próximo autor a ser analisado será Hidelbrando Accioly, com base no seu “Tratado de Direito Internacional Público”²⁹³. Partindo diretamente para a problemática dos sujeitos, estes são os

²⁸⁹ PEDERNEIRAS, op. cit. p. 95.

²⁹⁰ PEDERNEIRAS, op. cit. p. 95-96.

²⁹¹ PEDERNEIRAS, op. cit. p. 95.

²⁹² PEDERNEIRAS, op. cit. p. 95, nota de rodapé “32”.

²⁹³ ACCIOLY, Hildebrando. **Tratado de Direito Internacional Público** – Volume I. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

Estados, assim definido: “O Estado, considerado do ponto de vista do direito internacional, é um grupo de homens reunidos em comunidade independente, estabelecidos permanentemente num território determinado, com um governo incumbido de realizar o bem comum do grupo.”²⁹⁴.

Aponta, a seguir, a necessidade de se distinguir “povo”, “nação” e “Estado”. Argumenta que Nação e Estado não se confundem, podendo um Estado conter diversas nações, como o caso do Império Austro-Húngaro, ou uma Nação se dividir por diversos Estados, como a Itália antes da unificação²⁹⁵.

Apresenta a definição de Nação:

Diz-se, assim, que uma *nação* é o conjunto de pessoas que possuem a mesma origem, as mesmas tradições, os mesmo costumes e aspirações comuns. Ordinariamente, os membros de uma nação falam língua idêntica, possuem a mesma religião, habitam o mesmo território. Mas há exemplos em sentido contrário. O que liga os membros de uma nação é um laço puramente moral, ao passo que no Estado existe um vínculo político.

Faz menção ao debate europeu acerca da oposição entre Estado e Nação, referindo-se ao princípio da nacionalidade de Mancini que apresenta sua proposta como se a “exata correspondência entre nacionalidade e Estado seria o único meio de garantir o direito, no domínio das relações internacionais”²⁹⁶. A seguir, aponta para os perigos de uma aplicação radical dessa teoria, como a formação de pequenos Estados sem condições de autonomia, além de também associá-lo às práticas nazistas na Segunda Guerra Mundial²⁹⁷. Conclui alertando que o princípio da nacionalidade não deve ser confundido com a doutrina da autodeterminação dos povos (*self-determination*)²⁹⁸.

Percebe-se que, para o autor, da Nação resulta um vínculo moral, enquanto o Estado se caracteriza por um vínculo político-jurídico entre seus membros, nota-se, ainda, a ausência de relação entre eles – não se fala, aqui, em uma maior estabilidade pela coincidência entre Nação e estado. Por fim, também se encontra uma crítica ao Princípio da Nacionalidade de Mancini, alertando que ele poderia justificar a existência de “Estados sem autonomia” e ações expansionistas.

A principal distinção entre estes dois autores é, enquanto Pederneiras reconhece a Nação como um organismo natural, Accioly apenas reconhece que a Nação possa gerar um

²⁹⁴ ACCIOLY, **Tratado de Direito Internacional Público**, p. 151.

²⁹⁵ ACCIOLY, op. cit., p. 152.

²⁹⁶ ACCIOLY, op. cit., p. 153.

²⁹⁷ ACCIOLY, loc. cit. A associação às práticas nazistas se encontra na nota de rodapé 370.

²⁹⁸ ACCIOLY, op. cit., p. 154.

vínculo moral, sem que isso necessariamente implique que ela possa ser classificada como um “corpo social”.

Com relação às críticas que ambos dirigem a Mancini, nota-se certo descolamento entre a interpretação dos doutrinadores brasileiros e as palavras do jurisconsulto italiano: Accioly aponta para uma suposta correspondência entre Nação e Estado, quando, em realidade, a Nação constitui o próprio sujeito de direitos, e o Estado, visto como figura artificial, é combatido. Por fim ambos remetem ao Princípio da Nacionalidade como justificador de movimentos expansionistas, especialmente o alemão, ignorando toda construção manciniiana acerca da igualdade entre as nações e o repúdio à Conquista.

3.4.2 Fim do exclusivismo de um único sujeito de direito internacional: a perspectiva de Celso Duvivier de Albuquerque Mello

Se até então os autores abordados admitiam a existência de apenas um sujeito no plano do direito internacional seja a Nação ou o Estado, abre-se agora possibilidade de se contemplar uma gama distinta de sujeitos que concorreriam para a formação da comunidade jurídica internacional.

O último autor a ser analisado, Celso Duvivier de Albuquerque Mello, já não defende o exclusivismo de um sujeito no âmbito do direito internacional. Por meio de sua obra “Curso de Direito Internacional Público”, na qual afirma: “podemos definir DIP como sendo: o conjunto de princípios e normas que regulam as relações externas dos sujeitos de direito que compõem a sociedade internacional.”²⁹⁹, a própria compreensão do Direito Internacional passa pelo estudo de seu(s) sujeito(s), que assim se apresenta: “A pessoa física ou jurídica a quem a ordem internacional atribui direitos e deveres é transformada em pessoa internacional, isto é, sujeito de DI.”³⁰⁰

Faz, ainda, um importante alerta, no qual aduz: “Os sujeitos de DI não têm sido os mesmos através dos tempos. A cada comunidade histórica da vida internacional correspondem diferentes sujeitos de direito.”³⁰¹. Quanto ao critério em vigor, afirma que “toda coletividade, ao preencher determinadas condições fixadas pelas normas internacionais

²⁹⁹ MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público** – 1º Volume. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 3. ed. 1969, p. 27.

³⁰⁰ MELLO, op. cit., p. 180.

³⁰¹ MELLO, op. cit., p. 181.

se transforma em Estado e, portanto, em sujeito de DI.”³⁰² E complementa: “As demais pessoas internacionais foram criadas pelos Estados.”³⁰³

Não se manifesta expressamente, contudo, com relação ao papel da Nação no contexto internacional. É certo que pela sua formulação – que conta com a primazia dos Estados sobre quaisquer outros entes³⁰⁴ –, permite-se conceder a personalidade jurídica internacional até mesmo ao indivíduo³⁰⁵, poder-se-ia atingir a Nação, mas esta, em separado, não recebe qualquer atenção especial.

Nota-se que o autor se distingue sobremaneira dos demais porque, mesmo partindo de uma condição privilegiada de um entre político em específico, no caso, o Estado, este não mais exerce isoladamente os atos da comunidade jurídica internacional.

Em síntese, o presente capítulo apresentou como a doutrina brasileira no início do século XX, por meio do pensamento de Lafayette Rodrigues Pereira e Clóvis Beviláqua, trata a oposição entre Nação e Estado no plano jurídico, sendo que cada autor defende uma posição distinta acerca do “real” sujeito de direitos.

Em comparação com os demais autores nacionais, ao menos por um critério nominalista, Lafayette é uma voz solitária ao defender a Nação em meio ao coro que clama pelo Estado.

Mesmo que se observe uma crescente referência ao Estado como único sujeito de direitos no âmbito internacional, as oposições entre este e a Nação não desaparecem, o que ocorre é a transposição da Nação – e da problemática envolvendo a nacionalidade – para um plano extrajurídico, não mais se admitindo que a nacionalidade pudesse integrar um princípio ordenador da comunidade internacional, como se observou na Escola Italiana de Direito Internacional.

Por fim, chega-se a um autor, Celso Duvivier de Albuquerque Mello, que não mais opta por uma comunidade internacional exclusivista, mas, apontando para sua mutabilidade ao longo da história, aceita que qualquer ente emerja como sujeito, ainda que houvesse, naquele momento, uma primazia do Estado por sobre os demais.

³⁰² MELLO, op. cit., p. 182.

³⁰³ MELLO, loc. cit.

³⁰⁴ “Êles [os Estados], apesar de não serem mais os únicos sujeitos de direito da ordem internacional, continuam a ser os principais e mais atuantes. O DI gira em torno de relações interestatais quase que exclusivamente.” MELLO, op. cit., p. 185.

³⁰⁵ “O homem como pessoa internacional independente do Estado não pode agir no plano internacional, a não ser em casos excepcionalíssimos, mas nem por isso êle deixa de ser sujeito de DI.” MELLO, loc. cit.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das primeiras conclusões que este trabalho oferece é o fato de que, muito embora o questionamento acerca de quem seja o sujeito de um determinado complexo de relações jurídicas possa nos parecer algo natural, nem sempre foi possível notar uma clara preocupação em responder esta pergunta.

Assim, percebe-se que houve certo período de indiferença acerca de uma delimitação mais rígida das características de um sujeito, especialmente no plano internacional, em que os autores utilizavam ampla variedade de termos, sem necessariamente defini-los ou distingui-los.

Fez-se notar que o cenário político europeu durante o século XIX encontrava-se em ebulição, com diversas transformações políticas modificando as fronteiras dos Estados, formando um solo fértil para construções teóricas aptas a legitimar os diversos interesses envolvidos.

Surge, assim, em um dado momento, referência a uma forma específica de associação humana, que se perfectibilizaria ao reunir uma série de critérios objetivos como etnia, língua e costumes, em conjunto com uma consciência desta unidade, constituindo uma nacionalidade, que deveria se estabelecer como uma legítima associação política, mesmo que por meio da insurreição, conforme se observou em Giuseppe Mazzini.

Houve, porém, com Mancini, um autor que fez do Princípio da Nacionalidade o fundamento do seu pensamento acerca do direito internacional. Tal postura, ao apontar a Nação como sujeito e combater a participação do Estado, desencadeou um debate acerca desta problemática dos sujeitos no plano jurídico internacional.

O pensamento de Mancini, mesmo que muito ovacionado por alguns, não foi, contudo, de todo aceito, e os debates acerca do Princípio da Nacionalidade fazem emergir a Escola Italiana de Direito Internacional. Nela, era possível encontrar autores que, mesmo acolhendo o Princípio da Nacionalidade, defendiam o Estado como sujeito de direito internacional, sendo a nacionalidade um elemento que lhe traria maior estabilidade e “perfeição”, como visto em Terenzio Mamiani. Pode-se ainda notar que outros autores que aderiram ao Princípio da Nacionalidade passaram a combatê-lo, sob o argumento de que lhe faltaria precisão, podendo ele ser empregado para fins “perigosos”, reconhecendo, desta

maneira, também apenas ao Estado como sujeito; demonstrou-se este pensamento com base em Pasquale Fiore.

Observou-se que este movimento também esteve presente na doutrina jurídica brasileira, a qual passou por um momento de indefinição acerca da temática da subjetividade jurídica no plano internacional. Foi a essa conclusão que se chegou ao observar o pensamento de José Antonio Pimenta Bueno e Antonio Pereira Pinto, nos quais o uso dos termos Nação e Estado revelou-se confuso, sendo utilizados aleatoriamente nos mais diversos contextos, impossibilitando, assim, que se pudesse chegar a um conceito tanto para um, quanto para outro.

Em realidade, tal indefinição, em um primeiro momento esteve relacionada com a própria definição dos conceitos, que não permitia uma clara distinção entre Estado e Nação. Posteriormente, até se pode observar uma distinção mais rígida entre os termos, mas sem que isso se refletisse no âmbito jurídico. Mesmo tendo constituído objeto de acalorados debates na Europa e, especialmente, na Itália, a pergunta “quem é o sujeito de direito nas relações internacionais” continuava sem resposta por parte da doutrina brasileira.

Foi apenas no início do século XX que se observou, além de uma clara distinção entre Nação e Estado, a faceta jurídica advinda desta diferenciação. Pode-se, ainda que de forma muito sutil, perceber que um dos autores brasileiros, Lafayette Rodrigues Pereira, teve contato com o pensamento de Mancini e fora influenciado – ao menos na escolha da Nação como sujeito. Tal escolha, contudo, não implicou rompimento com diversos valores defendidos pela doutrina internacionalista brasileira desde os tempos do Império, como a primazia da vontade, definição finalística e igualdade entre os sujeitos.

Também se fez notar que a opção pela Nação não foi a escolha mais comum dentre os autores nacionais. Beviláqua que também se preocupou em abarcar a dimensão jurídica da problemática dos sujeitos faz menção somente ao Estado, e esta foi a posição que predominou posteriormente.

Tentou-se, ainda, demonstrar que tanto a concepção de Lafayette, quanto a de Beviláqua, não estaria livre de críticas: enquanto, no primeiro, pode-se notar uma concepção de Nação que se mostraria muito ampla, podendo facilitar de forma exagerada o surgimento de novos sujeitos, em Beviláqua o conceito muito rígido de Estado, juntamente com a ideia de que sua personalidade jurídica estaria condicionada a aceitação dos demais membros da

comunidade internacional, poderia dificultar sobremaneira que uma associação política viesse a se constituir como sujeito, prejudicando a eficácia do Direito Internacional.

Decerto que a predominância na escolha do Estado, em detrimento da Nação, no plano da doutrina brasileira não resultou do mero embate entre as proposições de Lafayette e Beviláqua. Muito antes, é o reflexo de um movimento quase que mundial (ou, ao menos, ocidental), que pode ser observado – com resultados semelhantes – também no contexto europeu. Deste modo, a doutrina brasileira tão somente não representa exceção, neste pormenor, quando comparada com aquela do Velho Mundo.

Nota-se, ainda, que a teoria de Mancini acerca da nacionalidade foi apresentada com grande resistência pela doutrina brasileira, sempre sendo descrita em conjunto com a crítica, mesmo por Lafayette, que aceita sua proposta de utilizar a Nação como sujeito. Um dos motivos de tal oposição parece bastante evidente, qual seja, a impossibilidade do Brasil em preencher os requisitos objetivos de tal teoria: não há de se falar em homogeneidade étnica, tendo em vista que a população se constituiu, em sua maioria, de imigrantes e escravos; a unidade de língua também não se faz presente, basta recordar da ditadura de Getúlio Vargas, que proíbe o ensino – e depois a fala em lugares públicos – em língua estrangeira; mesmo com o catolicismo como religião oficial do Império, unidade de religião também não havia – até porque permitiu-se a liberdade de culto doméstico; unidade de costumes e história comum também não poderia se fazer presente em um país marcado pela imigração; mesmo a unidade geográfica fica prejudicada, pois o país possui dimensão continental, apresentando, ainda hoje, fronteiras porosas. Os autores preferem, contudo, concentrar as críticas nos possíveis resultados de sua aplicação.

Parece, ainda, que os juristas brasileiros a partir da década de 1930 ocupam-se em distinguir Nação de Estado, preferindo optar pela primazia deste no âmbito jurídico, reservando à Nação um papel puramente político ou social. Além disso, procuram, até mesmo, retomar a teoria de Mancini, reconhecendo seu valor histórico, porém criticando-a e a associando – talvez indevidamente – às famigeradas teorias expansionistas alemãs do período.

Um olhar atento revela, porém, que os autores nacionais apresentam uma versão distorcida do Princípio da Nacionalidade de Mancini, ignorando algumas de suas peculiaridades, talvez até confundindo com o pensamento de outros autores da Escola Italiana de Direito Internacional (por exemplo, a correspondência entre Nação e Estado, atribuída por Accioly a Mancini, é muito mais próxima da proposta de Mamiani). Ressalta-se que não se

pretende aqui afirmar que Mancini esteja correto, apenas apontar para discrepância entre o pensamento do jurista italiano e sua recepção pela doutrina brasileira.

Em suma, é possível afirmar que o debate proposto por Mancini, acerca do princípio da nacionalidade e, conseqüentemente, da Nação como sujeito de direito no plano internacional surtiu efeitos na doutrina brasileira do início do século XX, de forma clara e direta, em Lafayette, que aceita parte da proposta, adotando a Nação como sujeito de direitos no plano internacional. Contudo, esta parece ser uma posição isolada, vez que não se faz notar a presença desta discussão em Beviláqua que, adotando a figura do Estado como sujeito, não se preocupa em contrapô-lo à Nação para justificar sua escolha; ao máximo, trata de algumas agremiações humanas como objeto de tutela do direito internacional. Posteriormente, alguns autores nacionais, sempre optando pelo Estado como sujeito, fazem referência ao jurista italiano, porém, como uma alegoria histórica, cujo pensamento não se poderia aplicar – ou resultaria em fortes distorções – no plano prático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de Direito Internacional Público**. Revisada por Geraldo Eulácio do Nascimento e Silva. 11. ed., 11ª triagem, 1995.

ACCIOLY, Hildebrando. **Tratado de Direito Internacional Público** – Volume I. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

BEVILÁQUA, Clóvis. **A Liga das Nações e a soberania dos Estados**. In: Pimentel, F. Mendes; PINTO, Estevão L. de Magalhães (Diretores). **Revista Forense** – Doutrina, legislação e jurisprudência. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1919, Volume XXXII, p. 5-8.

BEVILÁQUA, Clóvis. **Conceito de Estado**. In: **Revista da Faculdade de Direito de São Paulo**. São Paulo: Empresa Graphica da “Revista dos Tribunaes”, 1930, Volume XXVI, p. 5-17.

BEVILÁQUA, Clóvis. **Direito das Coisas** Volume I. Brasília: Senado Federal: Superior Tribunal de Justiça, Ed. fac-similar, 2003.

BEVILÁQUA, Clóvis. **Direito Publico Internacional** – A syntese dos princípios e a contribuição do Brazil [Tomo I]. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves. 1910.

BEVILÁQUA, Clóvis. **Sociedade das nações**. In: Pimentel, F. Mendes; PINTO, Estevão L. de Magalhães (Diretores). **Revista Forense** – Doutrina, legislação e jurisprudência. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1920, Volume XXXIV, p. 253-261.

BEVILÁQUA, Clóvis. **Teoria Geral do Direito Civil**. Campinas/SP: Servanda Editora, 2007.

BLAZI, Chiara Antonia Sofia Mafrica. **Representações do Princípio de Nacionalidade na Doutrina Internacionalista do Século XIX na Construção da Ideia de Autodeterminação dos Povos: Continuidades E Rupturas Em Um Discurso Liberal**. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Direito, Programa de Mestrado *Stricto Sensu*, área de Direito e Relações Internacionais, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2014.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

COSTA, Pietro. **Soberania, Representação, Democracia: ensaios de história do pensamento jurídico**. Curitiba: Juruá, 2010.

DAL RI JR, Arno. **A Nação Contra o Estado**. A Ciência do Direito Internacional no “Risorgimento” Italiano. In: BRANT, Leonardo Nemer Caldeira (Org.). **Anuário Brasileiro de Direito Internacional**. – v.1, n.1, 2006 – Belo Horizonte: CEDIN, 2006. p. 69-97.

DAL RI JR, Arno. **Polêmicas doutrinárias entre Itália e França sobre o Princípio das Nacionalidades no Direito Internacional do Século XIX**. In: FONSECA, Ricardo Marcelo

(Org.). **As formas do direito: ordem razão e decisão** (experiências jurídicas antes e depois da modernidade). Curitiba: Juruá, 2013. p. 135-178.

DAL RI JR., Arno, **Pasquale Stanislao Mancini**. In: DAL RI JR., Arno; VELOSO, Paulo Potiara de Alcântara; LIMA, Lucas Carlos (Orgs.). **A Formação da Ciência do Direito Internacional**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014, p. 253-284.

DUGUIT, Léon. **Fundamentos do Direito**. Tradução de Eduardo Salgueiro. Ed. Obra Jurídica, 2004.

DRUMMOND, Antonio de Vasconcellos Menezes de. **Prelecções de direito internacional** com referencia e applicação de seus princípios ás leis particulares do Brasil até 1867. Pernambuco: Typographia do Correio do Recife, 1867.

IORE, Pasquale. **Nuovo diritto internazionale pubblico** secondo i bisogni della civiltà moderna. Milano: Presso la Casa Editrice e Tipog. Degli Autori-Editori, 1865.

GENTILI, Alberico. **O Direito de Guerra**. Tradução de Ciro Mioranza. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

GROSSI, Paolo. **Da Propriedade as Propriedades e outros ensaios**. Tradução de Luis Ernani Fritoli e Ricardo Marcelo Fonseca. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

GROSSI, Paolo. **Mitologias Jurídicas da Modernidade**. 2. ed. Tradução de Arno Dal Ri Júnior. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.

HESPANHA, António Manoel. **Cultura Jurídica Europeia: Síntese de um milênio**. Florianópolis: Boiteux, 2009.

HOBBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Tradução de Maria Cella Paoll e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1990.

KOSKENNIEMI, Martti. **The Gentle Civilizer of Nations: The Rise and Fall of International Law 1870-1960**. Cambridge University Press, 2004.

LOSANO, Mario G. **Clóvis Bevilacqua entre comparação e filosofia do direito**. In: DAL RI, Luciene; DAL RI JR, Arno. (Org.). **A latinidade da América Latina: enfoques históricos-jurídicos**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 226-287.

MADEIRA, Hécio Maciel França. **A Latinidade e o Humanismo de Lafayette Rodrigues Pereira**. In: DAL RI, Luciene; DAL RI JÚNIOR, Arno (Org.). **A Latinidade da América Latina: enfoques histórico-jurídicos**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 296-327.

MAMIANI, Terenzio. **Dell'ottima congregazione umana e del principio di nazionalità**. In: MAMIANI, Terenzio. **D'un nuovo diritto europeo**. Tipografia di Gerolamo Marzorati: Torino, 1859, p. 359-443.

MAMIANI, Terenzio. **D'un nuovo diritto europeo**. Tipografia di Gerolamo Marzorati: Torino, 1859.

MANCINI, Pasquale Stanislao. **A Nacionalidade como Fundamento do Direito das Gentes** – Preleção ao curso de Direito Internacional e Marítimo, proferida na Real Universidade de Turim no dia 22 de janeiro de 1851. In: MANCINI, Pasquale Stanislao. **Direito Internacional**. Tradução de Ciro Mioranza. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003 [Coleção clássicos do direito internacional].

MANCINI, Pasquale Stanislao. **A Vida dos Povos na Humanidade** – Preleção ao Curso de Direito Internacional Público, Privado e Marítimo Proferida na Universidade de Roma no dia 23 de janeiro de 1872. In: MANCINI, Pasquale Stanislao. **Direito Internacional**. Tradução de Ciro Mioranza. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003 [Coleção clássicos do direito internacional].

MANCINI, Pasquale Stanislao. **Características do Velho e do Novo Direito das Gentes** – Preleção ao curso acadêmico do ano de 1852, proferida na Real Universidade de Turim. In: MANCINI, Pasquale Stanislao. **Direito Internacional**. Tradução de Ciro Mioranza. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003 [Coleção clássicos do direito internacional].

MANCUSO, Francesco. **Emerich de Vattel**. In: DAL RI JR., Arno; VELOSO, Paulo Potiara de Alcântara; LIMA, Lucas Carlos (Orgs.). **A Formação da Ciência do Direito Internacional**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014, p. 201-250.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público** – 1º Volume. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 3. ed., 1969.

NETO PAIVA, Vicente Ferrer. **Elementos de direito das gentes**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2. ed. [correcta e argumentada], 1843.

NUZZO, Luigi. **Origini di una Scienza: Diritto internazionale e colonialismo nel XIX secolo**. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 2012.

PEDERNEIRAS, Raul. **Direito internacional compendiado**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 13. ed. 1965.

PEREIRA, Lafayette Rodrigues. **Direito das Coisas**, Volume I. Brasília: Senado Federal: Superior Tribunal de Justiça, Ed. fac-similar, 2004.

PEREIRA, Lafayette Rodrigues. **Direitos de Família**. Brasília: Senado Federal: Superior Tribunal de Justiça, ed. fac-similar, 2004.

PEREIRA, Lafayette Rodrigues. **Princípios de Direito Internacional** [Tomo I]. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, editor. 1902.

PEREIRA PINTO, Antonio. **Apontamentos para o direito internacional** ou Collecção completa dos tratados celebrados pelo Brasil com diferentes nações estrangeiras. Rio de Janeiro: F. L. Pinto & C.^a – Livreiros-Editores, 1864 [Tomo I].

PEREIRA PINTO, Antonio. **Apontamentos para o direito internacional** ou Collecção completa dos tratados celebrados pelo Brasil com diferentes nações estrangeiras. Rio de Janeiro: F. L. Pinto & C.^a – Livreiros-Editores, 1865 [Tomo II].

PEREIRA PINTO, Antonio. **Apontamentos para o direito internacional** ou Collecção completa dos tratados celebrados pelo Brasil com diferentes nações estrangeiras. Rio de Janeiro: F. L. Pinto & C.^a – Livreiros-Editores, 1869 [Tomo IV].

PIMENTA BUENO, José Antonio. **Direito Internacional Privado** e applicação dos seus principios com referencia ás leis particulares do Brazil. Rio de Janeiro: Typographia imp. e const. de J. Villeneuve e C., 1863.

PIMENTA BUENO, José Antonio. **Direito Publico Brasileiro** e analyse da Constituição do Imperio. Rio de Janeiro: Typographia imp. e const. de J. Villeneuve e C., 1857.

ROMANO, Santi **Corso di Diritto Internazionale**. 4. ed. Padova: Cedam, 1939.

SOUZA, João Pereira de. **Licções Elementares de Direito das Gentes** sobre o Compendio do Sr. Conselheiro Autran. Pernambuco: Typographia Economica, 1889.

VATTEL, Emmerich de. **Direito das Gentes** ou Princípios da Lei Natural Aplicados à Condução e aos Negócios das Nações e dos Governantes. Tradução de Ciro Mioranza. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**; Foucault revoluciona a história. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiadora Kneipp. 4^a ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.